UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ANGELA TEIXEIRA ARTUR

Práticas do encarceramento feminino: presas, presídios e freiras

São Paulo
2017

ANGELA TEIXEIRA ARTUR

Práticas do encarceramento feminino: presas, presídios e freiras

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em História.

Área de Concentração – História Social

Orientadora: Profa. Dra. Elizabeth Cancelli

São Paulo
2017

(exemplar corrigido)

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

A784p ARTUR, Angela Teixeira
Práticas do encarceramento feminino: presas,
presídios e as freiras / Angela Teixeira ARTUR ;
orientadora Elizabeth Cancelli. - São Paulo, 2017.
241 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. História das Prisões. 2. Justiça Penal. 3.
Penitenciária Feminina. 4. Congregações Religiosas.
5. História das Instituições. I. Cancelli, Elizabeth,
orient. II. Título.

A todas que se tornaram, que não puderam ou não quiseram, todas.

AGRADECIMENTOS

Após uma avalanche de experiências, é chegado o momento de agradecer. E não é nada fácil, especialmente pelo temor da injustiça dos esquecimentos, tão debatidos na área do conhecimento à qual submeto este trabalho.

Agradeço às agências de fomento, CNPq e FAPESP, pelo financiamento que possibilitou a realização desta pesquisa.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH-USP, pela longa acolhida.

À professora Elizabeth Cancelli, agradeço pela acolhida, por todo o suporte e pela orientação ao longo de todos esses anos. À professora agradeço ainda pela acolhida em seu grupo de pesquisa, cujas reuniões renderam debates tão instigantes e cujos participantes tanto contribuíram para o enriquecimento da pesquisa. Obrigada: Alex Gomes, Aruã Lima, Diego Penholato, Fábio Cruz, Gustavo Mesquita, Júlio Cattai, Pâmela Almeida, Renata Meirelles e Wanderson Chaves.

Agradeço à professora Mônica Schpun pela recepção, pela possibilidade de participar das reuniões de seu grupo de pesquisa, pelas pertinentes sugestões, pela solicitude e por todo o zelo, obrigada.

À professora Collet Parent, agradeço a afetuosa acolhida e todos os contatos intermediados; e ao professor Álvaro Pires eu agradeço o café e os depoimentos sobre Foucault. À professora Veronique Strimelle agradeço as conversas e indicações de leitura.

Às professoras Maria do Rosado Nunes e Paula Leonardi agradeço as tão gentis conversas e as fundamentais e indispensáveis indicações de leitura.

Aos professores Sérgio Adorno e Ma. de Lourdes Janotti agradeço as correções e pertinentes sugestões na banca de qualificação.

Agradeço ao pessoal do Bom Pastor pela abertura de parte dos arquivos. Assim, meu obrigada vai para a arquivista da *Maison Mère* em Angers, Sarah Elbisser, e às irmãs: Imelda Nissola (São Paulo), Marie-Françoise (Roma), Irma, Noreen e Denise (Angers).

Do grupo da SAP, agradeço às diretoras das penitenciárias femininas Ivete Barão Halásc e Eliana de Freitas Pereira e a todas as funcionárias e ex-funcionárias que colaboraram com a pesquisa concedendo fontes, entrevistas e intermediando contatos: Cláudia, Sabrina, Silmara, Deise, Sandra e Valéria, na capital; Silvinha, Cássia, Vera, Dona Célia, Dona Erotildes, Dona Martinha, Dona Soninha, Dona Luíza, Dona Marlene, em Tremembé. Agradeço também ao diretor do Museu Penitenciário, Sidney Soares.

Aos amigos tenho tanto a agradecer: pelos ouvidos, pelas palavras, pela paciência, pela dedicação, pelo companheirismo, por tanta coisa que passamos juntos ou separados ao longo desses anos, por terem passado ou por terem ficado. Por tudo quero agradecer aos amigos e amigas: Thaís Ribeiro, Carol Fernandes, Tati Maria, Joana Paula, Joanita Barros, Érika Vieira, Tati Araújo, pelos ouvidos e pelas palavras, pelo conforto e pelo carinho; Antônio Cícero, Telma Melo, Ana Letícia, Tathi Silva e Rafael Silva, pelo companheirismo e pela compreensão cotidiana; à Taís, Damaris e Silvana, pela longa amizade; Cris Almeida, Danilo Guiral, Luciana Satiko, Eduardo Góes, pelas palavras e pelo silêncio; aos amigos da *Maison du Brésil* Ricardo e Sofia, Natália, Marina, Renata, Igor (agradeço especialmente a indicação bibliográfica), Júlia, Leonardo, Gabriela, Eraci, Sandra, Flávio; à Lynnda Proulx, Camilo Umaña, Gonzalo Bustamarte e Jael Mercedes agradeço a afetuosa acolhida; ao amigo Victor Buck agradeço pela amizade, companheirismo, cuidado, palavras e ouvidos e, como não poderia deixar de ser, pela imprescindível ajuda no tratamento das imagens.

À minha família eu agradeço pelo afeto de sempre.

Enfim, a todos que já estavam e permaneceram, que vieram e quiseram ficar, que vieram e quiseram ou precisaram ir, a todos e todas meu muito obrigada!

Nesta situação corrupta, isto é, reunidas no mesmo foro as duas injustiças, quer o juiz de antemão prevenido contra o acusado quer a lei forjada para preparar o caminho à condenação, potenciarão alegremente as suas mútuas perversões institucionais e morais, começando logo por desprezar aquele sábio conselho da jurisprudência clássica que determinava que uma dúvida fundamentada, quando a houvesse, deveria favorecer o réu e não a pena.

(Se todos os juízes do mundo... – José Saramago)

RESUMO

ARTUR, Angela Teixeira. *Práticas do encarceramento feminino: presas, presídios e freiras*. 2016. f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

A separação física de homens e mulheres no interior das prisões públicas, embora experimentasse tentativas de aplicação, só foi nacionalmente regulamentada com o Código Penal de 1940. Entre as penitenciárias criadas a partir do Código figura o Presídio de Mulheres do Estado de São Paulo. Inaugurado em 1942, o estabelecimento permaneceu sob a gestão da Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor de Angers até 1977. A mesma Congregação administrou, também, o Presídio Feminino de Tremembé, desde sua inauguração em 1963 até o advento da gestão laica, em 1980. A partir de investigação bibliográfica associada à intensa e ampla pesquisa documental em arquivos nacionais e internacionais, o presente trabalho vem a contribuir para a elucidação dos percursos legislativos e institucionais do encarceramento feminino identificando sujeitos históricos e seus papéis no quadro político-penal. Para tal, o texto traz a identificação e localização de um extenso aparato documental composto por fontes inéditas. Além disso, o trabalho identifica e propõe uma cronologia legislativa a respeito da execução penal no estado de São Paulo e em território nacional; e descortina a trajetória institucional da congregação do Bom Pastor, das origens à sua contratação para a administração prisional feminina no estado de São Paulo, analisando sua atuação.

Palavras-chave: História das Prisões; Justiça Penal; Políticas Penitenciárias; Penitenciária Feminina; Congregações Religiosas; História das Instituições; História das Mulheres; Prisões.

ABSTRACT

The physical separation of men and women inside public prisons, although attempted to apply, was only nationally regulated with the Penal Code of 1940. Among the penitentiaries created from the Code is the Prison of Women of the State of São Paulo. Inaugurated in 1942, the establishment remained under the management of the Congregation of Our Lady of Charity of the Good Shepherd of Angers until 1977. The same Congregation also administered the Tremembé Women's Prison, from its inauguration in 1963 until the advent of secular management, In 1980. Based on bibliographical research associated with intense and extensive documentary research in national and international archives, the present work contributes to the elucidation of the legislative and institutional paths of female imprisonment, identifying historical subjects and their roles in the political-penal framework. For this, the text brings the identification and location of an extensive documentary apparatus composed of unpublished sources. In addition, the work identifies and proposes a legislative chronology regarding criminal execution in the state of São Paulo and in national territory; And reveals the institutional trajectory of the Good Shepherd congregation, from its origins to its hiring for the female prison administration in the state of São Paulo, analyzing its performance.

Keywords: History of Prisons; Criminal Justice; Penitentiary Policies; Women's Penitentiary; Religious Congregations; History of Institutions; History of Women; Prisons.

RESUMÉ

La séparation physique des hommes et des femmes dans les prisons publiques, bien que des tentatives d'application expérimentés, était seulement au niveau national réglementé au Code criminel de 1940. Parmi les prisons créées à partir de la figure de code Presidio des femmes de l'État de São Paulo. Ouvert en 1942, la propriété est restée dans la Congrégation de la direction de Notre-Dame du Bon-Pasteur d'Angers Charité jusqu'en 1977. La Congrégation a réussi, aussi, le Presidio Femme Tremembé, depuis son ouverture en 1963 jusqu'à l'avènement de la gestion laïque, en 1980 de la recherche bibliographique associée à la recherche documentaire intensive et extensive sur les dossiers nationaux et internationaux, ce travail est de contribuer à l'élucidation des voies législatives et institutionnelles de l'incarcération des femmes identification des sujets historiques et leur rôle dans le contexte politico-judiciaire. À cette fin, l'article traite de l'identification et la localisation d'un vaste appareil de documentation comprenant des sources inédites. En outre, le travail identifie et propose un calendrier législatif en ce qui concerne l'application des dispositions pénales dans l'État de Sao Paulo et au Portugal; et révèle la trajectoire institutionnelle de la congrégation du Bon Pasteur, de ses origines à son engagement pour l'administration pénitentiaire des femmes dans l'État de São Paulo, l'analyse de ses performances.

Mots-clés: Histoire des prisons; Justice pénale; Politiques pénitentiaires; Pénitencier des femmes; Les congrégations religieuses; Histoire des institutions; Histoire des femmes; Prisons.

SIGLAS

- **ALESP** Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
- **APESP** Arquivo Público do Estado de São Paulo
- **CEPSAP** Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo
- **CIMIC/PFC** Centro Integrado de Movimentação e Informação Carcerária da Penitenciária Feminina da Capital
- **CNSCBPA** Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor de Angers
- **COESP** Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado de São Paulo
- **CONEP** Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
- **CPI** Comissão Parlamentar de Inquérito
- **DAESP** Departamento Administrativo do Estado de São Paulo
- **DEOPS-SP** Delegacia Especializada em Ordem Política e Social de São Paulo
- **DIPE** Departamento dos Institutos Penais do Estado de São Paulo
- **DOPS** Delegacia de Ordem Política e Social
- **DPE** Departamento dos Presídios do Estado de São Paulo
- **MPP/SAP** Museu Penitenciário Paulista da Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo
- **NIMIC/SMEP** Núcleo Integrado de Movimentação e Informação Carcerária da Penitenciária Feminina "Santa Maria Eufrásia Pelletier"
- **PFC** Penitenciária Feminina da Capital
- **PFT** Presídio Feminino de Tremembé
- **PFSMEP** Penitenciária Feminina "Santa Maria Eufrásia Pelletier"
- **PM** Presídio de Mulheres
- **SAP** Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Exemplo de capa de prontuário	P. 35
- Figura 2 – Exemplo de ficha qualificativa	P. 39
- Figura 3 – Livro de registro das fundações do Bom Pastor	P. 46
- Figura 4 – Edifício em reforma para o abrigo do Presídio de Mulheres	P. 67
- Figura 5 – As irmãs do Bom Pastor na fachada do Presídio de Mulheres	P. 68
- Figura 6 – Foto oficial da Inauguração do Presídio de Mulheres	P. 70
- Figura 7 – Entrada principal da Presídio Feminino de Tremembé	P. 78
- Figura 8 – Solenidade de inauguração do Presídio Feminino de Tremembé	P. 80
- Figura 9 – Maria de Santa Eufrásia Pelletier	P. 102
- Figura 10 – Livro de Registro das Fundações do Bom Pastor no exterior	P. 107
- Figura 11 – Mapa da dispersão do Bom Pastor pelo mundo	P. 114
- Figura 12 – Pintura na parede da <i>Maison-Mère</i> do Bom Pastor, Angers	P. 144
- Figura 13 – Entrada do Presídio de Mulheres	P. 156
- Figura 14 – Irmãs do Bom Pastor nas escadarias do Presídio de Mulheres	P. 158
- Figura 15 – Fundos do Presídio de Mulheres	P. 159
- Figura 16 – Visita da Diretora do Presídio de Tremembé ao DIPE	P. 161
- Figura 17 – Discurso oficial da primeira diretora, por ocasião da inauguração do Presídio Feminino de Tremembé	P. 163
- Figura 18 – Interna em traje civil	P. 172
- Figura 19 – Interna em uniforme do estabelecimento	P. 173
- Figura 20 – Internas com uniforme do Presídio de Tremembé	P. 174
- Figura 21 – Trabalho prisional no Presídio de Mulheres	P. 177
- Figura 22 – Classe de instrução do ciclo básico, Presídio Feminino de Tremembé	P. 178
- Figura 23 – Festa Junina no pátio da Seção Penal em Tremembé	P. 180
- Figura 24 – Desfile de comemoração cívica	P. 181

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	p. 12
------------------------	--------------

CAPÍTULO – I

<i>1 - Antecedentes penitenciários</i>	<i>p. 20</i>
<i>2 - Das cadeias públicas à penitenciária</i>	<i>p. 24</i>
<i>3 - A prisão arquivo.....</i>	<i>p. 30</i>
<i>3.1 - Na cadeia: a rotina de pesquisa</i>	<i>p. 33</i>
<i>3.2 - Ficha corrida: o acervo da Penitenciária Feminina da Capital</i>	<i>p. 34</i>
<i>3.3 - Ficha corrida: o acervo da Penitenciária “SMEP” de Tremembé</i>	<i>p. 41</i>
<i>3.4 - Da coleta de dados.....</i>	<i>p. 42</i>
<i>3.5 - Museu Penitenciário</i>	<i>p. 44</i>
<i>3.6 - Os arquivos do Bom Pastor</i>	<i>p. 45</i>

CAPÍTULO – II

<i>1 - Atos do Governo Federal – Projetos, Comissões, Decretos, Leis</i>	<i>p. 52</i>
<i>2 - Da execução penal.....</i>	<i>p. 55</i>
<i>3 - Atos do Governo Estadual</i>	<i>p. 61</i>
<i>4 - Os presídios paulistas para mulheres</i>	<i>p. 64</i>
<i>4.1 - O Presídio de Mulheres.....</i>	<i>p. 65</i>
<i>4.2 - O Presídio Feminino de Tremembé.....</i>	<i>p. 77</i>

CAPÍTULO – III

<i>1 - Vida religiosa.....</i>	<i>p. 90</i>
<i>2 - Disseminação das congregações.....</i>	<i>p. 96</i>
<i>3 - Fundação do Bom Pastor.....</i>	<i>p. 100</i>
<i>3.1 – Instrução.....</i>	<i>p. 117</i>
<i>3.2 – Trabalho.....</i>	<i>p. 122</i>
<i>4 - Disseminação do Bom Pastor pelo continente americano.....</i>	<i>p. 127</i>
<i>4.1 - EUA e Canadá.....</i>	<i>p. 129</i>
<i>4.2 - América Latina.....</i>	<i>p. 131</i>
<i>4.2.1 – Chile.....</i>	<i>p. 134</i>
<i>4.2.2 - Uruguai e Argentina.....</i>	<i>p. 136</i>

5 - <i>Cenário católico brasileiro</i>	p. 137
6 - <i>Disseminação das congregações no Brasil</i>	p. 138
7 - <i>O Bom Pastor no Brasil</i>	p. 140

CAPÍTULO – IV

1 - <i>As religiosas nas prisões</i>	p. 146
1.1 - <i>O ingresso das freiras nas prisões</i>	p. 146
2 - <i>A gestão do Bom Pastor</i>	p. 151
2.1 – <i>O ingresso do Bom Pastor no Presídio de Mulheres</i>	p. 151
2.2 - <i>As primeiras contratações</i>	p. 153
2.3 - <i>Do controle</i>	p. 155
2.4 - <i>Influência e prestígio</i>	p. 158
3 - <i>Uma nova Penitenciária – o Tremembé</i>	p. 160
4 - <i>Reformas Penitenciárias</i>	p. 164
4.1 - <i>A devolução das chaves</i>	p. 166

CAPÍTULO – V

1 - <i>Entrada</i>	p.170
2 - <i>Os Uniformes</i>	p. 171
3 - <i>Trabalho</i>	p. 174
4 - <i>Instrução</i>	p. 178
5 - <i>Crianças e festejos</i>	p. 179
6 - <i>Internas</i>	p. 182

CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 185
-----------------------------------	--------

REFERÊNCIAS	p. 190
--------------------------	--------

ANEXOS

INTRODUÇÃO

Em novembro de 2007, uma manchete nos jornais chamava a atenção de seus leitores: “Jovem é detida em cela com 20 homens”. Ao impacto inicial da manchete, seguiu-se o choque do resumo da notícia “Segundo o Conselho Tutelar, menina tem 15 anos e diz ter sido vítima de abuso sexual; presa por furto, ela ficou detida por quase 1 mês”.¹

A notícia data do mesmo período das primeiras leituras desta pesquisa e corresponderia a fenômeno frequente se tivesse sido veiculada no início do século XIX. Constantes reclamações foram registradas em todo o mundo ocidental a respeito do convívio direto de homens, mulheres e adolescentes nas prisões. Moralmente reprovável à época (e disso há vasta documentação), a prática não era sujeita a quaisquer regulamentações em âmbito nacional ao longo de todo o século XIX no Brasil.

À época da notícia, 2007, a comoção popular foi enorme. Como, em pleno século XXI, ainda testemunhamos esse tipo de prática?

Recentemente, em dias próximos à conclusão deste texto, ainda sobre aquele caso, uma nova notícia surpreendia a população. Após anos de tramitação do caso, a juíza responsável pelo envio da jovem ao cárcere masculino fora punida pelo Conselho Nacional de Justiça pela decisão de manter a adolescente em cela de homens adultos. A juíza, que fora submetida a Processo Administrativo Disciplinar recebera como punição a “disponibilidade”. Entre as sanções possíveis, previstas na Lei Orgânica da Magistratura Nacional figuram a advertência, censura, remoção compulsória, disponibilidade e aposentadoria são as sanções administrativas previstas na Lei Orgânica da Magistratura Nacional. O magistrado em disponibilidade mantém seus vencimentos proporcionais e fica proibido de exercer

1

suas funções, mas pode ser convocado a atuar a qualquer momento depois de, pelo menos, dois anos da punição, conforme critério da administração do tribunal.² “Punição” impensável há pouco mais de 70 anos, diante da inexistência de regulação da separação dos sexos no interior das prisões.

Sejam lá quais forem os motivos das coincidências, talvez elas sequer existam, o ano de 2007 foi o mesmo do início de minhas leituras a respeito do assunto. A primeira leitura sobre a questão prisional foi *Vigiar e punir*, o clássico de Foucault. Após essa leitura, muitas outras a sucederam e com elas o projeto de mestrado, a pesquisa, a dissertação, mais pesquisa, novo projeto (então, de doutorado), mais pesquisa e agora a tão ansiada tese. Já de início dos trabalhos, lá nos idos de 2008, a satisfação das descobertas e (ao concluir o mestrado) a frustração pelas inúmeras perguntas que ficaram por responder.

Findada aquela etapa e concluído o trabalho de mestrado, se impunha, então, novo desafio. Manter-se na rota iniciada e solucionar as questões já postas. Mas, o encantamento com o desconhecido infindável das histórias ainda não contadas pode ser labiríntico. As novas descobertas, o frescor do pó velho sobre documentos intocados desde sua produção podem induzir historiadores a novas trilhas que (a rigor, ainda nem são caminhos) o distanciarão, a perder de vista, da problemática inicial. Com isso, manter-se fiel à proposta inicial e resistir à tentação de render-se a tão sedutores chamados configura-se em verdadeira prova de amor. Entretanto, como alega o dito popular, o amor pode cegar. Um historiador cegado pelo amor ao problema propulsor da pesquisa corre o sério risco de incorrer nos crimes passionais contra seu objeto. Daí que é necessário escolher. Escolha, um dos maiores golpes no coração dos apaixonados, uma vez que toda escolha pressupõe e implica exclusão. O que escolher, o que excluir? A partir daqui, decisões amparadas pela intervenção determinante da bibliografia, sabedora e questionadora de modelos explicativos anteriormente traçados por alguns experientes e outros jovens pesquisadores.

² <http://blogdofred.blogfolha.uol.com.br/2016/10/12/punida-juiza-que-deixou-menina-em-cela-masculina/> - Acesso em 13.10.2016.

Por ser conhecedora de objetos similares ao desta pesquisa, a bibliografia exerceu papel fundamental na definição de estratégias de abordagem teórico-metodológicas menos ortodoxas e mais apropriadas a um objeto de pesquisa de condições tão *sui generis*. Nesse sentido, as contribuições mais notáveis – já por sua vocação original de questionadora de modelos explicativos tradicionais – vieram da historiografia das mulheres e da criminologia feminista que, por sua vez, apresenta críticas, por exemplo, sobre a própria cronologia a respeito do nascimento da prisão.

Assim é o universo da pesquisa sobre justiça penal no ocidente contemporâneo quando o foco do questionamento incide sobre o sujeito histórico mulheres. O termo universo não se traduz em exagero ao tentar-se desvendar a trajetória da presença feminina nas diversas dimensões da justiça penal, tema ainda tão pouco explorado pela historiografia nacional. Um primeiro esforço foi feito. A discussão a respeito da institucionalização da punição sobre mulheres infratoras teve seu primeiro mapeamento realizado por uma pesquisa de mestrado defendida no final de 2011 e hoje publicada na forma de livro. A partir disso, iniciava-se o desafio de conhecer as instituições criadas em São Paulo. Com isso, o ponto de partida desse trabalho correspondeu ao início da administração religiosa católica dos presídios femininos paulistas. Embora o período da gestão religiosa nesses cárceres demarquem uma periodização temporal bastante precisa, os sujeitos, projetos e efeitos que impactam o estabelecimento e seu funcionamento possuem temporalidades distintas e indelevelmente intrincadas de modo que os temas tratados ao longo dos capítulos não obedecem ortodoxamente o período da administração do Bom Pastor. Por vezes, os elementos estudados se mostravam espalhados no tempo e no espaço, exigindo identificações e mapeamentos que, embora, visceralmente ligados à questão penitenciária feminina, possuíam raízes e trajetórias para além da delimitação 1942-1980.

Aqui, o marco inicial está envolto por uma condição dupla, constituindo-se como mero referencial político (não que isso seja pouco) para fins de análise e foi

escolhido por marcar a questão mais inquietante herdada da pesquisa anterior: por que a gestão religiosa para um presídio em pleno século XX? Quais interesses estavam envoltos na contratação e manutenção de uma congregação religiosa católica na administração prisional no Estado de São Paulo?

Descobrir quem foram as religiosas contratadas para gerir as primeiras penitenciárias do país era, portanto, tarefa primeira. Uma vez identificado o grupo religioso ao qual pertenciam as freiras, no caso a Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor de Angers, era mister descobrir de onde vieram e sua trajetória, o que as levou aos cárceres femininos brasileiros. O contato direto com o instituto fundante da Congregação na cidade de Angers, no oeste francês, se mostrava, inicialmente, inviável pelo silêncio diante das constantes investidas. Novas estratégias para desvendar as origens daquela Congregação urgiam. A opção adotada foi tentar seguir o caminho inverso das missionárias, contactando as casas que as enviaram para fundar o instituto no Brasil.

De posse da informação de que a maioria das freiras vindas em missão para a América do Sul eram canadenses e de que a maior casa do Bom Pastor daquela época estava igualmente fundada no Canadá, uma proposta de estágio em pesquisa foi elaborada para execução naquele país. O *Institute of Criminology* da Universidade de Ottawa acolheu a pesquisa de quase dois meses, realizada em 2013. Os diálogos travados durante aquele estágio possibilitaram: o acesso à ampla bibliografia (por meio da Biblioteca Eudista, sediada fisicamente naquele país) a respeito da trajetória da Ordem religiosa de Nossa Senhora da Caridade, que deu origem, entre outras congregações, ao Bom Pastor; a conversa com irmãs do Bom Pastor de Montreal que intermediaram os primeiros contatos com as irmãs de Angers, possibilitando a comunicação e o futuro acordo para uma pesquisa em seus arquivos privados; o diálogo com pesquisadores da atuação do Bom Pastor em estabelecimentos correcionais para mulheres e menores infratoras, diálogo que ampliou nosso horizonte de investigação.

No retorno ao Brasil, não se perdia de vista a curiosidade a respeito da

população prisional. Seguiram-se as tentativas de acesso às fontes penitenciárias, o mais moroso e desgastante processo de pesquisa deste trabalho. A maior barreira para a realização desta pesquisa foi a alegação de que não existiam documentos do antigo Presídio de Mulheres. O enredo, repetido incontáveis vezes, ao longo de anos, por diferentes funcionários e pesquisadores, foi sempre o mesmo: entre as grandes rebeliões ocorridas durante a década de 1980 houve uma série de incêndios que extinguiram um volume grande de documentos armazenados na Penitenciária do Estado, incluindo entre eles os dossiês de funcionários (que até hoje não conseguem se aposentar por terem perdidos nesses incêndios os registros de sua data de ingresso no sistema penitenciário paulista) e todos os registros da época das freiras. Desde 2008 fui desencorajada por esse relato que se repetia como uma ladainha e servia como justificativa para as constantes recusas às solicitações de pesquisa. A cada recusa parecia verdadeira a ladainha do incêndio e crescia a desesperança na sobrevivência de registros penitenciários da gestão religiosa e da população carcerária feminina. Entretanto, a cada recusa as solicitações eram reformuladas e reenviadas. Tudo isso simultaneamente ao desenvolvimento das investigações sobre as freiras que produziam resultados cada vez mais reveladores. Foi, finalmente, no segundo semestre de 2014 que as solicitações à Secretaria da Administração Penitenciária pareciam caminhar para a autorização da pesquisa, emitida em setembro de 2014. Duas penitenciárias tiveram seus acervos documentais consultados: a Penitenciária Feminina da Capital e a “Santa Maria Eufrásia Pelletier”, no município de Tremembé. Delas foram pesquisados prontuários das internas e registros fotográficos das atividades daqueles estabelecimentos. O Museu Penitenciário Paulista também fora visitado em três ocasiões ao longo da pesquisa. Nele foram consultados, essencialmente, os registros fotográficos.

Nesse ínterim, foram feitos os primeiros contatos com a casa do Bom Pastor em São Paulo, que centraliza a guarda dos arquivos do instituto no país. As recusas à consulta eram constantes e sob as mais variadas alegações (“a irmã responsável

está viajando”, “o material está em fase de reorganização”, “a casa está em reforma”, “a reforma continua”, “a reforma atrasou”, “ainda não acabou a reforma”, “vai demorar para a reinstalação do arquivo”). Assim, a pesquisa especificamente nesse arquivo privado foi inviabilizada. Ao mesmo tempo, o diálogo com o arquivo de Angers caminhava para a autorização da pesquisa, o que efetivamente se realizou, resultando na consulta de registros diversos a respeito das origens do Bom Pastor, sua trajetória na França e pelo mundo, bem como sobre as fundações das casas da Congregação no Brasil.

Visando ampliar o aproveitamento da viagem ultramar, uma nova proposta de estágio em pesquisa fora elaborada. A *École des Hautes Études en Sciences Sociales* foi a instituição acolhedora do estudo entre 2015 e 2016. Com esse estágio foi possível realizar: a pesquisa em acervos especializados nas atividades religiosas católicas na França e fora dela; o contato com a bibliografia francesa sobre prisões, atuação religiosa nesses estabelecimentos e a expansão das congregações pelo mundo; o debate com a comunidade acadêmica sobre o desenvolvimento da presente tese de doutoramento.

Além dessas etapas principais, realizou-se também diversas consultas às plataformas *on-line* de pesquisa acadêmica, às bibliotecas universitárias, a periódicos, sites com acervo especializado na temática trabalhada, busca por legislação no acervo digitalizado dos diários oficiais do Município, Estado e União.

A partir desse aparato bibliográfico e documental, o presente trabalho visou a compreensão de características fundamentais da execução penal sobre mulheres infratoras no Estado de São Paulo, focalizando a gestão religiosa do Bom Pastor nas penitenciárias femininas paulistas. Gestão que se estendeu da inauguração do Presídio de Mulheres, em 1942, até a saída das freiras da penitenciária de Tremembé, em 1980. Para tal empreitada o trabalho foi organizado em cinco capítulos.

No primeiro capítulo buscou-se apresentar a delimitação dos objetos de pesquisa, os presídios, apresentando igualmente a intensa experiência de pesquisa

nos estabelecimentos prisionais do estado. No texto são reveladas, como já citada, a existência de documentação penitenciária inédita e sua localização. Especial atenção foi dada à descrição detalhada do acervo e suas condições de armazenamento e descarte nas Penitenciárias Femininas geridas pelo Bom Pastor, cujos arquivos também foram mapeados e descritos nesse primeiro capítulo.

Os suportes legal e regimental da execução penal no país e no estado paulista foram a matéria do segundo capítulo, que mapeou e apontou decretos, projetos de lei, leis e contratos definidores da organização prisional, aos quais estavam submetidos os presídios femininos de São Paulo, trazendo uma proposta cronológica do estabelecimento e trajetória da execução penal em âmbito estadual e nacional.

O terceiro capítulo mapeia, descreve e analisa a trajetória da Congregação do Bom Pastor, sua fundação, sua atuação, expansão pelo mundo e chegada ao Brasil. O texto aponta, ainda, a posição da Congregação em movimentos religiosos e políticos mais amplos, como o Movimento Congreganista cuja expressão e impacto foi de alcance mundial.

A gestão das freiras, especificamente, nos presídios paulistas é o tema do quarto capítulo. Este trata do ingresso das religiosas na administração prisional em São Paulo, de suas funções e formas de atuação.

O quinto capítulo encerra o trabalho, apresentando alguns elementos da vida nos presídios. Baseado, essencialmente, nas fontes penitenciárias, de divulgação restrita³ e cujo tempo para a sistematização e análise foi, como vimos, muito inferior às demais fontes, o texto trata das formas de execução do regime penal e da organização prisional, a partir de suas atividades diárias e eventos esporádicos, como festividades, missas e visitas oficiais.

³ A veiculação das fontes, como imagens e prontuários, está condicionada à assinatura de contrato que prevê a estrita proibição da identificação das internas. Com isso, as fontes apresentadas foram editadas de modo a ocultar os nomes e e distorcer as faces das reclusas nos prontuários, fichas qualificativas, imagens e quaisquer outras fontes apresentadas nesse trabalho excetuando-se a Figura 21 que fora fornecida pelo Museu Penitenciário Paulista sem tais restrições e não se trata de fonte inédita de pesquisa.

CAPÍTULO – I

1 - Antecedentes penitenciários

Cadeias, prisões, reformatórios, internatos são hoje palavras e instituições familiares de nossa realidade social. Tais instituições são atualmente os recursos mais amplamente utilizados no planejamento e execução de projetos tanto de reabilitação social quanto de punição sobre indivíduos que tenham cometido infrações aos códigos penais vigentes pelo mundo. Contudo, o confinamento institucional nem sempre foi o expediente mais comumente empregado no modo de lidar com os infratores ao longo da história ocidental.

Com efeito, o uso das instituições para os longos confinamentos, como método punitivo predominante, é uma inovação relativamente recente. As sanções mais frequentemente empregadas – anteriormente à difusão e consolidação dos projetos penitenciários de institucionalização da punição propagados essencialmente a partir do século XVIII – correspondiam às imposições de castigos físicos com diferentes níveis de brutalidade, tais como: humilhações públicas, açoites, torturas diversas, mutilações, podendo chegar – não raro – à execução dos condenados. Nas prisões era possível encontrar uma reduzida quantidade de indivíduos encarcerados por curtos períodos de tempo. Estes, via de regra, estavam presos por dívidas ou aguardando julgamento. A prisão, o ato de aprisionar, não correspondia à punição em si.

A manutenção de indivíduos infratores encerrados em estabelecimentos especializados por longos períodos, como expressão própria da punição, foi a execução de um lento e gradual processo de institucionalização da punição de modelo penitenciário cujo impulsionamento sofreu influências diversas, dentre os

quais: dos ideais iluministas de uma certa humanização da legislação criminal, dos julgamentos e da punição; dos grupos filantrópicos (laicos e religiosos); dos rearranjos institucionais religiosos; das transformações políticas, econômicas e sociais ocasionadas por revoluções, guerras civis e de independência.

Com o adensamento das discussões a respeito de novas regulamentações da punição, diversos Estados pelo mundo promoveram, durante todo o século XIX e a primeira metade do XX, intensos debates sobre o crime, o criminoso, a lei, a justiça. Nesse sentido, cabe destaque para o impasse punir ou recuperar⁴, as tentativas de equacionar tão divergentes intenções e os meios para tanto. Fosse o objetivo punir ou “recuperar”, a privação da liberdade e a manutenção dos infratores por longos períodos no cárcere foi a medida que conquistou a simpatia de uma parcela considerável de teóricos e juristas da lei penal do período. Com isso, todo um arsenal tecnológico, material, humano e teórico foi mobilizado na construção dos monumentais complexos penitenciários de fins do século XVIII e início do XIX, principalmente nos Estados Unidos e Europa⁵.

No Brasil, os esforços para a modernização do sistema penal percorreu um longo processo que envolveu uma série de medidas jurídicas, políticas e econômicas, especialmente na primeira metade do século XX⁶. Foi, por exemplo, em 1924 que o livramento condicional recebeu regulamentação formal e com ele fora instituído o Conselho Penitenciário do Distrito Federal, cujas funções eram analisar as solicitações e verificar a conveniência da concessão do livramento condicional, visitar os estabelecimentos penais, averiguar a regularidade de seu funcionamento e apresentar relatórios.⁷

Simultaneamente à instauração do Conselho Penitenciário foram

⁴ Regenerar ou reformar também são termos recorrentes nas fontes, cuja utilização varia de acordo com o projeto penal defendido.

⁵ UNITED STATES BUREAU OF PRISONS. *Handbook of Correctional Institution Design and Construction*. [S.l.: s.n.], 1949.

⁶ SALLA, Fernando. *As Prisões em São Paulo (1822-1940)*. São Paulo: Annablume, 1999.

⁷ Decreto nº 16.665 de 6 de novembro de 1924.

adotadas uma série de medidas com vistas à implementação em território nacional de políticas penais mais modernas e uniformes, com novas regulamentações prisionais e a instalação de novos estabelecimentos. Dessa forma, foram incentivados e promulgados expedientes tais como: a implementação, em 1930, do Regimento das Correições, que pretendia reorganizar o regime carcerário; em 1933, foi criada a décima quarta subcomissão legislativa, responsável por elaborar o projeto do Código Penitenciário da República, que deveria legislar o ordenamento das circunstâncias do aprisionamento e da execução penal sobre os indivíduos condenados pela Justiça; em 1934, criou-se o Fundo e o Selo Penitenciário, a fim de arrecadar impostos para investimento nas prisões; em 1940, foi promulgado o novo Código Penal; em 1942, atendendo às exigências do Código, foram inauguradas (em São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente) as duas primeiras penitenciárias para mulheres.⁸

A prática do encarceramento de mulheres, no Brasil, ocorre há longa data, podendo remontar a, pelo menos, o início do século XIX. Entretanto, a institucionalização dessa prática é bem mais recente, datando da década de 1940. O estabelecimento de penitenciárias femininas também esteve envolvido em uma intensa disputa de projetos penais⁹. Os três poderes não se abstiveram diante da contenda e das reformas propostas e, no que diz respeito à adequação das penas aos condenados, a questão que aparecia, esporadicamente, no século XIX, ganhou força: E as mulheres? Diversas questões demandavam respostas: suas infrações

⁸ Desde, pelo menos, 1937 um estabelecimento do Bom Pastor da cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, recebia mulheres condenadas pela justiça para que lá cumprissem suas penas. Prática similar e bastante recorrente nas casas do Bom Pastor, como veremos, por onde se instalavam ao redor do mundo. Sob o mesmo regime de acolhimento de mulheres penitentes, órfãs e sentenciadas definido pela matriz francesa, os estabelecimentos do Bom Pastor no Rio de Janeiro já realizavam esse trabalho desde o final do século XIX. No caso porto-alegrense, em poucos anos o estabelecimento se converteu, sob a administração das mesmas irmãs do Bom Pastor e com auxílio de órgãos do governo, em Reformatório para Mulheres Criminosas e deveria funcionar ligado à administração prisional daquele estado (WOLFF, 2007). Pesquisas de pós-graduação ainda em andamento estão a investigar o funcionamento e as especificidades daquele estabelecimento que se tornaria penitenciário anos mais tarde.

⁹ ARTUR, Angela Teixeira. *Institucionalizando a punição: as origens do Presídio de Mulheres do estado de São Paulo*. São Paulo, Humanitas/CAPES, 2016.

poderiam ser consideradas como crime? Caso o fossem, quais mecanismos de punição deveriam ser empregados?

Entretanto, foi apenas a partir de 1940, com o, então novo, Código Penal, que se decretou a separação física entre homens e mulheres no interior do sistema prisional brasileiro. Entrava em vigor, portanto, a primeira diretriz legal que determinava nacionalmente a separação carcerária e a existência de instituições distintas ou, pelo menos, alas e seções apartadas para cada um dos sexos¹⁰. Assim, seguindo os desígnios do Código, em abril de 1942, foi inaugurada em São Paulo a primeira instituição penitenciária específica para mulheres no país, o “Presídio de Mulheres”, instalado nos terrenos da Penitenciária do Estado de São Paulo.¹¹

Em todo o estado paulista, de 1942 até 1980, funcionavam somente dois estabelecimentos penitenciários para mulheres: o Presídio de Mulheres e o Presídio Feminino de Tremembé¹². O Presídio de Mulheres foi inaugurado no ano de 1942, nos terrenos da Penitenciária do Estado, na capital paulista. Funcionou até 1973, ano de sua desativação, quando foi inaugurada a Penitenciária Feminina da Capital. Ao longo de todo o período em que exerceu atividade, o Presídio foi administrado pelas freiras da Congregação do Bom Pastor de Angers. Mesma entidade que seguiu administrando a Penitenciária Feminina da Capital, desde sua inauguração, em 1973, até 1977. Caso idêntico ao Presídio Feminino de Tremembé – interior do estado de São Paulo –, inaugurado em 1963 e renomeado em 1978, manteve-se subordinado à administração religiosa do Bom Pastor desde sua criação até o ano de 1980.

O Presídio de Mulheres, transformado, em 1973, em Penitenciária Feminina da Capital, era um presídio fechado e de segurança máxima, no qual a atividade religiosa permitida e prestada estava restrita ao catolicismo e o capelão

¹⁰ Decreto n. 2848, de 07 de Dezembro de 1940, artigo 29º, parágrafo 2º.

¹¹ ARTUR, 2016.

¹² PIMENTEL, Pedro Manoel. *Prisões Fechadas Prisões Abertas*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1977.

responsável pela assistência religiosa era compartilhado com a Penitenciária do Estado¹³. O Presídio Feminino de Tremembé também era uma prisão fechada de segurança máxima, para esse, entretanto, fora nomeado um capelão próprio¹⁴. Este presídio teve seu nome alterado, em 1978, para Penitenciária Feminina “Santa Maria Eufrásia Pelletier”, denominação mantida até os dias atuais.

Os presídios femininos do estado de São Paulo só conheceriam a administração laica a partir de 1977, ano em que a leiga Suraya Daher assumiu a direção da Penitenciária Feminina da Capital e posteriormente, em 1980, quando Aurea Regina Zollner de Pinheiro Cintra assumiu a direção da Penitenciária Feminina de Tremembé.

2 - Das cadeias à penitenciária feminina

Com a chamada modernização penal, ao longo dos séculos XIX e XX, e com a intensificação dos movimentos feministas (esses últimos, especificamente, nos Estados Unidos), uma pergunta ganhou destaque: devem as mulheres infratoras receber o mesmo tratamento penal que os homens? De um lado, os favoráveis à equidade das penas argumentavam que se as mulheres postulavam igualdade de direitos, deveriam receber igual tratamento penal. Do outro lado, uma dita natureza física mais frágil das mulheres era o argumento dos que defendiam a atenuação das penas para o sexo feminino no regime de execução penal. Sob tratamento atenuado ou não, o encarceramento acontecia. Dava-se sob variadas condições e era realizado em diferentes instituições: cadeias públicas, manicômios e conventos.¹⁵

¹³ OLIVEIRA, Marina Marigo Cardoso. *A religião nos presídios*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978. (Série Estudos Penitenciários).

¹⁴ OLIVEIRA, 1978.

¹⁵ ARTUR, Angela T. *As Origens do “Presídio de Mulheres” do Estado de São Paulo*. 2011. 157 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

Foi no início do século XX que surgiram, no Brasil, as primeiras iniciativas visando a regulamentação do encarceramento feminino, mais precisamente para o estabelecimento de penitenciárias para as infratoras já condenadas

A nossa legislação penal em vigor não contém disposição especial referente à mulher condenada: todavia, o cumprimento da pena se vem fazendo na prisão comum¹⁶

Condenadas e meras detidas compartilhavam as parcas celas das cadeias públicas e casas de correção. Em relatório à Câmara, em 1831, a comissão responsável pela vistoria das cadeias públicas de São Paulo, a respeito da presença feminina nas cadeias, denunciava

dever-se-ia prover o necessário alimento e vestuário para que elas não se prostituíssem. Com tal providência, além da instalação de uma segunda grade, a conservação da moralidade poderia ser alcançada com a guarda das mulheres sendo confiada a “pessoas probas e bem morigeradas”¹⁷

As denúncias das condições carcerárias e as propostas que as acompanhavam eram fortemente marcadas por aspectos predominantemente morais. Os relatórios das décadas seguintes evidenciam a predominância da inquietação. Por exemplo, os relatórios produzidos em 1873 e 1875 descreviam uma situação de abandono das mulheres ali encarceradas, bem como a improbidade dos guardas no trato com as reclusas. Nesse sentido, o diretor da Casa de Correção, Manuel Dias de Toledo, fazia a denúncia da situação

de serem elas confiadas a vigilância de guardas que, já por seu sexo, já por nem sempre oferecerem garantias de honestidade, trazem a administração em contínuo sobressalto, e o que mais é, a impossibilitam de promover nesta parte a regeneração que têm em vista as instituições desta ordem.¹⁸

¹⁶ MARREY JR., José Adriano. Presídio de Mulheres. *Arquivos da Polícia Civil de São Paulo*. São Paulo, vol. II, 2^o sem., 1941.

¹⁷ SALLA, Fernando. *As prisões em São Paulo: 1822-1940*. São Paulo, Annablume, 1999, pp. 51.

¹⁸ Idem, pp. 107-108.

Além das péssimas condições já descritas, é possível notar a interferência do corpo de funcionários das cadeias na produção de um ambiente ainda mais hostil às mulheres encarceradas. Interessante notar que para Toledo o primeiro ponto a que se deva destinar atenção é ao sexo dos guardas, que “já por seu sexo (...) trazem a administração em contínuo sobressalto”, sugerindo um descompasso entre uma vigilância exercida por guardas do sexo masculino sobre prisioneiras do sexo feminino, a ponto de essa inadequação “impossibilitar” a instituição de promover a “regeneração” das prisioneiras.

Não é incomum encontrar relatos sobre o compartilhamento de celas entre os presos de ambos os sexos ao longo de todo o século XIX e boa parte do XX. As diversas condenações morais que recaíam sobre a prática do encarceramento de homens e mulheres conjuntamente não foram imediatamente acompanhadas por medidas jurídicas, legislativas e estruturais sobre a execução penal em âmbito nacional de modo a promover a separação entre os sexos.

Sobre as décadas seguintes, com a virada do século, o que se encontra nas fontes é a persistência do problema descrita em relatos similares: promiscuidade, insalubridade de toda ordem, maus tratos, ameaças, prostituição e abusos rotineiros. Foram práticas repetidamente denunciadas. Em fala proferida durante o Congresso Científico Latino Americano, reunido, em 1907, no Distrito Federal, o Desembargador Souza Pitanga reiterava as denúncias que há cerca de um século vinham se repetindo:

e, ao fundo, em um só compartimento desguarnecido de móveis e de quaisquer utensílios, a prisão de mulheres, porque é nesse lugar absolutamente impróprio, pela sua própria organização regulamentar que elas cumprem as penas que lhe são impostas.¹⁹

Além das constantes referências ao ambiente impróprio, insalubre, da coabitação de condenas com as presas provisórias e de mulheres com homens,

¹⁹ Citado em: BASTOS, J. Tavares *Penitenciária para mulheres criminosas* s.. São Paulo, Duprat, 1915.

Tavares Bastos em sua defesa pela criação de um estabelecimento penitenciário especificamente feminino, trazia novamente a questão dos guardas:

Urge, pois, seja modificado o sistema penitenciário, e em especial que se cuide de prisões exclusivas para mulheres (...) A reclusão da mulher com o homem, em comum é o fomento da crueldade (...) É a perversão ainda pior da mulher criminosa, com o convívio dos homens delinquentes e guardas das prisões.²⁰

A partir da década de 1920, propostas de criação de estabelecimentos especializados na execução penal sobre mulheres infratoras começam a ganhar contornos institucionais mais concretos. Levantamentos estatísticos sobre a população carcerária (feminina e masculina) de todo país passaram a ser exigidos pelo presidente do, ora, recém-criado Conselho Penitenciário do Distrito Federal, cujos dados eram amplamente divulgados, bem como os relatórios sobre as visitas realizadas nas cadeias e detenções espalhadas pelo território nacional e por países circunvizinhos. Além disso, fora criado no Distrito Federal, em 1921, o Patronato das Presas que deveria prestar assistência às egressas do cárcere.²¹

Entretanto, a consolidação de uma execução penal especializada, regulamentada e institucionalizada para as infratoras estava longe de se concretizar. O projeto inicial de Penitenciária Agrícola fora intensamente debatido – especialmente pela comunidade de penitenciaristas – em diversos de seus pontos: localização geográfica, o edifício e suas instalações, o trabalho prisional para mulheres, o regime penal proposto, possível rendimento financeiro da empreitada e a equipe de funcionários responsável pelo estabelecimento.

Quanto a esse último quesito, o projeto de Penitenciária Agrícola para mulheres previa uma gestão de acordo com os moldes da experiência que seu idealizador houvera observado no *Carcel de Mujeres* na cidade de Buenos Aires. Na prisão argentina reinava um modelo penal já bastante difundido e consolidado internacionalmente, cujo serviço administrativo geral e de guarda no trato direto

²⁰ Ibidem, pp. 104.

²¹ ARTUR, 2016, pp. 58.

com as presas era de exclusiva responsabilidade de freiras católicas. As Irmãs do Bom Pastor, como ficaram conhecidas, integrantes de uma congregação de origem francesa, já estavam estabelecidas em conventos próprios há algumas décadas em diversos países da América do Sul, inclusive no Brasil. Embora, não faltassem propostas, faltavam consenso e interesse político. Por isso, o programa não foi implementado.

Contemporaneamente, eram ampliadas a passos largos as medidas de controle sobre as mais variadas formas de sociabilidade e, sobretudo, ampliavam-se as medidas de caráter repressivo sobre as camadas populares. Foi nesse momento que se intensificaram as discussões e as disputas pela implementação de um novo código penal para o país que atendesse às demandas modernizadoras de certos setores das elites política e econômica.

Promulgado em 1940, passou a vigorar, em território nacional, a partir de 1942 um novo Código Penal. Com ele era definida pela primeira vez a separação física de homens e mulheres no interior das prisões, bem como a criação de estabelecimentos especializados para mulheres. Em consonância não só com o estrito cumprimento da letra do Código, mas, principalmente, em consonância com o projeto repressivo-modernizador que ele visava implementar, o Estado de São Paulo decretou em agosto de 1941 a criação de sua primeira penitenciária feminina. Para dar conta da empreitada, da administração geral, do trato direto com as sentenciadas e de todo o trabalho de zeladoria da nova instituição, o Estado de São Paulo, neste caso representado pela Diretoria Geral da Penitenciária do Estado, contratou os serviços da Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor de Angers.

Inaugurado em julho de 1942, o Presídio de Mulheres do estado de São Paulo, fora instalado nos terrenos da Penitenciária do Estado, numa casa sobrado que fora a antiga residência de seus diretores. Já era comum à época, como o é até os dias correntes, definir a Direção de penitenciárias e presídios como cargos de confiança, cujos mandatos são determinados por nomeações sem o

condicionamento dos concursos públicos. A estabilidade dos cargos de confiança, grosso modo, dependem da estabilidade dos governos que ao sofrerem substituições (por intermédio eleitoral ou de golpes) acabam por igualmente substituir seus comissionados em tais cargos. Pois bem, um mês antes da inauguração do Presídio, fora contratada para sua chefia a Irmã Maria Mathilde do Santíssimo Sacramento, dava-se início, assim, à gestão da Congregação do Bom Pastor sobre as penitenciárias femininas paulistas, estendendo-se, sem grandes abalos, até 1980.

Vale lembrar que, nesse momento, o país era assolado por regime ditatorial que atuava intensamente na concentração de poderes nas mãos do executivo e na repressão e controle de indivíduos e organizações, com vistas a uma determinada modernização nacional. Esse mesmo Estado, que ora criava mais um aparato de repressão e controle, confiava sua execução a uma congregação religiosa católica. Acreditava-se que as Irmãs do Bom Pastor eram “devidamente habilitadas” para as funções que lhe eram confiadas e assim atenderiam às expectativas dos defensores desse acordo entre Estado e Igreja, entre a Penitenciária e a Congregação.

A compreensão dos interesses envolvidos na gestão do Bom Pastor passa, necessariamente, pela análise do período de exercício da própria atuação da Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor de Angers na direção penitenciária paulista, a saber entre os anos de 1942 e 1980. A partir dessa delimitação, foi possível desenhar um quadro do funcionamento de tais instituições e do papel das religiosas na execução do regime penal sobre mulheres infratoras no estado de São Paulo. Com isso, faz-se mister a identificação das práticas do encarceramento de mulheres infratoras nos presídios femininos do estado de São Paulo. Para tais objetivos, foi definido como objeto de análise os estabelecimentos penitenciários que tenham sido sujeitos à administração religiosa católica, no caso o Presídio de Mulheres da Capital e o Presídio Feminino de Tremembé.

3 - A prisão-arquivo

Material textual armazenado em condições diversas, em locais pouco apropriados, “organizados” segundo critérios pouco claros ou sem qualquer padronização, selecionado, descartado, reorganizado aleatoriamente ao longo dos anos de “conservação”, são ocorrências infelizmente ainda bem conhecidas na rotina do historiador das prisões no Brasil. E é, também, o caso de grande parte do acervo sobre o qual se baseia esse trabalho. Mantidas fora dos critérios de organização, armazenamento, conservação, consulta e descarte dos órgãos responsáveis pela custódia da documentação produzida nos estabelecimentos públicos estatais, as fontes e seu tratamento nos conduziram a algumas considerações iniciais.

A definição de uma estratégia adequada, para abordagem de fontes cujo armazenamento, seleção e descarte percorreram caminhos tão adversos, era urgente. Assim, ficou evidente que bem como as fontes em si, a “disposição” do acervo era reveladora da organização e da trajetória institucional. Nesse sentido, ainda é válido o conselho do historiador norte-americano, John Conley:

os historiadores deveriam prestar mais atenção à realidade do funcionamento das prisões em sua tentativa de descrição do papel da prisão na sociedade. Nós não podemos, e não deveríamos esperar determinar o papel social da prisão nos concentrando unicamente sobre a retórica dos reformadores²².

Com isso, houve um esforço para abordar as penitenciárias femininas em seus diversos aspectos, de modo a não perder de vista a realidade dinâmica das forças históricas, considerando o impacto dessas forças sobre a trajetória da

²² Tradução livre de: “Les historiens devraient faire plus attention à la réalité du fonctionnement des prisons dans leur tentative de description du rôle de la prison dans la société. Nous ne pouvons pas, et ne devrions pas espérer déterminer le rôle social de la prison en nous concentrant uniquement sur la rhétorique des réformateurs.” CONLEY, John A. “L’histoire de prisons aux Etats-unis. Proposition pour une méthode de recherche”. In: PETIT, Jacques G. (Org.) *La prison, le bagne et l’histoire*. Genève, Librairie des Méridiens, 1984.

instituição penitenciária no tempo e no espaço.²³ Para tanto, partimos de uma descrição dos tipos de registros, das formas de armazenamento, dos critérios de conservação e descarte, bem como das formas de acesso a esta documentação ainda tão pouco divulgadas sobre o universo prisional paulista.

Subordinados à Secretaria de Estado da Administração Penitenciária (SAP), os estabelecimentos prisionais e penitenciários de São Paulo possuem amplo acervo com registros de suas atividades ao longo de sua existência que ainda não foram coletados e catalogados pelos órgãos arquivísticos do Estado. Embora haja um esforço para seguir a legislação de custódia da documentação, os estabelecimentos prisionais ainda seguem um sistema de organização bastante singular e próprio quanto à documentação produzida anteriormente à criação da Secretaria.

Assim, de início já esbarramos naquele “terreno razoavelmente atravancado” descrito por Michelle Perrot para o acesso às informações sobre a passagem de indivíduos pelo interior das prisões, cercados, segundo a autora, por uma “tripla muralha”:

em primeiro lugar, o analfabetismo sempre mais acentuado que o da população total (mais 10 ou 15%). No entanto, no último quartel do século XIX, a difusão da instrução modifica as relações dos prisioneiros com a escrita (...) Pois a instituição opõe um segundo e temível obstáculo: ela recusa a palavra e esconde o escrito, quando não o destrói, nos obscuros arquivos que só podem ser abertos após um século. Por fim, a vergonha social, o estigma infligido pela prisão recalcam o testemunho.²⁴

Em se tratando, por exemplo, dos registros produzidos pelos presídios femininos, o material documental permanece todo sob a custódia da SAP que exige um processo distinto do tradicional, realizado nos arquivos públicos, para a

²³ CONLEY, John A. “L’histoire de prisons aux Etats-unis. Proposition pour une méthode de recherche”. In: PETIT, Jacques G. (Org.) *La prison, le bagne et l’histoire*. Genève, Librairie des Méridiens, 1984.

²⁴ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. São Paulo, Paz e Terra, 2010, p. 238.

obtenção de autorização da pesquisa no acervo. Com isso, a superação da segunda muralha descrita pela historiadora se colocava como o mais difícil e moroso obstáculo. Afinal de contas, como ainda alertou a historiadora

A informação, sempre difícil no que tange às classes populares, é ainda pior em relação ao mundo carcerário ou à delinquência, por definição obscuros e dissimulados, e sempre descritos pelo olhar legal.²⁵

Considerando a inexistência de catálogos, de fundos ou coleções, considerando que as informações a respeito de tipos de registros, de periodizações, de localização e de armazenagem, eram mínimas a definição prévia do corpus documental de uma pesquisa a respeito dos presídios femininos revelou-se uma empreitada difícil. Os primeiros passos da pesquisa foram na direção de identificar e localizar os registros produzidos nos presídios femininos do estado. Após buscas em arquivos públicos e diversas consultas à Secretaria da Administração Penitenciária, a informação obtida foi de que os documentos permaneciam no interior de suas respectivas penitenciárias. Uma vez informada a existência de tais prontuários e sua localização, o passo seguinte foi a busca por autorização para a entrada nos presídios e realização de pesquisa no interior das penitenciárias.

Sob a gestão da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária, foi criado, em São Paulo, o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Associado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)²⁶, ao Comitê está atribuída a tarefa de avaliar e acompanhar ética e metodologicamente as pesquisas propostas a quaisquer das unidades do sistema penitenciário paulista²⁷. Com isso, o projeto de pesquisa histórica e documental precisou ser ajustado ao formato e as exigências

²⁵ Ibidem, pp. 276.

²⁶ Regulador Federal dos Comitês de Ética em Pesquisa com seres humanos, subordinado ao Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde.

²⁷ SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Administração Penitenciária. Regimento Interno do Comitê de Ética da Secretaria da Administração Penitenciária. São Paulo, 2011. Disponível em:

<http://www.sap.sp.gov.br/download_files/pdf_files/comite_de_etica_em_pesquisa_SAP/Regimento%20Interno%20CEP-SAP.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2013.

de pesquisas das áreas da saúde. Nessa fase, a determinação do Comitê foi a de estabelecer um contrato de proteção à identidade das internas. Nada que revelasse suas identidades poderia ser publicado, incluindo-se imagens e nomes consultados durante a realização da pesquisa no interior dos estabelecimentos visitados. A reprodução dos prontuários, inicialmente, também fora vetada mas, posteriormente, autorizada sob a condição da proteção da identidade das reclusas.

3.1 - Na cadeia: rotina de pesquisa

Uma vez de posse de todas as autorizações necessárias (anuência do Secretário, autorização da Juíza Desembargadora dos presídios, aprovação do Comitê, autorização das Diretoras das penitenciárias), fez-se a primeira visita aos presídios e definiu-se a rotina da pesquisa. Na Penitenciária Feminina da Capital, os dias de pesquisa seriam alternados de modo que correspondessem à escala de trabalho das agentes de segurança penitenciária que atuavam há mais tempo no setor de documentação. Dessa forma, a pesquisa foi realizada no Centro Integrado de Movimentações e Informações Carcerárias da Penitenciária Feminina da Capital (CIMIC/PFC), das 10h às 17h, ao longo de três meses (entre agosto e outubro de 2014). No Núcleo Integrado de Movimentações e Informações Carcerárias da Penitenciária de Tremembé (NIMIC/PFT), por sua localização no interior do estado, a rotina foi diversa. A pesquisa foi realizada em dias contíguos, das 9h às 17h, inicialmente com previsão de duração de quatro semanas, mas, por conta do diminuto volume do acervo, limitou-se a duas semanas (em novembro de 2014).

3.2 - Ficha corrida: do acervo da Penitenciária Feminina da Capital

Por alegadas questões de segurança quanto ao trânsito de pessoas dentro da penitenciária, o contato com os prontuários, nas primeiras visitas, foi todo intermediado pelas funcionárias do CIMIC. Elas escolhiam e traziam, a seu critério, as caixas com prontuários antigos de presas. Com o passar dos dias, e aos poucos, as funcionárias foram concedendo mais informações a respeito do conteúdo, localização e organização do acervo.

Atualmente, os prontuários das internas ficam acondicionados em pastas-arquivo, acomodados em estantes de ferro num depósito específico dentro do estabelecimento penitenciário e apartado do CIMIC. Em uma avaliação visual, há, aproximadamente, algo em torno de mil pastas no local. Em sua ampla maioria são azuis, umas poucas são vermelhas. Estas poucas estão logo na primeira estante (de ferro) e contêm os prontuários mais antigos. É possível visualizar, pela numeração que apresentam externamente, até o número 147 entre as pastas vermelhas (mais algumas sem numeração). Já as pastas azuis, incontáveis, ocupam todas as demais estantes que cobrem três paredes e, ao centro da sala, mais umas três ou quatro estantes. Há também cerca de vinte pastas cujas etiquetas externas possuem a inscrição “óbitos”. Houve tentativas de consultá-las, mas as caixas estavam na parte mais alta da estante e não havia, no local, uma escada para alcançá-las.

Foram escolhidas seis caixas cujas datas se adequassem ao período pesquisado. A escolha aleatória teve como critério uma certa diversidade temporal, de modo que fosse possível consultar prontuários para todas as décadas da gestão religiosa envolvidos pela atual catalogação do material, como veremos adiante. Uma vez selecionadas, as caixas foram transferidas para o CIMIC, a fim de serem abertas e consultadas.

PENITENCIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PRESDIO DE MULHERES
 AV. DAL ATALDA LEONEL, 555 - FONE 290 - 1521

REGISTRO GERAL: _____

PRONTUÁRIO N.º P.M.C. 291
 CAIXA N.º _____

SENTENCIADA:

NOME: A. L. L.

VULGO: _____

ENTRADA EM: 11 DE dezembro DE 1972
 PROCEDÊNCIA: Recolhimento de Prises Lixantes
 MOTIVO: sempre para
 SAÍDA EM: 09 DE março DE 1972
 MOTIVO: transf. para R.F. Trumbe

SÃO PAULO 12 DE dezembro DE 1972

Depressão da Direção Geral da Penitenciária

Figura 1 – Exemplo de Capa de Prontuário²⁸

²⁸ Acervo da Penitenciária Feminina da Capital.

Diversas vezes as funcionárias foram questionadas pela autora sobre como se deu a organização do acervo, sempre obtendo como resposta explicações esquivas que nada esclareciam. Em certa ocasião informal, uma funcionária prestou informações sobre a tal organização. Ela começou falando a respeito das leis estaduais sobre validade e armazenamento de documentação em órgãos públicos. Explicou que certos documentos possuem validade legal de cinco anos e devem ser armazenados por vinte; e que, no caso da documentação penitenciária referente aos prontuários de presos, não há nenhuma lei que regule sua validade nem determine seu armazenamento, ficando essa prática a critério da gestão dos estabelecimentos penais. Depois dessa introdução, a funcionária revelou que até o final de 2011 os prontuários não estavam em caixas, como atualmente, e não tinham um local específico no qual ficassem armazenados de modo concentrado. Os prontuários ficavam guardados nos armários dos mais variados setores penitenciários (setor médico, setor de educação, setor de assistência psicológica etc.). Ocorreu que, com o inchaço da população penitenciária e a intensa produção de documentos dos mais diversos setores (psicologia, instrução, pecúlio, serviço social etc.), não havia mais espaço para o armazenamento dos documentos produzidos no próprio setor, porque seus armários estavam lotados de prontuários antigos. Organizou-se, então (durante um período de recesso do fórum),²⁹ um mutirão para a desocupação dos armários. Ela conta que, quando isso ocorreu, muitos prontuários estavam inutilizáveis, completamente deteriorados por mofo e traças, impossibilitando qualquer identificação. Esses (os mais antigos, ao que tudo indica) foram descartados. Os demais foram juntados e levados ao Arquivo Morto da SAP, que – por falta dos ofícios adequados – recusou a custódia do material e o devolveu à PFC. Essa última, com novo mutirão, tratou de dar alguma organização ao material e definir seu local de armazenamento.

A funcionária relatou que o trabalho de organização começou com a tentativa de identificar e seguir a lógica de organização e de registro originais,

²⁹ Algum momento entre 2005 e 2008, segundo relato da funcionária da PFC.

segundo a qual o acervo fora a princípio constituído. Tentaram, inicialmente, identificar e seguir a lógica do registro original presente nos prontuários, procedimento dificultado pela variedade das formas de registro encontradas. Com o avançar da tentativa de dar uma organização aos prontuários, optaram por seguir apenas sua organização e ordem de numeração originais. À medida que os sistematizavam dessa maneira, começaram a encontrar prontuários de mulheres diferentes, de períodos de internação diversos, mas com a mesma numeração. Descobriram, assim, que essa numeração, embora sequencial, não era ilimitada. Isso significa dizer que, ao final de cada ano, a contagem zerava, recomeçando a partir do zero no ano seguinte. A partir daí adotou-se outra forma de sistematização, seguindo a cronologia de entrada no estabelecimento. Avançando na separação segundo esse critério, depararam-se com novo obstáculo. Identificaram que o registro de entrada das sentenciadas dava-se segundo condições variadas e procedentes de diferentes instituições. Com isso, seus prontuários já vinham desses estabelecimentos com numeração própria, muitas vezes, adotadas na abertura e registro dos prontuários do Presídio. Dando sequência à tentativa de organizar o acervo de prontuários da Penitenciária Feminina da Capital, o mutirão de funcionárias passou, então, a organizar o material a partir da procedência das presas – fizeram montes de prontuários de presas procedentes das cadeias públicas da região metropolitana, procedentes das comarcas do interior, da Casa de Detenção ou do Recolhimento de Presos Tiradentes. Com a finalização do recesso do fórum, os prontuários foram organizados “do jeito que deu”, nas palavras da funcionária.

Por fim, fez-se uma lista com a numeração das caixas e os anos dos prontuários que continham. Com a consulta às caixas foi possível verificar que os anos não são precisos. Por exemplo, em uma caixa cuja etiqueta indicava conteúdo de 1951, estava um prontuário de 1947. Tal ocorrência foi bastante frequente na consulta ao acervo. Não houve autorização para a cópia da lista de catalogação do acervo do CIMIC. Entretanto, em uma tentativa de memorização da lista

visualizada, a organização segue, aproximadamente, a disposição seguinte:

- Da caixa 01 à 77 = classificação feita por ano de entrada;
- Da caixa 78 à 89 = P.M.C. ;
- Da caixa 90 à 95 = RM;
- Da caixa 97 à 134 = DP;
- Da caixa 135 à 147 = P.F.C. ;
- Numeração SAP (crescente, sem limite preestabelecido).

Classificação por ano de entrada: nessas caixas encontram-se prontuários mais antigos, cuja numeração partia do número 01, alcançando o 77. Os prontuários contidos nessas caixas seguiam variadas ordens de registro, de numeração simples a RM e a P.M.C. Sua ordem cronológica era aproximada e pouco precisa. Era possível encontrar prontuários identificados pelas diversas siglas anteriores, bem como sem qualquer sigla – este caso era comum aos prontuários das décadas de 1950 e 1960. Eram verdadeiras caixas de surpresas.

P.M.C = é difícil precisar com rigor o significado da sigla dada a variedade temporal dos prontuários encontrados sob esse registro. O mais provável é que signifique Presídio de Mulheres da Capital. Entre esses prontuários é possível perceber que a sigla classificava as presas – em sua ampla maioria – provenientes do Recolhimento de Presos Tiradentes em cumprimento de pena no, então, Presídio de Mulheres. Foram encontrados prontuários catalogados com esta sigla desde 1951, embora seja visível que sua utilização se tornou mais frequente a partir de meados dos anos de 1960.

P.F.C. = Entre os prontuários consultados, não foi localizada a utilização dessa classificação em documentos anteriores a 1974, levando a crer que a sigla signifique Penitenciária Feminina da Capital, denominação que o estabelecimento recebeu no ano anterior. Os prontuários que a seguem eram todos de sentenciadas provenientes do “Presídio do Hipódromo”, acusadas que respondiam a crimes comuns. Nesses casos, a ampla maioria das sentenciadas ainda aguardava julgamento, raríssimos eram os casos de cumprimento de pena.

[illegible]

Figura 2 – Exemplo de Ficha Qualificativa³⁰

³⁰ Acervo da Penitenciária Feminina da Capital

RM = Esta é, de longe, a classificação mais difícil de precisar e, sem dúvida, a que pode revelar o conjunto de práticas mais desconhecido do complexo prisional paulista do período. Não foram localizadas referências que auxiliassem no desvendamento do significado da sigla, utilizada para classificar presas recolhidas, majoritariamente, na Seção Especial do Presídio de Mulheres³¹. Os ofícios produzidos por esse “estabelecimento” não apontam seu endereço ou local de funcionamento, apenas indicam se tratar de um “anexo” do Presídio de Mulheres. Entretanto, os ofícios indicam a transferência das presas de um estabelecimento para o outro mediante escolta do D.O.P.S. Conhecendo a arquitetura do edifício do Presídio de Mulheres àquela época, é possível afirmar que não faz sentido a produção de ofício e a mobilização de escolta para transferência de sentenciadas no espaço correspondente a uma casa-sobrado. O papel utilizado na produção desses ofícios não possuía nenhum timbre institucional que indicasse sua vinculação ou subordinação. A maioria das custodiadas nesse “estabelecimento” eram denominadas “presas políticas”, com acusações baseadas na Lei de Segurança Nacional e no Código Penal Militar. As indiciadas, majoritariamente, não possuíam condenações transitadas em julgado e em alguns casos sequer constava a acusação sob a qual estavam presas. Os funcionários que assinavam os ofícios não figuram na lista de funcionários do Departamento dos Institutos Prisionais do Estado, contratados e divulgados em Diário Oficial. Não há como identificá-los (se é que não se tratam de nomes fictícios). Após conversas com funcionários antigos, surgiu a desconfiança de que uma ala na Casa de Detenção – destinada a presos provisórios, exclusivamente do sexo masculino – tenha sido utilizada para abrigar essa “Seção Especial”. Um funcionário – que à época de realização desta pesquisa trabalhava no Arquivo Morto da SAP – dizia se lembrar de ter havido uma época em que a Casa de Detenção do Carandiru recebeu mulheres. Em seu relato, ele afirmou se recordar de ter sido um período curto, algo entre 1971 e 1976, precisamente o período correspondente aos documentos encontrados nas caixas RM, referentes à

³¹ Sobre a criação da Seção Especial, ver o Capítulo II deste trabalho.

“Seção Especial”.

DP = Segundo uma funcionária, a sigla pode ter dois significados: Delegacia de Polícia ou Distrito Policial. Foram consultadas duas caixas que, segundo a lista classificatória das caixas do CIMIC, deveriam corresponder a essa catalogação: a caixa 123 e 128. Entretanto, no interior das caixas catalogadas como DP, foram encontrados prontuários que seguiam a classificação P.F.C.

Numeração SAP = Com a criação da Secretaria da Administração Penitenciária, em 1993, houve uma tentativa de padronizar os números de matrícula da população carcerária. Assim, todos os presos desde os primeiros custodiados na Penitenciária do Estado, a partir de 1923, deveriam receber um número de matrícula exclusivo, de modo que cada indivíduo da população prisional tivesse um número próprio, evitando que dois ou três presos respondessem à mesma numeração – como ocorria no padrão antigo de reinício anual da numeração das matrículas. Em alguns dos antigos prontuários, não foi possível identificar a numeração original por conta da rasura provocada por quem fez o novo registro. Em conversa com as funcionárias, elas revelaram que essa numeração adotada atualmente ultrapassa a contagem de um milhão!

3.3 - Ficha corrida II: o acervo da Penitenciária Feminina “Santa Maria Eufrásia Pelletier” de Tremembé

O acervo de prontuários do período da gestão religiosa existente no Núcleo Integrado de Movimentações e Informações Carcerárias da Penitenciária de Tremembé (NIMIC/PFT) é praticamente inexistente. Devido a problemas de armazenagem, os documentos foram descartados, restando daquele período não mais do que seis prontuários.

Surpreendentes, neste acervo, são os álbuns fotográficos organizados pelas freiras durante sua gestão. Repletos de imagens dos mais variados setores do

estabelecimento, das atividades cotidianas, visitas extraordinárias, festividades e eventos, apresentam com inigualável riqueza de detalhes o universo prisional daquele presídio. Organizadas em quatro álbuns, as imagens devem totalizar algo em torno de quinhentas.

Outro ponto interessante quanto ao “acervo” de Tremembé é a facilidade para a criação e registro de um acervo oral. A quantidade de ex-funcionárias que atuaram no presídio durante o período de gestão das freiras é grande e o reduzido tamanho da cidade facilita sua localização e seu contato.

3.4 - Da coleta de dados

Após a emissão da autorização judicial para a realização da pesquisa e diante da negativa de reprodução fotocopiada dos documentos, foi definida uma outra estratégia de coleta dos dados. Elaborou-se uma ficha que tornasse possível a coleta de algumas informações constantes nos prontuários. Antes do primeiro contato com os documentos, fez-se uma tentativa de supor o tipo de informação que eles poderiam conter e quais delas interessariam à pesquisa. Já durante a consulta do primeiro prontuário, no primeiro dia de pesquisa, foi possível perceber a insuficiência da ficha elaborada. Com isso, uma segunda ficha foi elaborada com um maior número de tópicos a serem preenchidos, de modo a coletar o maior volume de informações possível de todos os prontuários. No terceiro dia, constatamos a inviabilidade do uso da segunda ficha, em decorrência da imensa variabilidade de conteúdo de informações dos prontuários. Assim, uma terceira ficha foi elaborada com tópicos mais flexíveis e que permitissem a coleta de maior diversidade de informações.

A informação a respeito da quantidade de caixas de que o acervo dispunha só foi fornecida no quarto dia de pesquisa. O volume do material era, até então, completamente desconhecido. Todas as respostas aos questionamentos sobre o

assunto eram algo como “não tem quase nada”, “sobrou muito pouco daquela época”, “não sabemos se tem isso aqui”.

No primeiro dia de pesquisa, uma funcionária, disponibilizou a caixa de número 14. A partir disso, com algum grau de certeza, constata-se a existência de pelo menos mais treze caixas e, dispondo de alguma sorte, umas seis além dessas. Totalizariam, portanto, aproximadamente vinte caixas que seriam, perfeitamente, todas consultadas ao longo de um mês. Nessas condições, a estratégia traçada até então era mais do que adequada. Pois bem, no quarto dia de pesquisa chegou a informação a respeito das caixas de prontuários correspondentes ao período pesquisado: ultrapassavam 140, cuja quantidade de prontuários era, de fato, desconhecida (foram encontradas caixas com apenas seis prontuários e outras com 47). Diante da nova informação, a partir do quinto dia de pesquisa, a ficha de coleta foi novamente reelaborada e reduzida pela metade, com vistas a reduzir o tempo de coleta e ampliar ao máximo a quantidade de prontuários consultados, visando, dessa forma, a variabilidade temporal dentro do período pesquisado e maior contato com as diversas classificações operadas dentro do Presídio de Mulheres (P.M.C, P.F.C, RM etc.). No último dia de pesquisa, foi autorizada a reprodução digital de alguns prontuários mediante a condição e o compromisso de que a identidade das internas não fosse revelada.

- Dos prontuários

As informações nos prontuários eram muito diversas e variadas. Alguns prontuários eram extensos e continham um vasto histórico da vida prisional da interna que ia da composição do inquérito policial até seu alvará de soltura. Outros tantos só continham a capa e uma ficha qualificativa incompleta de modo que o tipo de informação contida nos prontuários atualmente armazenados nas penitenciárias pesquisadas não é padrão.

De regular e constante nos prontuários, havia sua apresentação física em

pastas de papel timbrado pela Penitenciária do Estado, com indicações para: nome; data e motivo de entrada; data e motivo de saída; procedência; e número do prontuário. Dentro dos prontuários, a primeira folha era sempre uma Ficha Qualificativa com as informações gerais das internas. Ficha esta padrão e, visivelmente, elaborada para o público masculino, mas aproveitada pela penitenciária feminina.

A Ficha Qualificativa, geralmente, era seguida por uma Ficha Datiloscópica, nela constando fotografias da interna, uma de frente e a outra de perfil, e suas impressões digitais. Nem todos os prontuários continham essa ficha, sendo muitos encontrados sem esse registro. Daí em diante, os prontuários variavam muito. Alguns continham todo o processo da sentenciada, com os autos da prisão e inquérito policial, somados à decisão judicial. Continham também o histórico da vida das internas no estabelecimento – com boletins escolares, consultas médicas, registros de faltas disciplinares, cartão de visitas recebidas, atestados de bom comportamento das cadeias e detenções de origem, ofícios de entradas e transferências, cartões de ponto da seção de laborterapia, certificados de conclusão de cursos etc.

3.5 - Museu Penitenciário

O acervo do Museu Penitenciário Paulista, órgão da SAP, é atualmente composto por registros provenientes majoritariamente da extinta Casa de Detenção do Carandiru. Conta com artefatos que vão desde tijolos compunham os edifícios dos pavilhões até reproduções de celas escuras, passando por livros de registro de entrada e saída, fotografias, objetos fabricados pelos internos (facas e facões, cordas, uma coleção de fotos de tatuagens, quadros pintados pelos internos, instrumental para a produção de bebida alcoólica e uma infinidade de outros objetos).

Além dos artefatos referentes à Casa de Detenção, o Museu conta também com registros que remontam ao início do século XX advindos de diversos outros estabelecimentos penais, hoje subordinados à SAP. No que diz respeito aos presídios femininos do estado, a coleção se restringe a algumas fotografias, cuja catalogação é pouco precisa e sem datação. Algumas datas e a localização do local fotografado foram possíveis precisar graças à confrontação com as demais fontes, com a bibliografia e pela experiência pessoal da pesquisadora. Ao Museu Penitenciário foram realizadas três visitas entre os anos de 2012, 2013 e 2014, sendo coletadas 211 fotografias.

3.6 - Os arquivos do Bom Pastor

A Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor de Angers possui um arquivo privado, centralizado na cidade de São Paulo. Ele conta com registros referentes aos diversos estabelecimentos administrados pelo instituto em todo o país. Sob a alegação de reformas e mudanças do edifício sede da congregação, a consulta aos fundos do instituto não foram autorizados em tempo hábil à realização da pesquisa. A Congregação mantém também dois grandes arquivos europeus. Um arquivo histórico na cidade de Angers, que funciona no edifício onde fora fundada a Congregação, e um outro arquivo jurídico-administrativo na cidade de Roma, para onde fora transferida a sede administrativa da Congregação do Bom Pastor, no ano de 1963. O arquivo de Angers, intensamente consultado, contém cartas e outras missivas entre a *Maison-Mère* e suas missionárias na América do Sul, tais fontes discorrem essencialmente sobre a fundação de novos estabelecimentos e de seu funcionamento. A partir deste acervo, foi possível coletar material sobre a comunicação entre as casas, fotografias, fontes sobre a trajetória do Bom Pastor e bibliografia a respeito desta Congregação.

Figura 3 – Livro de registro das fundações do Bom Pastor³²

Sobre os textos religiosos-institucionais há que se considerar a larga produção das congregações durante o século XIX, momento no qual essas

³² Acervo Histórico do Bom Pastor, Angers.

instituições passam a investir na construção e padronização das narrativas a respeito de suas origens e trajetórias³³. Mais do que preservar as memórias de seus religiosos, prática bastante comum já em séculos anteriores, essa ampla produção estava mais ligada a uma reapropriação dessas memórias como elemento constituidor e legitimador de uma narrativa institucional controlada. De modo a produzir uma história oficial das origens e trajetórias das congregações,

Assim, crônicas, biografias e relatos das fundações foram produzidos. Esses textos correspondem à imagem que a Congregação quer passar de si para um público interno e também externo. Portanto, trata-se de um conteúdo extremamente controlado e cheio de censuras.³⁴

Na esteira desse autorretrato institucional, o Bom Pastor produziu diversas coletâneas documentais disponíveis para acesso em seus arquivos. Essas coletâneas foram organizadas a partir de retalhos de documentos das mais diversas naturezas – legislativa, da imprensa, cartas, comunicações, imagens, transcrições, etc – para a construção de uma narrativa própria sobre a trajetória da Congregação. As fontes apresentadas nessas narrativas como originais foram em sua quase totalidade editadas, recortadas, transpostas e realocadas fora de seu contexto original. Dentre essas coletâneas de “documentais” a mais recomendada e divulgada pelo Arquivo Histórico da *Maison-Maire* do Bom Pastor são os quatro volumes da coleção *La mission apostolique du Bon-Pasteur (Recherches Historiques)*, concluídos em 1994 e organizado pelas irmãs Pécard e Laugier³⁵. As fontes originais utilizadas para a composição da coletânea têm seu acesso bastante dificultado sob a alegação de que já estão transcritas na coletânea. A edição dos documentos para a composição de um discurso de si, para a composição de uma narrativa valorosa sobre o Bom Pastor não inviabiliza totalmente a utilização das

³³ LANGLOIS, Claude. *Le Catholicisme au Feminin*. Les congrégations françaises à superieure générale au XIXeme siècle. Paris, Les editions du Cerf, 1984.

³⁴ LEONARDI, Paula. “Vestígios de um lugar próprio: Religiosas Francesas no Brasil”. **REVER** – Revista de Estudos da Religião/PUC-SP, Ano 11, n. 1 (Jan-Jun), 2011, pp. 57.

³⁵ PÉCARD, M; LAUGIER, O. *La mission apostolique du Bon-Pasteur*. Recherches historiques. Angers: Centre Spirituel Maison-Mère Bon-Pasteur, 1994. 4 Vols.

fontes para a pesquisa histórica. Mas, há que se ter em alta conta a consciência de que trata-se de um discurso institucional, portanto político. A Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor de Angers é uma instituição amplamente organizada, profundamente politizada (como veremos adiante pelo descortinamento de sua trajetória). Ao contrário do que se tentou fazer a crer no Arquivo Histórico do Bom Pastor, tais coletâneas não visam a acessibilidade aos pesquisadores tampouco a organização arquivística. Visam, fundamentalmente, a construção identitária (uma vez que são divulgadas para as próprias religiosas em seu período de formação) e servem, igualmente, como peça de discurso propagandístico.

Por fim, com tamanha variedade e volume de fontes, o desafio maior da pesquisa foi a seleção do material componente do texto, que tentou encontrar um equilíbrio possível entre o dito e o não dito, entre o arquivo absoluto que impossibilita a história como criação e o arquivo ausente que tende a história para a fantasia³⁶ evitando as reproduções discursivas institucionais acríticas.

³⁶ ROUDINESCO, Elisabeth. *A análise e o arquivo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

CAPÍTULO – II

Há uma tendência, um tanto nebulosa, em classificar todo o tipo de cárcere sob a mesma nomenclatura: prisão. Em se tratando de estabelecimentos e instituições anteriores ao amplo e internacional movimento reformista inaugurado no século XVIII o uso indiscriminado do termo, se bem justificado, pode fazer algum sentido. A partir da criação das Penitenciárias, cujas características são claramente distintas dos estabelecimentos de caráter provisório; da criação – associada a um amplo movimento político e religioso – dos reformatórios e das casas de correção, esse uso indiscriminado dos termos resulta em equívocos cronológicos e políticos a respeito dos efeitos da produção, do sentido e do papel social que cada diferenciação e especialização dos estabelecimentos carrega em sua trajetória conceitual e histórica.

O uso indiferenciado dos termos prisão, cárcere, penitenciária, entre outros, pode causar certa confusão na compreensão da trajetória da justiça criminal e das políticas penais adotadas ao longo dos anos no Brasil. É comum encontrar textos jornalísticos e, mesmo, acadêmicos nos quais a baralhada de termos é generalizada. Cadeias e detenções são chamadas de presídios, reformatórios são chamados de penitenciárias e a compreensão do significado, das funções sociais e da própria historicidade dos termos e dos estabelecimentos fica profundamente prejudicada.

Descuido, porém, bem pouco comum entre legisladores e filósofos que pensaram e produziram as definições de tais termos e o sentido dessas instituições. O caso é que os projetos penais apresentam seus objetivos com bastante precisão, descrevendo em detalhes os tipos de estabelecimentos, suas funções e nomenclaturas correspondentes.

No Brasil, a custódia de infratores obedeceu, desde 1942 – início da vigência do Código Penal promulgado em 1940 –, a uma classificação que se dava, essencialmente, em dois níveis: suspeição e cumprimento de pena. Os estabelecimentos custodiadores obedeciam à mesma classificação. Com isso, embora os tipos de estabelecimentos fossem mais numerosos, a função dos cárceres existentes era caracterizada pela provisoriedade da detenção ou pelo cumprimento da pena imposta³⁷. Dentre os estabelecimentos custodiadores de indivíduos infratores, de caráter estatal, sob a regulação do Código Penal a partir da década de 1940, podemos identificar de acordo com o artigo 29: o **xadrez**, que seria o local de triagem dos indiciados, dos detidos para averiguações ou à disposição da autoridade policial; a **prisão comum**, correspondente às casas de detenção e cadeias públicas – também consideradas locais de cumprimento de pena privativa da liberdade; a **penitenciária** ou **presídio**, que seria o estabelecimento da execução penal por excelência, planejado para obedecer rigorosamente ao regime penal, habilitado a reger simultaneamente a punição e o processo da chamada regeneração de indivíduos sentenciados³⁸.

A partir da função carcerária, executiva ou provisória, as prisões eram planejadas, organizadas e geridas de formas distintas entre si. Considerando a pena e sua execução, a penitenciária é o objeto mais privilegiado para análise, uma vez que deveria receber exclusivamente indivíduos já condenados. Nela, o tempo de permanência era, via de regra, maior do que nos demais estabelecimentos e seu cotidiano era integralmente planejado para atingir finalidades bastante específicas. Com isso, é possível uma análise social mais profunda da punição e de sua execução. Nessa linha, as penitenciárias femininas paulistas, ao longo da direção da Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor de Angers, compuseram o objeto de nossa análise do encarceramento de mulheres infratoras e sua gestão no estado de São Paulo.

³⁷ Tratamos aqui da definição operada a partir do Código Penal de 1940.

³⁸ LYRA, Roberto. *Comentários ao Código Penal*. Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Rio de Janeiro: Edição Revista Forense, 1942. p. 99.

Entre 1942 e 1983, a Congregação do Bom Pastor administrou as duas únicas penitenciárias femininas do estado: o Presídio de Mulheres, inaugurado em 1942 e transformado em Penitenciária Feminina da Capital em 1973, cujo fim da direção religiosa ocorreu em 1977; e o Presídio Feminino de Tremembé, inaugurado em 1963 e transformado em Penitenciária Santa Maria Eufrásia Pelletier em 1978, tendo a direção do Bom Pastor encerrada em 1980.

Ao longo do período analisado, uma enxurrada legislativa e regimental atravessou a regulação penal no Brasil. Para compreender sobre quais bases legais as duas penitenciárias operavam, mapeamos a produção normativa do regime das penas em âmbitos nacional e estadual.

1 - Atos do Governo Federal – Projetos, Comissões, Decretos, Leis

A produção do Código Penal no Brasil partiu de um projeto redigido pelo professor José de Alcântara Machado e foi amplamente realinhado por uma comissão revisora composta por Nelson Hungria, Roberto Lira, Vieira Braga e Narcélio de Queiroz. Promulgado em 1940 pelo Decreto-lei nº 2.848 de 7 de dezembro, o Código Penal da República passou a vigorar em território nacional a partir do primeiro dia do mês de janeiro do ano de 1942.

O, então, Novo Código foi resultado de longos e amplos estudos e discussões. Ao longo de décadas de mobilização política, juristas adeptos das mais variadas doutrinas (ligados a diversos projetos políticos, apoiados e/ou questionados por diferentes setores da sociedade – Igreja, Universidade, Legislativo, Imprensa) promoveram a elaboração de distintas propostas de legislação penal de domínio nacional. Desde a promulgação do primeiro Código Penal brasileiro, em 1890, já ia se desenhando na casa Legislativa da, então nova, República a formação de comissões especiais para a redação de uma moderna,

ampla e consistente regulamentação penal³⁹. Os diversos projetos de código elaborados de fins do século XIX até meados do século XX geraram longas controvérsias entre si. Dentre as mais debatidas estavam a definição de uma homogênea tipificação das penas e a adoção ou abolição definitiva da pena de morte. Um exemplo disso foi o projeto redigido pelo professor Alcântara Machado (que posteriormente, e sob profunda revisão, deu origem ao Código Penal de 1940). Nele estavam previstos dispositivos que possibilitavam a aplicação da pena de morte⁴⁰ – dispositivos que foram vetados pela comissão revisora.

Entre as inovações trazidas pelo Código estavam a definição e a divisão das penas em *principais*⁴¹ e *acessórias*⁴². A missão fundamental das *penas principais* era voltada para a defesa social, enquanto as *penas acessórias* deveriam complementar a eficácia das primeiras, obedecendo o critério específico da periculosidade (medida pela quantidade da pena, natureza do crime, condições pessoais do condenado que ora se caracterizava objetivamente, ora subjetivamente)⁴³. Além da divisão das penas, o Código trazia ainda outras novidades como a separação dos apenados de acordo com o sexo⁴⁴ e uma maior precisão do regime penal, definindo e caracterizando atividades como a realização do trabalho prisional.

Inteirados e participantes daquele pujante debate internacional sobre a justiça criminal e sua execução, os juristas envolvidos direta ou indiretamente na produção da nova regulamentação penal brasileira propunham a promoção de um amplo movimento de modernização do regime penitenciário, já iniciado antes mesmo de concluído o texto do que viria a ser o Código de 1940. Era evidente que o investimento no projeto ia muito além dos estudos jurídicos, o projeto precisava ser materializado, “para tanto, ativa-se a instalação, em todo o país de

³⁹ ROIG, 2005, pp. 27-101.

⁴⁰ LYRA, 1942, p. 68.

⁴¹ Código Penal, artigo 28º.

⁴² Código Penal, artigo 67º.

⁴³ LIRA, op. cit., p. 69-70.

⁴⁴ Artigo 29º, Parágrafo 2º.

penitenciárias, colônias e reformatórios”⁴⁵. Com a criação e a especialização de novos institutos, com o fortalecimento de órgãos reguladores e fiscalizadores como o Conselho Penitenciário Federal⁴⁶, a letra da regulação que se elaborava já se desenrolava sobre uma base experimental. Nesse sentido, Roberto Lira defendia que

No terreno científico, progredimos consideravelmente, o que se documentou, sobretudo, com a criação e o funcionamento dos manicômios judiciais, dos Conselhos Penitenciários, da Inspetoria Geral Penitenciária, do selo penitenciário e a realização de dois Congressos – Conferência Penal e Penitenciária Brasileira (1930) e Conferência Penitenciária Brasileira (1940)⁴⁷.

Embora diversos modelos internacionais de execução penal tenham sido analisados e discutidos ao longo da elaboração e revisão do projeto penitenciário brasileiro, nenhum deles foi adotado integralmente. Modelos como o panóptico – que privilegiava a vigilância dos sentenciados –, o filadelfo – cujo regime penal era baseado no completo isolamento dos internos –, o auburniano – cuja execução da pena se realizava alternando o silêncio e o trabalho coletivo – não atendiam aos interesses do projeto de justiça criminal em elaboração. O argumento defendido pela comissão revisora do Código dizia que “os chamados sistemas penitenciários, como esquemas rígidos de execução, vão perdendo o prestígio com as últimas aquisições da ciência”⁴⁸. Justificando, assim, a projeção de uma justiça criminal composta por uma miscelânea de outras tradições jurídicas que deu um aspecto híbrido⁴⁹ à composição do Código e à política penal da primeira metade do século XX no Brasil.

Resultado desse amplo estudo de códigos e regimes penitenciários internacionais, o Código Penal foi apresentado como um projeto de regime próprio.

⁴⁵ LIRA, 1942, p. 98.

⁴⁶ ARTUR, 2016, p. 57.

⁴⁷ LIRA, op. cit., p. 98.

⁴⁸ Ibidem, p. 91.

⁴⁹ CANCELLI, Elizabeth. *Cultura do crime e da lei (1889-1930)*. Brasília: UnB, 2001. p. 39.

Nas palavras de Lira, “o novo Código promoverá, pois, a verdadeira aplicação de um sistema penitenciário que poderá ser chamado de sistema progressivo brasileiro”⁵⁰. Durante a cerimônia de promulgação do Código, o ministro Francisco Campos esclarecia:

O novo Código Penal é informado por uma vigorosa política criminal. As penas revelaram-se insuficientes na luta contra a criminalidade. O novo código estabelece as medidas de segurança destinadas a prevenir a criminalidade, *criando novas garantias* para a sociedade contra a legião cinzenta dos inadaptados [...] O sistema de penas era, igualmente, inadequado. Fugindo à rigidez e à indeterminação da pena, o novo código adotou o compromisso da *individualização da pena*, dando, assim, ao juiz uma larga margem de apreciação das circunstâncias e dos motivos do crime, bem como da personalidade do criminoso.⁵¹

2 - Da execução penal

As regulamentações do exercício da justiça criminal, no Brasil, tiveram ampla expressão na promulgação de variados códigos desde 1830 até os tempos atuais. A profusão legislativa experimentada, especialmente, a partir da proclamação da República, visava, entre outras coisas, unificar em âmbito nacional os processos de cominação e aplicação das penas. Entretanto, mesmo em meio a essa enxurrada legislativa, uma execução penal uniforme em território nacional permaneceu sem amparo legal até a promulgação, em 1957, da Lei nº 3.274⁵² que dispunha sobre as normas gerais do regime penitenciário. De caráter essencialmente esquemático, a lei não teria promovido efeitos significativos na

⁵⁰ LIRA, 1942, p. 98.

⁵¹ Citado em LIRA, op. cit., p. 69 (grifos nossos).

⁵² BRASIL. Lei nº 3.274, de 2 de outubro de 1957. Dispõe sobre Normas Gerais do Regime Penitenciário, em conformidade do que estatui o art. 5º, nº XV, letra “b”, da Constituição Federal, e amplia as atribuições da Inspeção Geral Penitenciária. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Rio de Janeiro, DF, 3 out. 1957. Seção 1, p. 23149.

realidade prisional⁵³. Com isso, a prática corrente das unidades prisionais – pelo menos até a promulgação da Lei das Execuções Penais, em 1984 – continuava sendo a adoção de regimentos próprios, com regras peculiares⁵⁴ e, frequentemente, opostos às outras unidades de um mesmo estado.

Mesmo sem a definição de um conjunto mínimo de leis comuns sobre o regime prisional no país, a mobilização político-jurídica para a regulamentação ampla e efetiva de um modelo de execução penal em âmbito nacional seguia na esteira da profusão legislativa observada no século XX. Sob forte influência da crescente defesa de um Direito Penitenciário⁵⁵ incitado pelo debate mundial promovido pelos Congressos Internacionais – nesse tocante, com destaque para o de Praga em 1930 – frequentes foram os estudos com vistas à padronização nacional da execução penal.

Comissões foram formadas, estudos criminológicos feitos e projetos elaborados. Destes, os mais expressivos foram: Código Penitenciário de 1933; Código Penitenciário de 1957; Código das Execuções Penais de 1963; e Código das Execuções Penais de 1970.

Código Penitenciário de 1933

Elaborada pela comissão formada por José Gabriel de Lemos Brito, Heitor Pereira Carrilho e presidida por Cândido Mendes de Almeida, a proposta de Código

⁵³ “Não obstante, e desde a Constituição de 1946, o que efetivamente as letras das Cartas federais têm recomendado é que a União legisle sobre ‘normas gerais do regime penitenciário’: e isto torna imperioso que, de fato, o governo central se ocupe da matéria, principalmente quando diploma anterior e da mesma natureza – a Lei nº 3.274, de 2 de outubro de 1957 – mostrou insuficiências e desencadeou meditações sobre novos caminhos a serem trilhados, em legislação ferente”. In: COTRIM NETO, A. B. Normas gerais do regime penitenciário. Um anteprojeto, sua explicação e um comentário. *R. Inf. Legisl. Brasília*, ano 20, n. 80, p. 235, out./dez. 1983.

⁵⁴ A Lei determinava a manutenção do aprisionamento feminino em estabelecimentos separados dos homens e que o trabalho prisional fosse realizado seguindo os termos do Código e que fosse “compatível” com seu sexo, assim cito: Artigo 1º, parágrafo 10; Artigo 10º; e Artigo 35º.

⁵⁵ ROIG, Rodrigo Duque Estrada. *Direito e prática histórica da execução penal no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

Penitenciário, lançada em 1933, foi o primeiro estudo aprofundado do século XX a projetar uma regulamentação ampla da execução penal e com perspectiva de aplicação nacional⁵⁶. O projeto, que possuía 854 artigos, se alongava nos pormenores do regime prisional e definia regras gerais para os mais variados tipos de estabelecimentos penais, tratando da organização das colônias, das medidas de segurança, do livramento condicional e sua suspensão, da extinção da pena, da reabilitação dos condenados, dos recursos e do Fundo Penitenciário⁵⁷.

Além da regulamentação do regime penitenciário nos estabelecimentos já existentes, o Código propunha que um “sistema de defesa social” só poderia realizar-se integral e eficientemente quando estivessem em pleno funcionamento determinados tipos de estabelecimentos. Com isso, propunha a fundação de casas de detenção, escolas de educação correcional para menores infratores, reformatórios para homens e mulheres, manicômios judiciários e sanatórios penais para tuberculosos.

O Código também defendia o fortalecimento de institutos como os conselhos penitenciários, a Inspetoria Geral Penitenciária e os institutos de antropologia penitenciária, todos voltados para a fiscalização e orientação da execução das penas. A vida egressa dos sentenciados e a preocupação com a readaptação social dos egressos não ficaram de fora do projeto, segundo o qual deveriam funcionar os serviços de auxílio e encaminhamento do liberto, os patronatos e as colônias para liberados⁵⁸.

A regulamentação da execução do regime penal sobre mulheres infratoras também foi alvo de regulação prevista no Código. Os vinte e cinco artigos do capítulo quinto foram todos dedicados à proposta de implementação de um reformatório de mulheres, que deveria contemplar tanto as sentenciadas quanto as meramente detidas⁵⁹.

⁵⁶ Ibidem, p. 104.

⁵⁷ ARTUR, 2016, *passim*.

⁵⁸ ARTUR, 2016, p. 74.

⁵⁹ Ibidem, p. 73.

Código Penitenciário de 1957

Em 1956, teve início uma nova tentativa de normatizar a execução penitenciária definida pelo Código Penal de 1940. O Ministério da Justiça nomeou uma comissão formada por juristas e técnicos, incumbida de elaborar uma nova proposta de regulamentação do regime penitenciário. A princípio, a comissão seria presidida por Roberto Lira, que recusou a tarefa, sendo posteriormente assumida por Oscar Penteado Stevenson.

O anteprojeto, iniciado em 1956 e concluído em 28 de abril de 1957, defendia os princípios da legalidade e da individualização judicial e executiva das penas. Com isso, buscava moderar, especialmente no campo disciplinar, o discricionarismo judicial e administrativo, barrando o encerramento penitenciário sem ordem judicial e proibindo a imposição de reclusão por quaisquer instâncias alheias ao Poder Judiciário⁶⁰. Entre as inovações desse projeto frente ao anterior, chama a atenção o aumento das medidas com foco na regulação da aplicação dos castigos exercida pelo corpo de funcionários, especialmente aquelas adotadas pela guarda. Assim, foram incluídos no regimento e caracterizados como delitos dos funcionários atos como: a imposição de castigos ou medidas constritivas que não estivessem previstas em lei; infligir agressões ou castigos físicos; impor o uso ou aplicar aos sentenciados instrumentos de sujeição; proferir provocações contra os internos; promover coações morais; impor restrições alimentares.

Quanto ao encarceramento feminino, o projeto prescrevia uma determinação bastante específica e que não permitia interpretações, definindo que a administração e todo o quadro funcional fosse composto exclusivamente por mulheres nas unidades penais voltadas para mulheres infratoras⁶¹.

⁶⁰ “Prática bastante corriqueira na sociedade imperial brasileira, em que as determinações policiais se revestiam de onipotência e os poderes públicos e privados se mostravam complementares, quando não idênticos.” In: ROIG, Rodrigo Duque Estrada. *Direito e prática histórica da execução penal no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

⁶¹ Artigo 29º.

Código das Execuções Penais de 1963

Elaborado por Roberto Lira, em 1963, o anteprojeto de regulação do regime penitenciário recebeu o título de *Código das Execuções Penais* e foi, majoritariamente, composto por normas de caráter mais geral. Em matéria executiva, propunha um conjunto de parâmetros genéricos sobre pontos específicos de modo a orientar uma implementação padrão nos diferentes estados da União, sem perder – ao mesmo tempo – a possibilidade de atender às peculiaridades de cada região.

Uma das inovações desse projeto em relação aos anteriores foi a previsão de dispositivos que assegurem aos apenados o direito de representação e reclamação. Entre os dispositivos está a impossibilidade de que os regulamentos penitenciários restrinjam tais direitos. O anteprojeto previu ainda certa organização política entre os apenados, possibilitando uma eleição anual de um representante coletivo dos internos encarregado de representar os internos junto à administração penitenciária.

Nessa mesma linha de retração do poder do funcionalismo administrativo penitenciário, o projeto defendia a judicialização da execução penal como instrumento de refreamento do arbítrio administrativo, transformando a sentença proferida em execução universal, fazendo valer o dispositivo da sentença em todos os seus termos e efeitos. Com isso, todos os presos e internos ficariam, constante e diretamente, sob o dispôr da autoridade judicial.

Código das Execuções Penais de 1970

Convidado para a elaboração de uma carta legislativa mais abrangente e eficiente sobre encarceramento e a execução das penas, Roberto Lyra recusou a

empreitada sob a alegação de que o momento político pelo qual atravessava o país não era propício para tais reformulações, sob pena de excessiva intervenção de interesses políticos nas conformações jurídicas. Assim, Benjamin Moraes Filho assumiu a elaboração de um novo Anteprojeto Penitenciário para o país.

O anteprojeto propunha a fixação de normas mais gerais para a aplicação das execuções penais, permitindo aos Estados a elaboração de regulamentos sobre os regimes penitenciários expressando forte tendência de recuo da ação judiciária irrestrita sobre a execução penal proposta pelo projeto anterior. Com isso, à administração prisional também recairiam poderes de execução das normas e aplicação do tratamento penal⁶².

Durante o governo Médice, seu Ministro da Justiça Alfredo Buzaid defendia a imprescindibilidade de um estrito acordo entre o Código Penal e um Código Penitenciário. Entretanto, as comissões de estudos e redação dos códigos eram distintas e produziam em tempos díspares, o que levou a uma série de postergações na definição das datas de início da vigência dos códigos. Por fim, tais projetos não chegaram a vigorar amplamente em território nacional⁶³.

*

Ainda que nenhum desses projetos tenha sido promulgado e entrado em vigor, todos são forte expressão política de seus tempos. Elaborados rigorosamente dentro das Letras constitucionais, seguindo recomendações internacionais de prevenção e combate ao crime, acompanhando consonantemente debates acadêmicos e jurídicos, tais códigos não tiveram sua aprovação e aplicação por circunstâncias políticas contemporâneas à sua elaboração. Ou seja, sua não aplicação não dispensa seu conhecimento e análise, uma vez que sua inobservância não significa necessariamente que tais projetos tenham sido derrotados. E mesmo os que o foram impactaram diretamente no modo operacional dos vencedores⁶⁴. O

⁶² ROIG: 2005, pp. 120-121.

⁶³ ABI-ACKEL, Ibrahim. Diário do Congresso Nacional Seção 1 Suplemento A 1/7/1983, Página 14 (Exposição de Motivos).

⁶⁴ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Nascimento da prisão. 3. ed. Tradução Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 26.

que implica dizer que conhecer a ampla e intensa mobilização política, jurídica e acadêmica possibilita conhecer o percurso institucional da justiça penal, que somente a partir de 1984 (com a Lei das Execuções Penais) viria a abarcar também sua execução.

3 - Atos do Governo Estadual

No início de 1943, a Interventoria Federal no Estado de São Paulo, pelo Ofício nº 435-43, enviou ao Departamento Administrativo do Estado de São Paulo (DAESP) o projeto que propunha a subordinação de todos os estabelecimentos penais do estado à mesma direção. Após tramitação no DAESP, foi decretada, em 7 de abril de 1943, a criação do Departamento dos Presídios do Estado (DPE). Sob sua direção ficaram oito estabelecimentos: a Penitenciária do Estado, o Presídio de Mulheres, a Seção de Taubaté, o Instituto Correcional da Ilha Anchieta, a Casa de Detenção da Capital, as Cadeias Públicas do Interior e o Manicômio Judiciário⁶⁵ (neste caso, somente para efeitos de internação e desinternação). Nesse momento, o decreto não chegou a definir um regimento para o Departamento, apenas criou o cargo de Diretor Geral do Departamento dos Presídios do Estado, a ele agregando o cargo de Diretor Geral da Penitenciária do Estado⁶⁶.

O DPE existiu até 1959, quando, em 26 de junho, foi expedida a Lei nº 5.380 que o extinguiu e criava em seu lugar o Departamento dos Institutos Penais do Estado (DIPE). Subordinado à Secretaria da Justiça e Negócios do Interior, ao DIPE caberia a execução das penas privativas da liberdade e das medidas de segurança detentivas, assim como a repressão da criminalidade nos aspectos não colidentes com funções específicas de outros órgãos, tendo por finalidade a reeducação e a

⁶⁵ Que continuaria subordinado, administrativa e tecnicamente, à Secretaria da Educação e Saúde Pública.

⁶⁶ SÃO PAULO (Estado). Decreto-lei nº 13.298, de 7 de abril de 1943. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, Poder Executivo, São Paulo, 8 abr. 1943, p. 1.

ressocialização dos infratores da lei penal. Além de extinguir o órgão anterior, a Lei dispunha sobre a estruturação e composição do novo, agregando sob uma mesma direção uma quantidade maior de estabelecimentos penais. Com isso, a composição do DIPE ficou definida da seguinte maneira: a) Gabinete; b) Penitenciária do Estado; c) Presídio de Mulheres; d) Instituto Penal Agrícola de Bauru – transformado, pela mesma Lei, em Escola Prática de Agricultura Gustavo Capanema; e) Instituto Penal Agrícola de Itapetininga – transformado, pela mesma Lei, em Escola Prática de Agricultura Carlos Botelho; f) Instituto Penal Agrícola de São José do Rio Preto – transformado, pela mesma Lei, em Escola Prática de Agricultura daquela localidade; g) Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté – transformada, pela mesma Lei, em Seção Agrícola da Penitenciária do Estado, da mesma cidade; h) Instituto de Reeducação de Tremembé – transformado, pela mesma Lei, na “Fazenda Modelo” anexa à Seção Agrícola da Penitenciária do Estado de Taubaté. Além das unidades penais citadas, também fazia parte da composição do DIPE o Instituto de Biotipologia Criminal, a Divisão Judiciária e a Divisão Administrativa. Com isso, foram redefinidas as funções de cada um dos estabelecimentos subordinados ao Departamento, bem como a distribuição de cargos e salários⁶⁷.

Em 1963, ainda sujeito à Secretaria da Justiça e Negócios do Interior, o DIPE recebeu regulamentação ampla e detalhada. O decreto de 9 de setembro definia e determinava que sua finalidade seria: a execução administrativa das penas privativas de liberdade e das medidas de segurança detentivas, em seus estabelecimentos penitenciários; a reeducação e a ressocialização de infratores da Lei Penal, através da individualização da pena; a centralização técnico-científica de todos os serviços penitenciários do Estado a fim de que fique assegurada a unidade de sua execução; o estudo da criminalidade nos seus diversos aspectos e a realização de pesquisas nos vários domínios da ciência Penitenciária; prestar

⁶⁷ SÃO PAULO (Estado). Lei nº 5.380, de 26 de junho de 1959. Dispõe sobre a estruturação do Departamento dos Institutos Penais do Estado e da outras providências. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, Poder Executivo, São Paulo, 27 jun. 1959, p. 3.

assistência moral e material às famílias dos sentenciados e contribuir para a reintegração social dos egressos; promover a formação, o aperfeiçoamento ou a especialização de pessoal habilitado a dirigir, organizar e executar os serviços do DIPE⁶⁸. Com isso, o Departamento recebeu a seguinte organização: a) Gabinete do Diretor Geral; b) Divisão Judiciária; c) Divisão Administrativa; d) Instituto de Biotipologia Criminal; e) Penitenciária do Estado; f) Presídio de Mulheres; g) Instituto de Reeducação de Tremembé; h) Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté; i) Instituto Penal Agrícola de São José do Rio Preto; j) Instituto Penal Agrícola de Bauru; k) Instituto Penal Agrícola de Itapetininga; l) Penitenciária Regional de Presidente Venceslau; m) Penitenciária Feminina de Tremembé; n) Casa do Egresso; o) Escola de Administração Penitenciária. A partir desse decreto, a padronização da execução penal e a setorização das atividades internas foram ampliadas e novos cargos de chefia para os novos setores foram criados, formando assim os conselhos internos denominados Junta de Orientação Técnica⁶⁹.

Ao longo dos anos 1970, a gestão prisional paulista sofre nova e profunda reestruturação. Em 1979, o DIPE foi transformado em Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado (COESP), diretamente subordinada ao Secretário da Justiça. Com isso, o órgão sobe na hierarquia institucional do estado, deixando de ser mero departamento, passando ao nível de coordenadoria, o que lhe reduzia a dependência de outros órgãos, aumentava-lhe a complexidade administrativa, os poderes de atuação e orçamentários. Desse modo, as finalidades da coordenadoria foram assim definidas: propiciar, por meio de seus estabelecimentos penitenciários, condições necessárias ao cumprimento das penas privativas de liberdade e das medidas de segurança detentivas, impostas pela Justiça Comum; colaborar tecnicamente com órgãos e entidades encarregados de acompanhar e fiscalizar o cumprimento de penas privativas de liberdade sob o regime de prisão-albergue; promover a reabilitação social e humana dos

⁶⁸ SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 42.446, de 9 de setembro de 1963. Aprova o Regulamento do Departamento dos Institutos Penais do Estado e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, Poder Executivo, São Paulo, 10 set. 1963, p. 2.

⁶⁹ Ibidem, Capítulo II.

sentenciados; promover a reintegração social dos egressos; prestar assistência às famílias dos sentenciados⁷⁰.

Quanto à composição do novo órgão, é possível perceber a criação de novas divisões sem equivalentes anteriores e o crescimento considerável da quantidade de unidades prisionais no estado. E isso é visível já na definição da estrutura básica da COESP, cujo setor administrativo era composto por: a) Gabinete do Coordenador; b) Grupo de Planejamento e Controle; c) Centro de Recursos Humanos da Administração Penitenciária; d) Divisão de Cadastro e Movimentação de Presos; e) Divisão de Serviço Social Penitenciário; f) Divisão de Administração; g) Divisão de Finanças. Quanto aos estabelecimentos penais subordinados à COESP, contavam-se: a) Casa de Detenção; b) Penitenciária do Estado; c) Penitenciária de Presidente Venceslau; d) Penitenciária de Avaré; e) Penitenciária de Araraquara; f) Penitenciária de Pirajuí; g) Presídio de São Vicente; h) Presídio de Sorocaba; i) Presídio de Itirapina; j) Instituto Penal Agrícola Prof. Noé de Azevedo, de Bauru; k) Instituto Penal Agrícola Dr. Javert de Andrade, de São José do Rio Preto; l) Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté; m) Instituto de Reeducação de Tremembé; n) Penitenciária Feminina da Capital; o) Penitenciária Feminina Santa Maria Eufrásia Pelletier, de Tremembé.

4 - Os Presídios Paulistas para Mulheres

No estado de São Paulo, em meados do século XX, se uma classificação dos indivíduos presentes nas cadeias públicas fosse possível ela se daria, de modo geral, segundo duas categorias fundamentais: os acusados de crime aguardando julgamento ou condenados a penas pequenas, de até 3 meses de reclusão; e os já

⁷⁰ SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 13.412, de 13 de março de 1979. Transforma o Departamento dos Institutos Penais do Estado em Coordenadoria dos estabelecimentos Penitenciários do Estado, dispõe sobre sua organização e dá providências correlatas. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, Poder Executivo, São Paulo, 14 mar. 1979, p. 6.

sentenciados em cumprimento de pena.

Para a execução do regime penal das sentenciadas do sexo feminino foram criadas, em São Paulo, entre 1941 e 1980, duas penitenciárias especificamente para mulheres. A primeira delas foi o Presídio de Mulheres, instalado na capital paulista, inaugurado em 1942 e transformado em Penitenciária Feminina da Capital em 1973. O segundo estabelecimento foi o Presídio Feminino de Tremembé, instalado na cidade de Tremembé (região do Vale do Paraíba, no estado de São Paulo), inaugurado em 1963 e renomeado para Penitenciária Feminina Santa Maria Eufrásia Pelletier, em 1978.

Em comum, os dois presídios tinham a gestão durante os primeiros anos de sua instalação. A partir da contratação de suas freiras, a Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor de Angers dirigiu o Presídio de Mulheres desde sua inauguração até 1977. Em Tremembé, o mesmo trabalho fora realizado entre os anos de 1962 e 1980.

Para compreender sobre quais bases legais as duas penitenciárias operavam, mapeamos a produção normativa da execução penal referente especificamente às duas penitenciárias femininas paulistas e apresentamos, a seguir, um quadro geral de seu funcionamento ao longo dos anos de gestão religiosa.

4.1 – O Presídio de Mulheres

O projeto que deu origem ao Presídio de Mulheres foi, originalmente, elaborado pelo ex-diretor da Penitenciária do Estado, Acácio Nogueira, então Interventor Federal do Estado de São Paulo. Em primeiro de julho de 1941, o relator Carlos Cirilo Júnior emitiu o primeiro parecer sobre o projeto de criação de um estabelecimento penal para mulheres vinculado diretamente à Penitenciária do Estado. O projeto submetido ao Departamento Administrativo do Estado de São (DAESP) passou por outras seções e recebeu uma série de emendas propostas por José Adriano Marrey Júnior, até ser, finalmente, aprovado em 11 de agosto de 1941,

sob a forma de Decreto-lei, com o número 12.116.⁷¹

A partir de então, deu-se início à execução do decreto. A antiga casa do diretor da Penitenciária do Estado – local escolhido para a instalação do presídio – sofreu uma pequena reforma na qual foram realizados “ajustes”, como a divisão de quartos. O orçamento da Penitenciária do Estado fora replanejado, considerando os impactos do novo estabelecimento; o pessoal responsável pela administração e trato direto com as presas foi, aos poucos, contratado.

Diferentemente das demais unidades penitenciárias do país, os funcionários contratados para atuarem no Presídio de Mulheres não provinham dos quadros da Secretaria de Justiça nem, tampouco, tratava-se de indivíduos com algum tipo de formação profissional para a lida com mulheres condenadas pela justiça. O *staff* do Presídio de Mulheres era composto por freiras da congregação religiosa católica de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor de Angers. As religiosas do Bom Pastor, vinham de uma longa tradição de assistência social e cuidado na reclusão de mulheres que enfrentavam problemas com a Justiça, recebendo mulheres condenadas e enviadas por juízes para o cumprimento de suas penas naquele Instituto desde o século XIX.⁷²

⁷¹ ARTUR, 2016, p. 83-87.

⁷²ARTUR, 2016, p. 119-129.

Figura 4 – Edifício em reforma para o abrigo do Presídio de Mulheres, 1941.⁷³

As freiras concentravam sob sua direção todas as atividades do Presídio, que variavam desde as atividades mais gerais da lida direta com as sentenciadas até a parte administrativa, com a emissão de documentos e controle dos prontuários, passando pelos serviços de disciplina e vigilância interna. Além da remuneração pela realização dos serviços, as religiosas do Bom Pastor tinham assegurada, por parte da Secretaria de Justiça, residência nas proximidades do Presídio⁷⁴. Acordo semelhante ao adotado entre a Secretaria e os diretores da Penitenciária masculina do estado.

⁷³ Acervo do Museu Penitenciário Paulista (MPP/SAP).

⁷⁴ O edifício ocupado como moradia pelas freiras, durante seu período de direção do Presídio de Mulheres, ficava no mesmo terreno daquele estabelecimento e hoje funciona como Museu Penitenciário Paulista.

Figura 5 – As irmãs do Bom Pastor na fachada do Presídio de Mulheres, 1942.⁷⁵

As primeiras freiras foram contratadas já pouco antes da entrada em funcionamento do Presídio. Em 19 de junho de 1942, a irmã Maria Mathilde do Santíssimo Sacramento Batista de Oliveira foi admitida como a primeira Diretora

⁷⁵ Acervo do MPP/SAP.

Geral. Na mesma data, outras sete irmãs foram admitidas para prestarem seus serviços naquele estabelecimento⁷⁶. As atividades do Presídio foram formalmente iniciadas em 17 de julho de 1942, recebendo sete sentenciadas, vindas por transferência da Casa de Detenção. Entre elas, cinco deveriam cumprir pena por homicídio, uma por aborto e uma por estelionato. Quanto à profissão e o nível de instrução, todas se declararam domésticas, cinco eram analfabetas e duas possuíam instrução primária.

As solenidades de inauguração do Presídio foram realizadas poucos dias depois, em 23 de julho do mesmo ano, nos terrenos da Penitenciária do Estado. Na cerimônia estavam presentes jornalistas, autoridades políticas, penitenciárias e policiais, bem como as respectivas primeiras damas. O evento fora noticiado em jornais de grande circulação, como a Folha da Noite⁷⁷ e o Estado de São Paulo⁷⁸. A partir de então, o presídio passara a receber condenadas com sentenças transitadas em julgado⁷⁹, oriundas das mais variadas comarcas do estado de São Paulo, bem como da Casa de Detenção e do Presídio do Hipódromo.

⁷⁶ ARTUR, 2016, p. 59.

⁷⁷ Folha da Noite, quinta-feira, 23 jul. 1942.

⁷⁸ O Estado de São Paulo, sexta-feira, 24 jul. 1942.

⁷⁹ Condenação definitiva, quando não cabe mais recurso.

Figura 6 – Foto oficial da Inauguração do Presídio de Mulheres, 1942⁸⁰.

- Da parte regimental

Durante os primeiros anos de funcionamento, o Presídio de Mulheres não tinha um regimento próprio, ficando, como isso, sob as prescrições do decreto de criação que subordinava o estabelecimento diretamente à administração geral da Penitenciária do Estado. Embora haja essa relação de subordinação, as Subdiretorias da Penitenciária funcionavam mais como auxiliares do Presídio de Mulheres, apenas prestando a ele “**todos** os serviços de que este necessitar”⁸¹ sem interferir internamente nas “atenuações e modificações que forem

⁸⁰ Acervo do MPP/SAP.

⁸¹ SÃO PAULO (Estado). Decreto-Lei nº 12.116 de 11 de agosto de 1941. Dispõe sobre a criação do "Presidio de Mulheres". *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, Poder Executivo, São Paulo, 14 ago. 1941, p. 1. Artigo 2º (grifo nosso).

recomendáveis”⁸².

O Decreto-lei nº 12.116, por sua vez, fazia uma restrição sexual para o exercício das atividades internas do Presídio de Mulheres determinando que “O pessoal necessário para o desempenho de **todas** as funções e serviços internos [...] será constituído por mulheres, devidamente habilitadas”⁸³. Sem que houvesse uma predefinição regimental das funções e serviços a serem realizados no interior daquele estabelecimento, as irmãs do Bom Pastor foram contratadas individualmente, em um total de oito, antes da inauguração.

O primeiro acordo formal no qual apareceram definidas as funções e serviços internos ao Presídio de Mulheres, a serem executados pelas irmãs do Bom Pastor, foi acertado quatro anos após o início do funcionamento do presídio. Somente em 12 de junho de 1946, a fim “de estabelecer as condições segundo as quais essa congregação de religiosas toma a seu cargo o Presídio de Mulheres”⁸⁴, foi assinado o termo de contrato entre a Secretaria da Justiça e Negócios do Interior e a Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor de Angers. Contendo seis cláusulas principais, o contrato definia obrigações gerais da Congregação e da Secretaria (esta, por sua vez, através do Departamento de Presídios do Estado). Dentre as obrigações da Secretaria a serem cumpridas pelo DPE, estavam todas invariavelmente ligadas à manutenção material e financeira das religiosas e do estabelecimento, sem impor ou exigir qualquer setorização das atividades realizadas no presídio. Quanto às atribuições das irmãs, o contrato delegava funções genéricas como: receber as sentenciadas enviadas pelas autoridades competentes, trabalhar pelo progresso moral e instrução doméstica das sentenciadas, assistir e cuidar das sentenciadas enfermas, encarregar-se da administração interna.

A partir da transformação do DPE em DIPE, em 1959, a setorização da

⁸² Ibidem, Artigo 5º (grifo nosso).

⁸³ Ibidem, Artigo 3º (grifo nosso).

⁸⁴ SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Justiça e Negócios do Interior. Termo de Contrato de 12 de junho de 1946. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, Poder Judiciário, São Paulo, 13 jun. 1946.

execução do regime penal nos estabelecimentos do estado foi ampliada. Entretanto, os impactos de tal setorização não afetaram o Presídio de Mulheres que, embora subordinado ao DIPE, permaneceu destinando-se ao recolhimento de sentenciadas para o cumprimento de penas de reclusão e detenção⁸⁵ e, enquanto seguisse instalado nos terrenos da Penitenciária do Estado, seu regimento deveria seguir o texto de seu decreto de criação⁸⁶.

No Presídio de Mulheres da capital paulista, a execução do regime penal só passou a ser formalmente determinada pelo Departamento em 1963. Com a nova regulamentação do DIPE, a partir do decreto de 9 de setembro⁸⁷, o Presídio de Mulheres ficou submetido à nova estrutura administrativa que agregava uma nova equipe de guardas leigas formadas pela recém-inaugurada Escola de Administração Penitenciária sem que, com isso, houvesse a supressão da direção religiosa. A partir da setorização de atividades internas, da delimitação de funções, da contratação de guardas leigas e da criação de chefias, o DIPE passa a intervir e regular de modo formal, pela primeira vez, a execução do regime penal dentro do Presídio de Mulheres. Com isso, o Presídio de Mulheres (regimentalmente destinado à execução das penas de reclusão e detenção, tendo por objetivo a recuperação das mulheres sentenciadas⁸⁸) passou a obedecer a seguinte organização: a) Diretoria; b) Seção Penal; c) Seção de Laborterapia; d) Serviço de Saúde; e) Setor de Instrução e Educação; f) Setor Administrativo⁸⁹.

A Seção Penal foi criada para cumprir as vezes de um serviço de inspeção-geral do presídio, ficando incumbida de promover a manutenção da disciplina, da ordem e da segurança do estabelecimento. Para o alcance dessas finalidades, o regimento colocava sob responsabilidade da Seção Penal as tarefas de: fiscalizar a distribuição do vestuário e alimentação das sentenciadas, fazendo as comunicações devidas; comunicar à Diretoria as faltas disciplinares das sentenciadas;

⁸⁵ SÃO PAULO (Estado), 1959, Artigo 14º.

⁸⁶ Ibidem, Artigo 15º.

⁸⁷ SÃO PAULO (Estado), 1963.

⁸⁸ Ibidem, Artigo 76º.

⁸⁹ Ibidem, Artigo 77º.

providenciar, por intermédio da Diretoria da Penitenciária, os meios de transporte para a remoção de sentenciadas, organizando em cada caso a competente escolta; adotar todas as medidas de segurança que se tornarem indispensáveis ao bom funcionamento de sua seção; vedar a entrada de pessoas estranhas ao estabelecimento; elaborar, diariamente, a escala de serviço da Guarda interna do estabelecimento; providenciar assistência médica e dentária às sentenciadas em geral; censurar a correspondência das internas, bem como fiscalizar a distribuição de livros e revistas; orientar os trabalhos de disciplina e vigilância do presídio, expedindo instruções a respeito; orientar o setor recreativo; fazer recolher aos cofres da tesouraria da Penitenciária valores, joias e dinheiro de sentenciadas. E a chefe da Seção ficava encarregada de substituir a Diretora do Presídio em suas faltas ou impedimentos e participar, como membro, das reuniões da Junta de Orientação Técnica.

Embora seja uma seção específica, a Portaria ficava diretamente subordinada à Seção Penal. À seção competia conservar sob permanente vigilância a entrada e a saída de quaisquer pessoas do estabelecimento⁹⁰.

O trabalho prisional também passou a ser regulado e organizado por meio de um setor próprio. A Seção de Laborterapia ficou, desta feita, responsável por: fiscalizar os serviços de abastecimento, conservação, cozinha, lavanderia, despensa, rouparia, faxina e do almoxarifado do Presídio de Mulheres; supervisionar a assistência profissional às sentenciadas, orientando-as no aprendizado; fazer designações internas nos vários setores de trabalho das sentenciadas; fiscalizar diariamente a conduta das funcionárias designadas para o seu setor e demais auxiliares, dando ciência à Diretora do Presídio das ocorrências verificadas. Seguindo a hierarquia institucional, a Chefe da Seção de Laborterapia ficava responsável por substituir, nos seus impedimentos ou faltas, a Chefe da Seção Penal e participar das reuniões da Junta de Orientação Técnica⁹¹.

Da mesma forma, o Serviço de Saúde passava a compor uma seção

⁹⁰ SÃO PAULO (Estado), 1963, Artigo 79º.

⁹¹ Ibidem, Artigo 80º.

específica dentro do organograma funcional do estabelecimento. Entre as atribuições da seção configuravam: o zelo pela saúde das sentenciadas, fiscalizando a execução das atividades relacionadas com a assistência médica, odontológica e farmacêutica às mesmas; a participação na seleção, orientação e indicação do trabalho das internas; a orientação e fiscalização, sob o aspecto clínico-somático (sic), da disciplina das sentenciadas; a elaboração de relatórios das atividades da Seção de interesse criminológico. À Chefe do Serviço Médico, como às chefes das demais seções, cabia a participação, como membro, nas reuniões da Junta de Orientação Técnica⁹².

A alfabetização das internas e as atividades educacionais gerais seguiram o mesmo movimento de setorização da execução penal e foram alocadas em seção própria. Com isso, ao Setor de Instrução e Educação foram atribuídas as tarefas de: orientar e fiscalizar o ensino; instituir e dirigir, com aprovação da Diretoria e dentro das possibilidades do estabelecimento, cursos especializados; fiscalizar os livros de frequência às aulas, comunicando à Diretoria, diariamente, as irregularidades verificadas; velar pela parte recreativa, organizando espetáculos litero-musicais (sic) previamente aprovados pela Diretoria; elaborar, mensalmente, os boletins estatísticos e apresentar relatório semestral das atividades educacionais; promover festividades comemorativas nas datas nacionais; observar, cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares. Também cabia à professora encarregada pelo setor de Instrução e Educação a participação, como membro, das reuniões da Junta de Orientação Técnica⁹³.

Ainda sob o mesmo regulamento, o Presídio de Mulheres passava a ter um Setor Administrativo incumbido da execução dos serviços de administração geral do estabelecimento e independente da direção. Das atribuições do setor, figuravam: receber e expedir a correspondência do estabelecimento; manter o cadastro geral dos servidores; controlar o ponto, elaborando mapas e atestados de frequência, bem como folhas de pagamento; executar serviços relacionados com o

⁹² SÃO PAULO (Estado), 1963, Artigo 81º.

⁹³ Ibidem, Artigo 82º.

processamento da despesa; manter atualizado o cadastro do material permanente e de consumo do estabelecimento; apresentar o relatório semestral das atividades do setor; observar e fazer cumprir as ordens superiores, executando todas as demais atividades relacionadas com a finalidade do setor⁹⁴.

Com a reorganização setorial do funcionamento do Presídio de Mulheres, as atividades de vigilância, disciplina, instrução e todas as descritas anteriormente deixam de ser da alçada direta das irmãs do Bom Pastor, que passam então a orientar as atividades das seções criadas naquele estabelecimento. No exercício da Direção do Presídio de Mulheres, cabia às irmãs do Bom Pastor: zelar pelo cumprimento das disposições sobre higiene, disciplina, polícia e economia do estabelecimento, dirigindo e orientando as atividades dos órgãos que lhe estão subordinados; prestar, por intermédio da Diretoria Geral do DIPE, aos Juízes, Tribunais e Conselho Penitenciário as informações que lhe forem solicitadas; conceder audiência à sentenciada que solicitar; ordenar a aplicação de sanções disciplinares estabelecidas pelo Regimento Interno; fiscalizar e orientar a execução do ensino; colaborar com os serviços de Assistência Social e Judiciária do DIPE; exercer fiscalização permanente sobre todos os serviços de Presídio; representar ao Diretor Geral do DIPE sobre aplicação de penas disciplinares a funcionários ou necessidade de instauração de sindicância; abrir, rubricar e encerrar os livros do estabelecimento, velando pela boa aplicação das dotações orçamentárias; organizar horário geral do estabelecimento; fazer designações internas e baixar ordens de serviço para regularidade e boa marcha dos trabalhos; presidir as reuniões da Junta de Orientação Técnica; cumprir ordens e determinações emanadas da Diretoria Geral do DIPE; solicitar a cooperação da Diretoria da Penitenciária, quando necessária⁹⁵.

Mesmo com toda essa definição das atividades, o Decreto manteve a restrição por sexo para a realização das atividades internas aos estabelecimentos penais para mulheres (à época, o Presídio de Mulheres e a Penitenciária Feminina

⁹⁴ Ibidem, Artigo 83º.

⁹⁵ SÃO PAULO (Estado), 1963, Artigo 78º.

de Tremembé) ao estabelecer que o pessoal administrativo será constituído exclusivamente por elementos do sexo feminino. O ingresso de elementos do sexo masculino na parte reservada às sentenciadas somente seria permitido em casos especiais, a juízo da administração do estabelecimento, mediante acompanhamento de funcionária especialmente designada⁹⁶.

Em 1972, foi criada, anexa ao Presídio de Mulheres, uma seção especial destinada à guarda das mulheres que estivessem respondendo a processo na cidade de São Paulo e submetidas à prisão provisória. A seção ficou subordinada, técnica e administrativamente, à Diretoria Geral do Departamento dos Institutos Penais do Estado e funcionou, temporariamente, em prédio pertencente ao Estado, fora dos terrenos do, então, Presídio de Mulheres⁹⁷.

Também em 1972 foram iniciadas as obras de construção do que seriam as novas instalações do Presídio de Mulheres. Entretanto, em 1973, Laudo Natel, então Governador do Estado de São Paulo, decretou⁹⁸ a mudança na denominação do estabelecimento penal que deixava de se chamar Presídio de Mulheres e passava, então, a ser denominado Penitenciária Feminina da Capital. Com parte das obras que haviam sido concluídas, o então Governador celebrou a inauguração da nova Penitenciária, simultaneamente à assinatura do decreto. Nesse momento de transferência para a penitenciária nova, a direção do estabelecimento ainda se mantinha nas mãos das irmãs do Bom Pastor.

Sob a gestão de Manuel Pedro Pimentel na Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo, foi implementada na Penitenciária Feminina da Capital, e em 1977, a Junta de Orientação Técnica (já prevista no Regulamento do DIPE DE 1963). A Junta funcionava como um tipo de Conselho Gestor e era composta pelas chefes das novas seções da Penitenciária mais a Diretora Geral da instituição. Uma das alterações regimentais promovidas após a criação da Penitenciária Feminina da

⁹⁶ Ibidem, Artigo 172º.

⁹⁷ SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 180, de 16 de agosto de 1972. Dispõe sobre a criação de uma seção especial, anexa ao Presídio de Mulheres desta Capital.

⁹⁸ Idem. Decreto nº 2.359, de 4 de setembro de 1973. Modifica a denominação de estabelecimento penal.

Capital foi a inclusão de novos critérios para a indicação ao cargo de chefia das seções. Ficou estabelecido que os chefes de cada seção deveriam possuir formação profissional específica para o exercício dos respectivos cargos. Assim, para assumir a Direção Geral da Penitenciária Feminina da Capital era exigida a formação profissional de nível superior e comprovada especialização na área da chamada Ciência Penitenciária; para chefia da seção de saúde era necessário ser médico diplomado e possuir habilitação legal para o exercício da profissão; para a seção de educação o chefe deveria possuir, no mínimo, o segundo grau completo com formação específica no magistério.

Com a implementação da Junta e dos novos critérios para o exercício dos cargos de chefia e direção, a nomeação de Suraya Daher à direção (primeira diretora leiga) pôs fim à gestão religiosa na Penitenciária Feminina da Capital (antigo Presídio de Mulheres).

4.2 - Presídio Feminino de Tremembé

Desde o final da década de 1950, o governo do estado planejava a construção de outra penitenciária feminina (além do Presídio de Mulheres). O município escolhido para a instalação do presídio foi Tremembé, no Vale do Paraíba paulista. A área escolhida foi um edifício onde funcionava um antigo Sanatório para tuberculosos da Força Pública, pertencente à Secretaria de Segurança Pública.

Figura 7 – Entrada principal da Penitenciária Feminina de Tremembé, 1962.⁹⁹

Em meados de 1962, corria a notícia do acordo firmado entre o DIPE e as irmãs do Bom Pastor para a administração do novo estabelecimento prisional para mulheres do estado de São Paulo. O Diário Oficial do Estado noticiava o acordo firmado em 28 de agosto de 1962. Com a manchete “Irmãs de Caridade dirigirão o Presídio Feminino de Tremembé”, o jornal informou que o acordo entre o Departamento dos Institutos Penais do Estado e a Congregação do Bom Pastor de Angers foi firmado no gabinete do Secretário de Justiça pelo titular interino Sr. Virgílio Lopes da Silva, com a autorização do Governador em exercício, o Desembargador Cintra. Teriam assinado o documento a madre superiora, irmã Maria Matilde do Santíssimo Sacramento, por parte da Congregação, e, por parte do

⁹⁹ Acervo da Penitenciária Feminina “Santa Maria Eufrásia Pelletier” de Tremembé.

DIPE, o seu diretor geral, Walter Faria Pereira de Queiroz. A notícia também citava os demais presentes no evento: Hélio Helene, Procurador Geral do Estado; Orlando B. Filinto, diretor geral da Secretaria da Justiça; Prof. José Luiz de Anhaia Mello, chefe de gabinete; além de outras figuras públicas do funcionariado estadual e municipal.¹⁰⁰

Quase dois meses após o acordo, foi promulgado, em 15 de outubro de 1962, o Decreto nº 40.905 que criou o Presídio Feminino de Tremembé. Subordinado ao DIPE e, portanto, à Secretaria da Justiça e Negócios do Interior, o Presídio era destinado ao recolhimento de mulheres condenadas ao cumprimento das penas de reclusão e de detenção, assim como por medidas de segurança. Embora as medidas de segurança estivessem previstas no decreto de criação, elas não chegaram a ser executadas, em seu lugar optou-se por convertê-las em Liberdade Vigida¹⁰¹. Ainda estava fixado pelo decreto que o pessoal administrativo a ser admitido para os serviços internos e as guardas para a vigilância deveriam ser todos, exclusivamente, servidores do sexo feminino.

Mesmo antes da promulgação do decreto e da inauguração oficial, o Presídio recebeu as primeiras sentenciadas, em 12 de outubro de 1962. Vindas por transferência do Presídio de Mulheres da capital, o grupo contava com treze sentenciadas. Quanto à direção do Presídio Feminino de Tremembé, a letra do decreto determinava que deveria ser entregue especificamente a cargo da Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor de Angers¹⁰².

Freiras e guardas locadas no Presídio de Mulheres da capital paulista foram realocadas em Tremembé para auxiliar na instalação do novo estabelecimento. Com isso, em 30 de janeiro de 1963, o Diário Oficial do Estado noticiava, em sua primeira página, que foi “inaugurado ontem, em Tremembé, o novo presídio para mulheres”. Apontando a lista dos presentes na cerimônia, a notícia indicava o horário de início da solenidade, às 10 horas da manhã, com celebração realizada

¹⁰⁰Diário Oficial do Estado de São Paulo, 29 ago. 1962, p. 1.

¹⁰¹ Histórico da Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado, 2010.

¹⁰² Decreto nº 40.903, de 15 de outubro de 1963.

pelo bispo de Taubaté, D. Francisco Borja do Amaral. A missa foi assistida por autoridades, por funcionárias e pelas internas. Após a celebração religiosa, realizou-se no salão nobre a sessão solene, ocasião em que fizeram uso da palavra o Sr. Walter Faria Pereira de Queiroz, diretor geral do Departamento dos Institutos Penais do Estado; a madre Maria Benigna Consolata do Amaral Goulart; e, por último, o titular da Justiça, desembargador Justino Maria Pinheiro que, em nome do governador Carvalho Pinto, saudou os presentes e agradeceu aos envolvidos na realização do acordo e na criação daquele presídio¹⁰³.

Figura 8 – Solenidade de inauguração do Presídio Feminino de Tremembé, 1963.¹⁰⁴

¹⁰³ Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 30 de janeiro de 1963, p. 01.

¹⁰⁴ Acervo da Penitenciária Feminina “Santa Maria Eufrásia Pelletier” de Tremembé.

- Da parte regimental

Com a nova regulamentação do DIPE, a partir do Decreto nº 42.446, de 9 de setembro de 1963, o Presídio Feminino de Tremembé recebeu uma estruturação administrativa e funcional mais detalhada que o Presídio de Mulheres da capital, que contava com o suporte institucional da Penitenciária do Estado. No caso do Presídio de Tremembé, o estabelecimento dispunha, já desde sua fundação, de um pessoal leigo – um corpo de guardas não religiosas – para a execução dos serviços gerais da prisão e do pessoal religioso – as freiras do Bom Pastor – para o cargo de direção.

Destinado regimentalmente ao cumprimento das penas privativas de liberdade das sentenciadas do sexo feminino, o Presídio Feminino de Tremembé estava estruturado de acordo com a seguinte organização: a) Diretoria; b) Seção Penal; c) Seção Administrativa, com um Setor de Tesouraria; d) Seção de Produção e Laborterapia; e) Setor de Instrução e Educação; f) Serviço de Saúde; g) Setor de Terapêutica Criminológica; h) Corpo de Vigilância; i) Portaria.¹⁰⁵

Cada uma dessas seções e setores possuía funções próprias e bastante específicas, descritas pormenorizadamente no regimento. À Seção Penal, que funcionava com um setor de inspeção prisional, cabia: promover a ordem interna e a segurança do estabelecimento; fiscalizar as internações e desinternações das sentenciadas, com realização de registro; organizar o registro de transferências, liberdades e falecimentos das sentenciadas; executar o tratamento penal disciplinar das sentenciadas; elaborar boletins penais na forma regimental ou quando solicitados pela Diretoria ou pelas seções técnicas do DIPE; censurar a correspondência das sentenciadas; participar da seleção, orientação e indicação do trabalho, elaborando escala de serviço, fiscalizando a disciplina e exercendo vigilância sobre as sentenciadas; fiscalizar os alojamentos e oficinas, percorrendo-os diariamente; controlar a população carcerária e sua movimentação, apresentando relatório diário à Diretoria; velar pelo asseio pessoal das

¹⁰⁵ Artigo 137º.

sentenciadas, zelando pela higiene do estabelecimento; fiscalizar a distribuição das refeições e vestuário das sentenciadas; dirigir os serviços da portaria e orientar o regime de visitas; elaborar estatísticas das atividades da seção, bem como outras de interesse criminológico; atender às requisições regulares de certidões e atestados solicitados por advogados e autoridades competentes. À Chefe da Seção Penal cabia a participação, como membro, das reuniões da Junta de Orientação Técnica¹⁰⁶.

A execução e fiscalização dos serviços de administração geral do estabelecimento eram de competência da Seção Administrativa, que ficava formalmente responsável por: preparar e expedir a correspondência do estabelecimento; abrir, rubricar e encerrar os livros do estabelecimento; manter atualizados os serviços de protocolo e arquivo; examinar, informar e encaminhar todo o expediente relativo à parte administrativa do estabelecimento; fiscalizar a assinatura do ponto e preparar os mapas de frequência do pessoal do estabelecimento; providenciar todo o processamento referente à aquisição de materiais; controlar a entrada e a saída dos materiais destinados ao estabelecimento; guardar e distribuir internamente os materiais, procedendo ao respectivo registro patrimonial; propor a abertura de concorrências públicas e administrativas, bem como a realização de pesquisa de preços; elaborar balancetes mensais, semestrais e anuais; organizar a proposta orçamentária anual do estabelecimento e controlar a fiel execução do processamento da despesa; solicitar, no início do exercício, os aditamentos mensais para cobrir às despesas com transporte, diárias, correspondência, despesas miúdas e de pronto pagamento; fiscalizar o recebimento de gêneros¹⁰⁷. Subordinado à Seção Administrativa estava o Setor de Tesouraria, responsável por: receber, guardar e conservar títulos, dinheiro, joias e objetos de valor pertencentes às sentenciadas, mantendo escrituração atualizada; receber do Tesouro os adiantamentos orçamentários previstos e numerário para pagamento dos servidores do Presídio; manter em

¹⁰⁶ Artigo 139º.

¹⁰⁷ Artigo 140º.

ordem e atualizada a escrituração do dinheiro em depósito; apresentar os balancetes de prestações de contas exigidas pelos órgãos fiscalizadores competentes; entregar, mediante ordem da Diretoria, valores e objetos sob sua guarda; apresentar, mensalmente, balancetes de movimento financeiro¹⁰⁸.

Com a reorganização do DIPE, o trabalho prisional no Presídio Feminino de Tremembé também recebeu regulação e uma seção específica foi criada para orientá-lo. A Seção de Produção e Laborterapia ficou incumbida de organizar, orientar e executar o trabalho realizado no estabelecimento, ficando as funcionárias da seção responsáveis por: prever, sugerir e controlar a aquisição de matéria-prima, ferramentas e utensílios destinados às oficinas do estabelecimento; providenciar o recolhimento ao almoxarifado de todos os artigos manufaturados; orientar e incrementar a produção das oficinas; fornecer as ordens de produção às oficinas; classificar as sentenciadas nas várias categorias de trabalho, observadas as normas previstas neste Regulamento; organizar fichário laborterápico de sentenciada; emitir, quando necessário, parecer sobre a capacidade profissional das sentenciadas, valendo-se não só de suas conclusões pessoais, como também de informações dos mestres; introduzir nas oficinas os melhoramentos necessários ao aperfeiçoamento do trabalho; distribuir os serviços administrativos da seção; proceder, mensalmente, a um balanço e verificação do estado de conservação do material e utensílios, verificando produção e saldo de matéria prima; zelar pela conservação das máquinas e aparelhos usados na produção e laborterapia; revisar os orçamentos apresentados pelos mestres na execução de encomendas autorizadas; extrair notas fiscais e fatura das encomendas; fiscalizar os mestres, artífices e sentenciadas nas oficinas, quanto à confecção dos trabalhos. À Chefe da Seção de Produção e Laborterapia cabia participar dos trabalhos da Junta de Orientação Técnica, podendo propor à Junta transferências das sentenciadas das atividades de trabalho¹⁰⁹.

Além do trabalho, as atividades educativas também foram definidas

¹⁰⁸ Artigo 141º.

¹⁰⁹ Artigo 142º.

regimentalmente. Ao Setor de Instrução e Educação competia orientar, executar e fiscalizar o ensino nos diferentes cursos, ficando responsável especificamente por: elaborar os programas de recreação, no que tange à leitura, cinema, rádio e jornal; auxiliar na orientação dos professores, mestres e funcionários; promover reuniões pedagógicas das professoras e mestres; promover festividades cívico-patrióticas nas datas nacionais; executar pesquisas pedagógico-sociais e promover a coordenação geral dos diferentes órgãos do estabelecimento, visando proporcionar às sentenciadas meios adequados de readaptação social; a orientação técnica do ensino primário em todos os seus graus, bem como os demais cursos, inclusive artísticos; informar os órgãos competentes sobre o grau de instrução e desenvolvimento intelectual de cada sentenciada, ao dar ingresso na escola, e enviar o que lhe for solicitado; providenciar para que a biblioteca, sob sua responsabilidade, se componha de livros educativos, morais, instrutivos e recreativos; observar, cumprir e fazer cumprir as disposições regimentais; apresentar, semestralmente, relatório sobre o desenvolvimento dos trabalhos pedagógicos e docentes realizados. À Chefe da Seção de Instrução e Educação competia participar, como membro, da Junta de Orientação Técnica, devendo sugerir medidas de interesse da educação que possibilitasse às sentenciadas melhor aproveitamento escolar e cultural¹¹⁰. As professoras, de todos os cursos, ficavam submetidas à chefia do setor, devendo: reger sua classe, ministrando o ensino de acordo com as prescrições estabelecidas; anotar a frequência, o comportamento, aplicação, bem como as tendências e a inteligência de suas alunas; enviar, mensalmente, ao Chefe do Setor de Instrução e Educação, a relação dos seus alunos, com as notas obtidas durante o mês anterior; apresentar ao Chefe do Setor, anualmente, relatório pormenorizado dos trabalhos realizados durante o ano letivo, sugerindo medidas que visem ao aprimoramento do ensino; obedecer ao horário fixado ao corpo docente dos estabelecimentos do DIPE¹¹¹.

Ao Serviço de Saúde competia a prestação de assistência médica e

¹¹⁰Artigo 143º.

¹¹¹Artigo 144º.

odontológica às sentenciadas. Assim, o regimento definia que a dentista responsável deveria: prestar às sentenciadas serviços odontológicos clínico-cirúrgicos e de prótese; registrar o movimento diário dos artigos consumidos; anotar em fichas o serviço dentário prestado; apresentar relatório anual de suas atividades¹¹². Quanto à assistência médica, as atribuições eram: velar pela saúde das sentenciadas, ministrando-lhes tratamento adequado; zelar pela higiene e salubridade do estabelecimento, visitando, pelo menos uma vez por mês, acompanhada de funcionárias da Diretoria, todas as suas dependências; atender, em caso de emergência, chamado da Diretoria; assistir, diariamente, à sentenciada enferma; fazer relatório de suas atividades e observações; determinar o valor dietético dos alimentos, bem como fiscalizar sua preparação e higiene; proporcionar, quando necessário, assistência médica geral às funcionárias durante o trabalho. A Chefe do Serviço Médico, como as chefes das demais seções, também deveria comparecer, como membro, às reuniões da Junta de Orientação Técnica¹¹³.

O Setor de Terapêutica Criminológica tinha funções similares ao Serviço de Biotipologia Criminal instalado na Penitenciária do Estado da Capital. Nesse sentido, o Setor de Terapêutica Criminológica, sob direção médica, deveria prestar assistência médico-psiquiátrica às internas, executando a chamada terapêutica médico-criminológica da periculosidade das criminosas crônicas (sic) e semirresponsáveis (sic) de acordo com a orientação do Instituto de Biotipologia Criminal, cabendo-lhe em especial: acompanhar e desenvolver planos de terapêutica criminológica indicados na individualização do tratamento penal; pesquisar as causas gerais e individuais da criminalidade para fins profiláticos e terapêuticos; organizar fichas estatísticas individuais para o estudo das causas da criminalidade genérica e específica; estudar a personalidade da delinquente por meio de provas psicológicas com fins diagnósticos e de terapêutica criminológica (orientação profissional, ensino, laborterapia); orientar, propiciar, desenvolver e controlar a recreação das internas; colaborar na aplicação das medidas de

¹¹²Artigo 146º.

¹¹³Artigo 145º.

assistência social; orientar e fiscalizar os aspectos educativos e terapêuticos da disciplina das internas; suprir eventuais necessidades do Serviço de Saúde; elaborar estatísticas das atividades do setor, bem como as de interesse criminológico; emitir, quando solicitados pela Diretoria do estabelecimento, laudos e pareceres de sua especialidade e realizar exames de sanidade mental das internas. A médica chefe do serviço estava incumbida de comparecer, como membro, às reuniões da Junta de Orientação Técnica¹¹⁴.

Embora compusesse um setor específico, o Corpo de Vigilância estava subordinado à Chefia da Seção Penal e permanecia sob direta inspeção da Diretoria. Esse setor destinava-se aos serviços gerais da ordem, segurança e disciplina do estabelecimento. O Corpo de Vigilância deveria ser composto por guardas de presídio e outras servidoras que fossem classificadas para nele atuarem. As funcionárias integrantes do serviço de Vigilância tinham por dever usar uniforme durante o trabalho e estavam subordinadas às demais determinações relacionadas com a sua apresentação e preparação física. As escalas de serviço deveriam ser organizadas, preferencialmente, pelo sistema de rodízio, facultadas, quando necessário, a qualquer dia e hora, convocações extraordinárias das guardas de presídio e demais funcionárias da Seção Penal. As funcionárias do Serviço de Vigilância deveriam permanecer no estabelecimento, ou a ele comparecer, mesmo em períodos de folga, sempre que houvesse ameaça de perturbação da ordem no presídio¹¹⁵.

Também diretamente subordinado à Seção Penal, ao serviço de Portaria cabia a conservação, sob permanente vigilância, da entrada e da saída de quaisquer indivíduos no estabelecimento¹¹⁶.

Finalmente, o trabalho da Diretoria da Penitenciária Feminina de Tremembé, exercido pelas irmãs da Congregação do Bom Pastor, consistia em superintender, orientar e coordenar as atividades dos diferentes órgãos de que se

¹¹⁴Artigo 147º.

¹¹⁵Do artigo 148º ao 151º.

¹¹⁶Artigo 152º.

compunha o estabelecimento, ficando responsáveis especificamente por: zelar pelo cumprimento das disposições sobre higiene, disciplina, política e economia do estabelecimento; prestar, por intermédio da Diretoria Geral do DIPE, aos Juízes, Tribunais e Conselho Penitenciário, as informações que forem solicitadas; fiscalizar a execução do regime penitenciário; conceder audiência às sentenciadas que o solicitarem; aplicar às sentenciadas as sanções disciplinares de sua competência; colaborar com os serviços de Assistência Social e Judiciária do DIPE; organizar horário geral do estabelecimento; fazer designações internas e baixar ordens de serviço para a regularidade e boa marcha dos trabalhos; elaborar relatório anual das atividades do estabelecimento; cumprir as determinações emanadas da Diretoria Geral do DIPE; e, por fim, presidir as reuniões da Junta de Orientação Técnica¹¹⁷.

Quanto à gestão do Bom Pastor nos dois Presídios para mulheres do estado de São Paulo – Presídio de Mulheres e Presídio Feminino de Tremembé –, o decreto reforça que, enquanto vigorar o convênio celebrado entre o Governo do Estado e a Congregação de Nossa Senhora de Caridade do Bom Pastor de Angers, as respectivas diretorias seriam exercidas pelas madres designadas pela direção superior daquela instituição religiosa. Além disso, as chefias de seção deveriam ser exercidas, no mesmo período, por pessoas designadas pelas madres Diretoras dos estabelecimentos referidos, mediante prévia aprovação do Diretor Geral do DIPE¹¹⁸.

O decreto que reorganizou o DIPE e seus estabelecimentos determinou, ainda, que nos presídios para mulheres o pessoal administrativo deveria ser constituído exclusivamente por elementos do sexo feminino. Com isso, o ingresso de elementos do sexo masculino na parte reservada às sentenciadas somente seria permitido em casos especiais, a juízo da administração do estabelecimento, mediante acompanhamento de funcionária especialmente designada¹¹⁹.

Em 18 de janeiro de 1978, a Penitenciária Feminina de Tremembé é

¹¹⁷Artigo 138º.

¹¹⁸Artigo 252º.

¹¹⁹Artigo 172º.

renomeada e, em homenagem à mãe fundadora da Congregação do Bom Pastor, passa a se chamar Penitenciária Feminina Santa Maria Eufrásia Pelletier. Nome este conservado até os dias atuais.

Em 1979, com a transformação do DIPE em Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado (COESPE), houve uma nova reestruturação dos estabelecimentos subordinados à Coordenadoria. Com isso, os setores e o regime prisional foi reorganizado, ganhando nova disposição regimental¹²⁰. No ano seguinte, o contrato entre a Secretaria da Justiça e a Congregação do Bom Pastor foi rompido e a direção da Penitenciária de Tremembé foi assumida por Áurea Regina Zollner de Pinheiro Cintra. Estava assim iniciada a primeira gestão leiga da Penitenciária Feminina de Tremembé e findada a era religiosa do Bom Pastor na administração prisional para mulheres no estado de São Paulo.

¹²⁰ Decreto nº 13.412, de 13 de março de 1979.

CAPÍTULO III

1 - Vida religiosa e as congregações

Até por volta do século XVI, a vida religiosa estava diretamente associada ao claustro, à existência reclusa, em constante meditação, contemplação e oração. Aqueles que faziam a opção pelo isolamento religioso e pelo afastamento das atividades e relações sociais da vida pública eram chamados, genericamente, de religiosos.

Os religiosos consagrados (homens ou mulheres) dedicam suas vidas ao cumprimento de seus votos, de acordo com a Ordem a qual integram. As Ordens religiosas católicas se formaram a partir de comunidades de religiosos consagrados que dedicavam suas vidas à devoção religiosa no isolamento dos monastérios e afastamento da vida social não consagrada. Fundamentalmente caracterizadas pela estrita observância dos votos professados, as ordens eram diferenciadas umas das outras pelo tipo de organização hierárquica, pelo sistema patrimonial que adotavam e pelos tipos e quantidade de votos que professavam – ainda que os votos simples¹²¹ fossem frequentemente os mesmos às diferentes ordens.

As organizações religiosas cujos membros mantinham apenas os votos simples dentro das ordens eram chamadas, genericamente, de congregações. As congregações, pela natureza de seus votos, não observavam a obrigatoriedade do enclausuramento constante, o que lhe permitia mais circulação pública e maior comunicação e mobilidade social. Esses agrupamentos formavam pequenas

¹²¹ Os votos simples eram três: castidade, pobreza e obediência; que poderiam se tornar solenes e perpétuos de acordo com a hierarquia religiosa e a Ordem.

comunidades religiosas que gozavam de certa independência. Tinham liberdade de organização interna com certa autonomia e cujas limitações se davam pela interferência do clero local. Com isso, no modelo de vida religiosa *congreganista* ou *de vida ativa* predominavam os conventos com atividades sociais diversas (colégios, hospitais, orfanatos etc.), não somente como locais de oração.¹²² No início do século XVI, o papa Leão X, por meio da *Bula Inter coetera* (em 20 de janeiro de 1521) estabeleceu um regimento para as comunidades terceiras com votos simples, segundo o qual somente aqueles que já houvessem professado a clausura seriam obrigados a observá-la dispensando os demais de firmarem novo compromisso. Anos depois, Pio V rejeitou as congregações como categoria válida de associação religiosa e por meio de duas de suas bulas, *Circa pastoralis* (em 29 de maio de 1566) e *Lubricum vitae genus* (em 17 de novembro de 1568), buscou limitá-las. Entretanto, as medidas não foram suficientes para extingui-las e as congregações de religiosos de votos simples continuavam a existir e, surpreendentemente, a crescer em número. Mesmo com as limitações regimentais, as congregações de religiosos católicos seguiam sendo toleradas passando, mais tarde, a serem apoiadas pelos bispos locais. Somente após alguns séculos elas foram, finalmente, reconhecidas e disciplinadas pelo cânon da Santa Sé. A inclusão das congregações na hierarquia institucional católica só teria vindo com o papa Leão XIII, recebendo o estatuto canônico, por meio da Bula *Conditae a Christo* (em 8 de dezembro de 1900).¹²³

A partir de meados do século XVIII, com a intensificação dos embates políticos na Europa, em seguida, com a Revolução Francesa e o prolongamento dos conflitos, a vida religiosa enclausurada passou a ser considerada uma carga social desnecessária uma vez que os religiosos levavam uma vida economicamente

¹²² NUNES, M.J.R. "Prática político-religiosa das congregações femininas no Brasil – uma abordagem histórico-social". In: AZZI, R. & BEOZZO, O. (Orgs.) *Os Religiosos no Brasil. Enfoques Históricos*. São Paulo, Paulinas, 1986.

¹²³ VERMEERSCH, A. Religious Life. In: THE ORIGINAL Catholic Encyclopedia. [S.l.]: Encyclopedia Press, 1913. Disponível em: <http://oce.catholic.com/index.php?title=Religious_Life>. Acesso em: 21 jun. 2014.

improdutiva, usufruindo de privilégios resultantes de exploração social e isentos de qualquer contribuição considerada palpável naquele momento. Com isso, os religiosos eram vistos como um ônus supérfluo, para o Estado e para a sociedade, especialmente na França. Assim, logo após a Revolução Francesa, a partir de uma série de decretos editados em agosto de 1792, as organizações religiosas foram formalmente proibidas, bens foram confiscados e membros da Igreja perseguidos. Algumas congregações conseguiram manter seus conventos, mas foram obrigadas a fechar seus noviciados impossibilitando, assim, a formação de novos quadros.

Entretanto, a complexa conjuntura política de então acabou por produzir efeitos inesperados ao favorecer a sobrevivência e, até mesmo, o desenvolvimento daquele tipo de organização religiosa. Ao longo do período Imperial, as restritivas políticas napoleônicas foram lenta e paulatinamente contribuindo para o crescimento organizado das congregações, especialmente das femininas. Pressionado pela crescente demanda por pessoal especializado no trabalho em hospitais, pensionatos, asilos, orfanatos, prisões etc, o governo passou a emitir autorizações provisórias de funcionamento às congregações. Em correspondência a Joseph Fouché, Ministro da Polícia, o imperador Napoleão¹²⁴ recomendava:

Não vejo inconveniente em que as antigas religiosas levem sua vida em comum até o fim e usem, em suas casas, os hábitos que queiram, porém, que não recebam noviças e que não vão às ruas com seus hábitos.¹²⁵

As motivações imperiais para privilegiar o apoio às congregações femininas, preterindo as masculinas, eram principalmente duas: 1) garantir à sociedade o pessoal especializado necessário para o funcionamento de hospitais e escolas; 2) a

¹²⁴ Por conta do volume de fontes em diferentes línguas estrangeiras, o procedimento adotado para *todos* os documentos citados nesse trabalho foi sua *tradução livre* no corpo do texto, com a transcrição literal de sua versão original nas notas de rodapé.

¹²⁵ "Je ne vois pas d'inconvénient à ce que les anciennes religieuses finissent leur vie en commun et portent, chez elles, les habits qu'elles veulent, mais qu'elles ne fassent point de novices et qu'elles n'aillent pas dans les rues avec leurs habits." Citado em: LANGLOIS: 1984, pp. 70.

expectativa de que as organizações comunitárias femininas não resultariam em mobilizações políticas. Assim, por meio dessas concessões temporárias, o governo francês ia estabelecendo critérios de funcionamento que atendessem a suas demandas políticas. Com isso, as concessões não foram nada arbitrárias, a congregação pleiteadora das autorizações e concessões precisava provar que exercia (ou exerceria) uma função social relevante e necessária à sociedade francesa. Desse modo, a política de concessões provisórias (que aos poucos foram se tornando renováveis e cada vez mais amplas e prolongadas) acabou por favorecer um desenvolvimento controlado das congregações femininas. As implicações das políticas napoleônicas no desenvolvimento congreganista é especialmente notável em três frentes principais: 1) na elaboração de uma legislação específica, que definiu um estatuto social e político daquela organização religiosa; 2) na concessão de auxílio e recursos tanto materiais e quanto financeiros para a realização das *obras* aprovadas (recursos que poderiam corresponder desde o pagamento de salários por serviços prestados, passando pelo fornecimento de gêneros, materiais, mão de obra na construção e reforma de edifícios para a instalação de asilos, hospitais, orfanatos etc.); 3) na própria organização interna das congregações, uma vez que para dar conta das demandas impostas pelo Estado as congregações tiveram de promover toda uma reestruturação interna mais objetiva e racional.¹²⁶ Desse modo, a medida em que a política napoleônica para as congregações ia definindo os critérios para emissão das autorizações, o governo imperial ia, simultaneamente, regulando seu funcionamento, lhes atribuindo características mais uniformes de gestão, financiando boa parte das atividades, fortalecendo as entidades já existentes e criando condições para a formação das novas.

Em meio a esse jogo de grandes restrições e pequenas concessões lançadas à Igreja e seus religiosos, aquela acabou por fazer das congregações – até então

¹²⁶ Essa política congreganista foi objeto de análise nas memórias de S. Delacroix. Citado em: LANGLOIS, Claude. *Le Catholicisme au Féminin*. Les congrégations françaises à superieure générale au XIXeme siècle. Paris, Les editions du Cerf, 1984.

reprimidas e pouco usuais – instrumentos fundamentais de resistência e difusão do catolicismo na França e na Europa. Com suas características religiosas e de intervenção social direta, as congregações serviam perfeitamente tanto à missão religiosa e, ao mesmo tempo, à transformação da imagem social da Igreja como um todo, antes vista “estorvo” passava então ao *status* de utilidade pública ampliando e aprofundando seu campo de intervenção social. Há, ainda, que se considerar como fator crucial de sobrevivência e fortalecimento das congregações nesse início do século XIX a longa experiência das congregações mais antigas como, por exemplo, às vinculadas à Ordem de Nossa Senhora da Caridade, bem como o vigor e entusiasmo das novas.

Com sua atuação voltada, essencialmente, para dois setores: a *educação* (especialmente das elites) e a *assistência social* (hospitais, asilos, orfanatos etc.); as congregações católicas se lançavam à ação não secular, à ação social direta da Igreja sem, com isso, abrirem mão de seus pressupostos religiosos. Ao contrário, tratava-se de uma estratégia que se retroalimentava, na qual a resposta política que a Igreja apresentava com o despontar das congregações reforçava o princípio religioso e o princípio religioso reforçava a resposta política. Tal movimento foi impulsionado majoritariamente pelas congregações femininas, mais numerosas e, geralmente, atuantes nas duas frentes – educação e assistência social –, ao mesmo tempo.

Assim, em fins do século XVIII e início do XIX, as congregações foram responsáveis pela abertura da maioria dos colégios católicos e foram organizadas turmas de ensino regular nos estabelecimentos dos próprios institutos religiosos. Os custos de manutenção de crianças e jovens nessas escolas eram altos, o que restringia a educação regular-religiosa às elites e aumentavam os rendimentos dos conventos.

Além disso, o trabalho educacional levava à geração de vínculos prolongados e garantiam receitas quase vitalícias para os conventos, na medida em que aqueles que passaram pela educação religiosa nos colégios católicos, frequentemente,

mantinham seu apoio àquela casa e, posteriormente, ao constituírem suas famílias, confiavam a instrução de seus filhos ao mesmo estabelecimento pelo qual haviam passado.

Junto aos desvalidos, as congregações atuaram criando e ampliando asilos, hospitais, orfanatos que, geralmente, correspondiam à criação das próprias congregações. Um exemplo – do qual trataremos mais acuradamente em páginas seguintes – é a Congregação de Nossa Senhora de Caridade do Bom Pastor de Angers, que foi fundada concomitantemente ao asilo, de mesmo nome, para meninas e mulheres com problemas na justiça.

As congregações religiosas católicas despontaram, portanto, ao longo do século XIX, como um braço da Igreja que associava um novo modelo de vida religiosa ao comprometimento com projetos de atuação social. Com isso, as freiras deixavam de ser associadas à vida enclausurada estrita e passavam a ser consideradas “irmãs de caridade”, construindo uma imagem dessas religiosas como a de mulheres boas, solícitas, atuantes, comprometidas, mas, acima de tudo “irmãs” – o que significa dizer que elas mantinham certos laços com o sagrado, que as diferenciavam das mulheres de estatuto civil.¹²⁷

Propulsionado por um aumento ininterrupto dos efetivos congreganistas e pela incessante criação de congregações novas, para se ter uma dimensão, o “movimento congreganista” feminino católico do século XIX, entre os anos de 1800 e 1880, somente em território francês, foram criadas, aproximadamente, 400 **novas** congregações femininas que lá fundaram outras tantas centenas de estabelecimentos¹²⁸.

¹²⁷ NUNES, M. J. F. Rosado. Prática político-religiosa das congregações femininas no Brasil – uma abordagem histórico-social. In: Azzi, Riolando; Beozzo, José Oscar (Orgs.). *Os Religiosos no Brasil*. Enfoques Históricos. São Paulo: Edições Paulinas, 1986.

¹²⁸ LANGLOIS, 1984.

2 - Disseminação das congregações

*"O fato mais marcante, é [...] o crescimento das comunidades de mulheres. Um tal movimento que lança 100.000 mulheres pelo mundo e as faz renunciar aos prazeres da juventude e às alegrias da família, em meio a uma sociedade cética e materialista, constitui um fenômeno digno de uma atenção séria."*¹²⁹

O movimento de expansão das congregações femininas francesas é tão amplo que de 1808 à 1880 o número de religiosas e congreganistas ficou dez vezes maior. De menos de treze mil, em 1808, para mais de cento e trinta mil em 1880. Em 1861, por exemplo, as religiosas superaram em número os religiosos, elas são cinco vezes mais numerosas¹³⁰.

Com tamanha proliferação de fundações de novas congregações e consolidação das antigas, o modelo de vida religiosa congreganista (ativo) se tornava dominante sobre o modelo monástico (contemplativo). Em meio a esse movimento difusor, diversas congregações novas (fundadas durante ou após o período imperial) ou antigas (fundadas antes da Revolução Francesa) se lançaram à internacionalização estabelecendo suas casas fora do território francês. O movimento ocorreu, essencialmente, por três motivos: 1) *imigração*, a proximidade entre muitas congregações e as fronteiras francesas facilitaram a movimentação, além da anexação de territórios e a independência da Bélgica; 2) *prática missionária*, após a Revolução o movimento missionário teve início com o envio das religiosas para o oriente médio, Ásia e para as áreas coloniais, especialmente para a atuação nos hospitais; 3) *internacionalismo*, caracteriza as congregações que nascem multinacionais por, frequentemente, associarem os dois fatores anteriores (o desenvolvimento fronteiriço com a promissora expansão missionária). É nessa

¹²⁹ "Le fait le plus marquant, c'est [...] l'accroissement des communautés des femmes. Un tel entraînement qui jette 100.000 femmes hors du monde et les fait renoncer aux plaisirs du jeune âge et aux joies de la famille, au milieu d'une société sceptique et matérialiste, constitue un phénomène digne d'une sérieuse attention." SAUVESTRE, C. *Les Congrégations religieuses*. A. Faure, Paris, 1867. Citado em: LANGLOIS: 1984, pp. 307.

¹³⁰ LANGLOIS, 1984, pp. 308.

onda internacionalista que a jovem Congregação do Bom Pastor volta sua atenção para o exterior. Fica evidente a diminuição progressiva de esforços para fundações em território francês quando, em 1878, era possível contar que um quarto das casas do Bom Pastor estavam situados na França, bem como um terço de seus efetivos. No senso eclesiástico de Angers, recolhido em 1879, foram identificados cento e trinta e três conventos do Bom Pastor, dos quais apenas trinta e quatro estavam em território francês e os demais noventa e nove espalhados no estrangeiro. Por volta de 1865, na *Maison Mère* em Angers podia-se contar cerca de trezentas pessoas

tanto religiosas como noviças, trazidas de todas as nações, principalmente as alemãs, as inglesas, as irlandesas, as italianas, as belgas. Todas podem se confessar na sua língua e, no noviciado, cada nação tem sua supervisora para as instruções.¹³¹

O fato é que durante a década de 1840 as congregações femininas francesas, em número, "explodem" literalmente em todas as direções. Posteriormente, com a aproximação da virada do século XIX para o XX, outros fatores – além dos já citados – passam a contribuir para a expansão internacional (com destaque para América Latina, África e Ásia) das congregações francesas. Com o despontar da III República, a política nacional se torna bastante desfavorável aos religiosos e seus estabelecimentos.

Embora as políticas promovidas ao longo do Império napoleônico não tenham impossibilitado a atuação política da Igreja, a eficiência do modelo congregacional católico como estratégia de sobrevivência contrarrevolucionária, ao contrário, o número desses institutos religiosos aumentou muito. A atuação das congregações ajudava a garantir que a influência política da Igreja se mantivesse forte junto às elites e ganhasse certa simpatia – pela assistência – dos mais pobres.

¹³¹ "[...] tant religieuses que novices, prises dans toutes les nations, spécialement des Allemandes, des Anglaises, des Irlandaises, des Italiennes, des Belges. Toutes peuvent se confesser dans leur langue et, au noviciat, chaque nation a sa maîtresse pour les instructions." Citado em: LANGLOIS: 1984, pp. 445.

Portanto, o grande aumento no número de congregações e sua intensa disseminação mundial estavam intimamente ligados ao quadro de mudanças políticas ocorridas na Europa pós-Revolução Francesa. Nesse quadro de crescimento das congregações as disputas entre as instituições Estado e Igreja não foram dissolvidas. A partir da segunda metade do século XIX e princípios do XX, os conflitos foram intensificados, as restrições políticas e econômicas do Estado sobre a Igreja e seus religiosos foram se avolumando e não se fazia distinção entre os estabelecimentos de congregados masculinos ou femininos. Entre proibições de funcionamento e confisco de bens, constavam determinações que podiam chegar, com frequência, à supressão e até mesmo à expulsão do país.

A partir desse momento, o novo poder rompe definitivamente com a política levada a cabo nos oitenta anos anteriores. Inicialmente, os cortes e restrições não são diretos e vão paulatinamente tornando os serviços das religiosas obsoletos. O golpe inicial foi certo com o investimento político numa reforma escolar que seguiu promovendo: a criação, em cada departamento, de escolas normais com professoras e direção totalmente laicas; a criação de escolas secundárias públicas para meninas; laicização progressiva do pessoal das escolas comunitárias. O momento foi marcante para o movimento congreganista; a partir da década de 1880 o período das novas fundações em solo francês, praticamente, se extinguiu¹³².

Além do engajamento na laicização dos efetivos e direção das instituições públicas, a República francesa também adotou medidas de ação direta com vistas a diminuir a influência dos membros da Igreja. Aliás, diga-se, não só na França, mas diversos Estados europeus passaram a implementar políticas de controle às associações religiosas. Na França, por exemplo, o Ministério de Waldeck-Rousseau conseguiu aprovar, em 1901, uma lei que estabelecia um novo estatuto para as associações religiosas. Por conta do rigor com que fora aplicada, a *Lei de 1ª de julho de 1901*, como ficou conhecida, levou, em 1903, à dispersão para fora da França de mais de 30.000 religiosos.¹³³

¹³² LANGLOIS: 1984, pp. 631.

¹³³ BEOZZO, José Oscar. Decadência e Morte, Restauração e Multiplicação das Ordens e

Assim, na primeira metade do século XIX, a criação e inauguração de congregações multiplicavam-se, rápida e abundantemente, por toda a Europa católica. Naquela altura, por volta de meados do século, os religiosos congregados empreenderam um movimento de disseminação de seus institutos. O fluxo de religiosas(os) rumo a outros continentes, especialmente o americano, visando a fundação de novos estabelecimentos de seus respectivos institutos, fora intenso e contínuo e, embora tenha sido suprimido em território francês a partir da década de 1880, seguiu escoando seus efetivos para as fundações no exterior. Num prazo de poucas décadas, as congregações católicas francesas estavam presentes em todos os continentes e, não raro, já haviam fundado mais de um estabelecimento por país.

3 - Fundação da Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor de Angers

“A Congregação do Bom Pastor é uma árvore. Em uma árvore há o que se vê e o que não se vê: as raízes. Nós somos as raízes, escondidas, porém estamos ali para sustentar a árvore.”¹³⁴

A Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor¹³⁵ foi fundada na França pela madre Maria de Santa Eufrásia Pelletier¹³⁶, no ano de 1835, na cidade de Angers. Embora o ano de sua fundação seja preciso, a Congregação nasce de uma intensa mobilização interna de reformulação, partindo dos novos quadros da Ordem de Nossa Senhora da Caridade¹³⁷. Esta, fundada em 1641, tinha entre seus propósitos missionários assistir às prostitutas, penitentes e às crianças abandonadas¹³⁸.

João Eudes¹³⁹, o fundador da Ordem, nascido em 1601 em Ri, região da baixa Normandia, fez seus estudos no colégio jesuíta de Caen. O sacerdote ao longo de sua trajetória eclesiástica, focou sua intervenção social na educação e no destino de mulheres e meninas que viviam da prostituição e que adotavam diversos outros comportamentos considerados condenáveis pela sociedade da época¹⁴⁰. Foi para

¹³⁴ “La Congregación del Buen Pastor es un árbol. En un árbol hay lo que se ve y lo que no se ve: las raíces. Nosotras somos las raíces, escondidas, pero estamos allí para que se sostenga el árbol.” Relato de uma irmã do Bom Pastor, dado ao padre Tenailleau, sem autoria atribuída. In: POSADA, Blanca Inés & MONTROYA, Martha Parra (Orgs.). *Creciendo em el Espíritu del Buen Pastor*. Manizales-Colômbia: Asociación Colombiana de Laico del Buen Pastor, 2011. v. 1: Identidad y pertenencia. (Colección Laicos, semilla de Evangelización).

¹³⁵ Nome original: *Congregation Notre-Dame-de-Charité du Bon Pasteur d'Angers*.

¹³⁶ *Mère Marie de Sainte-Euphrasie Pelletier*.

¹³⁷ *Ordre de Notre-Dame-de-Charité du Refuge*.

¹³⁸ EUDES, St. Jean. *OEuvres complètes*. [S.l.]: Biblioteca Virtual Eudista. t. 10: Pour les soeurs religieuses de Notre-Dame de Charité. Disponível em: <<http://www.eudistes.org/Ecrits.htm>>. Acesso em: 18 nov. 2013.

¹³⁹ Idem.

¹⁴⁰ Idem.

lidar com essa população que João Eudes abriu, em 1641, um abrigo em Caen. Uma comunidade religiosa foi lentamente se estabelecendo em torno da prestação de apoio às mulheres que enfrentavam problemas com a justiça. Com isso, mais tarde, foi estabelecido um tipo de refúgio que, em seguida, recebeu o nome de Comunidade das Meninas de Nossa Senhora da Caridade¹⁴¹.

Oito refúgios de Nossa Senhora da Caridade foram criados entre 1642 e 1724, incluindo Tours. Na mesma época, existiam outras instituições que abrigavam ou recolhiam, à força, as meninas infratoras, as crianças rebeldes ou ex-prisioneiros. Ao final do Antigo Regime, havia cerca de vinte desses estabelecimentos só na cidade de Paris. Entre eles, uma comunidade de penitentes chamada, pelos bons resultados, de as Meninas do Bom Pastor, que foi fundada em 1688 por Marie de Combe. Essa comunidade funcionava em um edifício da rua Cherche-Midi, que logo ficou conhecido na região pelo nome “Bom Pastor”. O termo, com o tempo, se tornou sinônimo de instituição de confinamento para reforma moral de mulheres e meninas.¹⁴²

Com a Revolução de 1789, muitas casas religiosas foram fechadas. Por sua característica de assistência social, alguns abrigos de Nossa Senhora da Caridade logo foram reabertos. Contudo, as comunidades em recomposição enfrentavam graves problemas econômicos. Em 1825, a eleição de uma nova superiora do abrigo de Tours marcou uma etapa decisiva na trajetória da comunidade. Nascida em 1796, a 31 de julho, na ilha de Noirmoutier, próxima à costa da Bretanha, Rosa Virginia Pelletier¹⁴³ era a oitava filha de um casal em fuga. A contrarrevolução havia chegado em Vendeia, região de origem do casal, levando-os a se instalarem em Noirmoutier, onde, mais tarde, a guerra também chegaria.

¹⁴¹ *Filles de Notre-Dame de Charité*. Para a Biografia de João Eudes, a trajetória da Ordem de Nossa Senhora da Caridade e seus institutos consultar a Biblioteca Virtual Eudista disponível em: <<http://www.eudistes.org>>.

¹⁴² STRIMELLE, Véronique. La gestion de la déviance des filles à Montréal au XIXe siècle. Les institutions du Bon-Pasteur d'Angers (1869-1912). In: *Revue d'histoire de l'enfance "irrégulière"*. Revista digital, [s.l.], n. 5, p. 64, 2003. Disponível em: <<http://rhei.revues.org/905>>. Acesso em: 18 out. 2012.

¹⁴³ *Rose-Virginie Pelletier*.

Figura 9 – Maria de Santa Eufrásia Pelletier¹⁴⁴

Rosa Virginia foi educada pelas Ursulinas de Chavagne, em 1814 entrou para o Noviciado de Tours e, em 1817, professou seus votos, tomando o nome de Maria de Santa Eufrásia. Em 26 de maio de 1825, a madre Maria de Santa Eufrásia Pelletier¹⁴⁵, foi nomeada Superiora do Refúgio de Tours. Valendo-se da autoridade

¹⁴⁴ Acervo Histórico do Bom Pastor, *Maison-Mère*, Angers.

¹⁴⁵ *Mère Marie de Saint Euphrasie Pelletier*.

de seu cargo¹⁴⁶, Maria Eufrásia propôs e promoveu uma série de reformulações e ampliações que davam nova organização às comunidades da Ordem de Nossa Senhora da Caridade e Refúgio.

Com sua chegada, novas casas para mulheres e meninas infratoras foram fundadas. Já de início, Maria Eufrásia propunha a criação de uma congregação de Madalenas¹⁴⁷. Embora enfrentasse muita resistência ao projeto, em 1825, a madre fundou o primeiro convento de Madalenas.

Na doutrina cristã, o termo Madalena faz referência a uma vida em arrependimento. Trata-se de mulheres que levaram uma vida de pecados (no caso, promiscuidade, vícios, vadiagem, alcoolismo etc.) e se arrependeram, reconhecendo a apregoada necessidade de penitência e oração para o expurgo dos pecados. A vida religiosa no claustro e com a profissão de votos não era permitida àquelas que, em algum momento de suas vidas, tivessem levado uma vida considerada pecadora. Assim, a proposta de aceitar a conversão de ex-prostitutas em noviças no interior dos conventos de Nossa Senhora da Caridade era alvo de muita resistência de diversos setores da comunidade, desde bispos até as irmãs professoras se opunham ao projeto¹⁴⁸. Embora, experiências anteriores tenham resultado em conflitos internos por conta do alegado “inconveniente” da coabitação entre as Madalenas e as irmãs recrutadas por “vocação”, havia vozes favoráveis ao projeto. Vozes movidas, principalmente, pelo número de penitentes desejosas da conversão e da vida religiosa conventual:

...cinco deram entrada na comunidade este ano e dão esperança de perseverar ... E nós vemos que, depois de dar muito problema (elas) finalmente se converteram efetivamente, o que prova quanta paciência é necessária com essas pobres almas¹⁴⁹.

¹⁴⁶ LEONARDI, Paula. Vestígios de um lugar próprio: religiosas francesas no Brasil. In: REVER, p. 60-61.

¹⁴⁷ Rules and Observations of the Sisters Madalenas of the Good Shepherd of Angers. Imprimatur J. Baudriller, V.G., p. 41, 1901.

¹⁴⁸ BOISSIEU, R. P. *Béthanie, les Madeleines réhabilitées*. Paris, Grasset, 1931.

¹⁴⁹ "... cinq sont entrées en communauté cette année et donnent espérance de persévérer... Et nous voyons que, après avoir donné bien de la peine (elles) se convertissent enfin tout de

A criação de um Instituto de Madalenas visava atender a essa demanda de estender a vida religiosa com profissão de votos às mulheres "arrependidas" e comprometidas com a vida religiosa conventual. Ainda em apoio à formação daquela comunidade, havia o pressuposto comum e unânime entre as congregações de que a vida religiosa constitui a forma mais perfeita de reabilitação. Não tardou muito e Madre Eufrásia conquistou o apoio necessário para a implementação daquela comunidade sob uma proposta de consenso, no mínimo, criativa: as conversões seriam aceitas, com todo o rigor religioso corrente, e as Madalenas deveriam se agrupar e habitar em comunidade própria dentro dos conventos de Nossa Senhora da Caridade, ou seja, formariam um convento dentro dos conventos. Com isso, em 11 de novembro de 1825, foi fundada a primeira comunidade das Irmãs Madalenas (ou penitentes conversas) e em poucos dias fora aprovado seu regimento interno.

A primeira Regra de vida religiosa das Irmãs Madalenas de Angers fora redigida pela Madre Eufrásia e aprovada pelo Bispo de Angers, Mgr Montault, em 1834. Segundo essas normas, após dois anos de noviciado, a Irmã faria os três votos habituais da vida religiosa e os votos perpétuos seriam professados após três anos de exercício dos votos simples, não importando a idade da Irmã. Assim,

O principal objetivo das Irmãs de St. Madalena, e a finalidade de seu Instituto, é tender em todas as suas ações a um grande espírito de penitência, abnegação, e mortificação, para expiar seus próprios pecados, e também para obter de Deus a conversão das penitentes.¹⁵⁰

bon, ce qui prouve combien de patience est nécessaire avec ces pauvres âmes." PÉCARD, M. A. *Depuis le Refuge de Tours jusqu'au Bon-Pasteur d'Angers (1814-1835)*. Angers, Centre Spirituel Maison-Mère Bon-Pasteur d'Angers, 1994.

¹⁵⁰ "The principal aim of the Sisters of St. Magdalen, and the end of their Institute, is to tend in all their actions to a great spirit of penance, abnegation, and mortification, to expiate their own sins, and also to obtain from God the conversion of the penitents." In: Sisters of Our Lady of Charity of the Good Shepherd. *Rules and Observances of the Sisters Magdalens of the Good Shepherd of Angers*. Angers, 1901. (Tradução para o inglês do original em francês de 1834)

Além disso, a Congregação das Irmãs Madalenas ficavam totalmente subordinadas à autoridade da Madre Superiora do Convento do Bom Pastor, fundado em 1831, quando Maria Eufrásia foi chamada para liderar o convento da Ordem de Nossa Senhora da Caridade em Angers¹⁵¹, e lá foi fundada a Congregação das Irmãs Madalenas do Bom Pastor de Angers

Como ela tinha feito em Tours, Madre Maria Eufrásia deu às Madalenas a Regra de Santa Teresa de Avila. Mas, ela, então, se pôs a trabalhar e elaborou a primeira Regra, que seria aprovada pelo Bispo de Angers em 1834. Essa primeira Regra era uma cópia próxima da Regra Carmelita, com umas poucas adaptações e novos parágrafos, levando em conta a situação particular das Irmãs Madalenas. Nessa primeira Regra, Madre Maria Eufrásia estipulou que o recrutamento não se limitava somente às penitentes – uma decisão importante para o futuro de um instituto desse tipo. Quanto ao espírito deste novo fundamento, era o mesmo que para o Carmo, onde só Deus contava, procurado por uma vida de solidão, oração, silêncio, trabalho e austeridade; mas, como em Tours, a santificação pessoal foi vivida em uníssono com a conversão das penitentes aos cuidados das Irmãs do Bom Pastor.

Mais tarde, em 1857, depois de 25 anos de experiência, a Madre Maria Eufrásia escreveu uma segunda Regra inspirada na primeira. Embora nenhuma menção tenha sido feita à Santa Teresa de Ávila, a Regra das Carmelitas permaneceu o molde da Regra. Madre Maria Eufrásia acrescentou à própria Regra observâncias e orações para o uso diário das Madalenas. Aprovada pelo Bispo de Angers, em 14 de julho de 1857, esta segunda Regra foi proposta a todas as fundações no Capítulo geral de 1857.¹⁵²

¹⁵¹ STRIMELLE, 2003.

¹⁵² “As she had done at Tours, Mother Mary Euphrasia gave the Magdalens the Rule of Saint Teresa of Avila. But she then set herself to work and drew up a first Rule, which was to be approved by the Bishop of Angers in 1834. This first Rule was a close copy of the Carmelite Rule, with a few adaptations and new paragraphs, on account of the particular situation of the Magdalen Sisters. In this first Rule, Mother Mary Euphrasia stipulated that recruitment was not limited only to the penitents - an important decision for the future of an institute of this kind. As for the spirit of this new foundation, it was the same as for Carmel, where God alone counted, sought out by a life of solitude, prayer, silence, work and austerity; but as at Tours, personal sanctification was lived in unison with the conversion of the penitents in the care of the Sisters of the Good Shepherd. Later, in 1857, after 25 years of experience, Mother Mary Euphrasia wrote a second Rule inspired by the first one. Though no mention was made of Saint Teresa of Avila, the Rule of the Carmelites remained the framework of the Rule. Mother Mary Euphrasia added to the Rule itself observances and prayers for the daily use of the Magdalens. Approved by the Bishop of Angers, July 14, 1857, this second Rule was proposed to all the foundations at the general chapter of 1857”. In: TENAILLEAU: 1991, p.35-36.

No convento de Angers, instalado no antigo prédio do Bom Pastor, a superiora projetava uma ampliação das obras da Ordem de Nossa Senhora da Caridade. Desta vez, além da forte oposição política no interior da própria Igreja, a madre queixava-se, frequentemente, da escassez de recursos do convento recém-inaugurado e também da falta de unidade administrativa entre os diferentes conventos de uma mesma congregação. Isso porque, ainda que aqueles estivessem submetidos à mesma Ordem, cada convento possuía regras próprias, o que, dentro dos planos de Maria de Santa Eufrásia, impossibilitava uma difusão padronizada dos conventos e de suas práticas. De acordo com as antigas regras em vigor nos abrigos de Nossa Senhora da Caridade, cada nova fundação mantinha sua autonomia de organização própria independentemente da matriz.

Na condição de superiora, Maria Eufrásia propunha a introdução de um generalato, que deveria funcionar como um conjunto de normas superiores, de produção centralizada e difusora, cujo estatuto deveria ser permanente, de modo a consolidar todas as comunidades daquela Congregação – ainda que isoladas em áreas distantes – sob a autoridade da mesma matriz. Como era de se prever, todos os abrigos fundados sob sistema antigo rejeitaram o projeto. Mesmo com forte oposição, Maria Eufrásia, à época vinculada diretamente à Santa Sé e contando com intenso apoio do próprio Papa Gregório XVI, fundou, em 1835, a Casa Mãe da Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor de Angers¹⁵³. Já naquela ocasião, o Papa colocou a Congregação sob a proteção de Bispo, o Cardeal Odescalchi de Angers.

¹⁵³ *Mère Maison des Congregation de Notre-Dame du Bon Pasteur d'Angers.*

Fondations de Notre Vénérée Mère Marie de St Pierre selon leur date.

1	25 Avril 1869	Colombo	Ile de Ceylan	107
2	24 juillet 1869	Cleveland	Etats Unis	112
3	30 Mars 1870	Montreal	Canada - Rue Fullum	4
4	30 Mars 1870	Cork	Irlande	8
5	31 Mai 1870	St Hubert	près Montréal - Canada	19
6	2 Août 1871	Quito	Equateur	17
7	14 Décembre 1871	Sima	Perou	28
8	15 Novembre 1872	Cardiff	Angleterre	12
9	19 Mars 1873	Indianapolis	Etats Unis	145
10	2 Août 1873	Sore	Belgique	153
11	24 Mai 1875	Vernach	Etats Unis	33
12	21 Novembre 1875	Memphis	Etats Unis	45
13	3 Mars 1876	Montevideo	Uruguay	92
14	11 Août 1876	Sau	Basses-Syriennes	53
15	28 Août 1876	Amelo	Hollande	128
16	28 Septembre 1876	Mexime	Sicile	50
17	25 Décembre 1877	Milwaukee	Etats Unis	290
18	10 Mai 1878	Salerno	Sicile	216
19	8 Septembre 1878	Nycore	Maisson - Indes Orientales	158
20	14 Septembre 1878	Montreal	Canada - Rue Steerbrooke	118
21	2 juillet 1879	Evreux	Angle	77
22	20 Août 1879	Harlem	Hollande	71
23	8 Décembre 1879	La Havane	Ile de Cuba - Amérique	300
24	2 Octobre 1880	Barcelone	Espagne	158
25	19 Octobre 1880	Cambrai	Nord	228
26	8 Février 1881	Curico	Chili	113
27	15 Octobre 1881	Guillota	Chili	51
28	16 Avril 1882	Naples	Italie	106
				210

Figura 10 – Livro de Registro das Fundações do Bom Pastor no exterior¹⁵⁴

¹⁵⁴ Acervo Histórico do Bom Pastor, Maison-Mère, Angers.

A Congregação deveria obedecer às Regras de Santo Agostinho¹⁵⁵ e, em pouco tempo, deu início à empreitada para a qual fora criada: a difusão padronizada de conventos que observassem às mesmas regras de organização conventual e de atuação ação religiosa, submetidos à mesma administração, centralizada pelo generalato da Casa Mãe em Angers¹⁵⁶. Já nos primeiros anos após sua fundação, foram enviadas missionárias para instalar conventos do Bom Pastor – lembrando, sempre com foco na (re)educação de meninas e mulheres infratoras – ao longo do território francês e alhures: Bélgica, Itália, Holanda, Alemanha, Áustria, Inglaterra, Escócia, Irlanda, Estados Unidos, Canadá, Índia e Chile são alguns exemplos da disseminação ocorrida em um período de cerca de trinta anos de existência da Congregação do Bom Pastor.

Vale lembrar que, embora a disseminação do instituto ocorresse de forma padronizada, de acordo com a proposta de generalato do início dos anos de 1830, o generalato *stricto sensu* só fora oficialmente aprovado – como sistema organizacional e de gestão das congregações – pela Santa Sé no ano de 1835¹⁵⁷.

No ano de fundação da Congregação do Bom Pastor, no formato de generalato com Superiora Geral, a comunidade do Bom Pastor em Angers compreendia, além das religiosas, penitentes, Madalenas e pensionistas, perfazendo um total de trezentas pessoas¹⁵⁸. O número de Irmãs Madalenas crescia rápido. Em 1835 elas eram 40, em 1846 eram 50, em 1854 cerca de 80. Entre elas, havia várias estrangeiras. Uma carta da comunidade de 1844 apontava que dentre as 4 postulantes 2 eram de Londres e anos mais tarde, em 1856, após a profissão de seus votos perpétuos uma delas se tornou fundadora em Louisville (EUA). Um dos fatores que contribuíram para o rápido crescimento da Congregação das Madalenas foi o processo apostólico que gerava uma facilidade de acesso à

¹⁵⁵ SISTERS OF OUR LADY OF CHARITY OF THE GOOD SHEPHERD. *Rules of St. Agostin and the Constitutions for the Religious of The Congregation of Our Lady of Charity of the Good Shepherd of Angers*. [S.l.: s.n.], 1890. (Publicado originalmente em 1836).

¹⁵⁶ STRIMELLE, 2003, p. 64.

¹⁵⁷ ANÔNIMO. *Au soir d'un siècle. Le Bon-Pasteur d'Angers à Montréal, 1844-1914*. Montréal: Monastère du Bon-Pasteur, p. 31.

¹⁵⁸ Annales I, acervo da *Maison Mère*. Citado em: PÉCARD, 1995(a), pp. 31.

comunidade se comparada às grandes Ordens religiosas. Com o passar dos anos, era possível identificar nos depoimentos das irmãs que um grande número das Madalenas já não haviam sido mais recrutadas entre as penitentes¹⁵⁹. Já sobre as penitentes, sua estadia na comunidade podia variar entre alguns poucos dias e longos anos. O discurso da Madre Fundadora é de que a internação deveria ser voluntária: “Nós não temos nenhum direito sobre as penitentes... Nós não devemos ter além de penitentes de boa vontade; nós não somos obrigadas a manter as outras...”¹⁶⁰. Com isso, se a adaptação às regras da casa se fizessem adequadas a permanência poderia se prolongar, caso contrário sua transferência ou saída seria rapidamente providenciada, especialmente se o problema fosse de influência ou prejuízo à harmonia da comunidade. Quanto aos motivos das internações eram bastante variados, mas, via de regra, estavam ligados a “dificuldades morais”. Há casos de mulheres internadas temporariamente por seus maridos para que tomassem aulas; por suas famílias para serem disciplinadas. Boa parte dessas meninas e mulheres era recebida sem encargos, noutros casos havia contribuições das famílias. Havia também as pensionistas, frequentemente mulheres viúvas que além da pensão mensal/anual faziam doações de gêneros alimentícios¹⁶¹.

Ainda sobre a Congregação das Irmãs Madalenas, a comunidade por sua subordinação ao Bom Pastor engajou-se no movimento de internacionalização. Embora tenha fundado casas nos cinco continentes, o continente europeu teve a maior concentração de casas dessa comunidade. Com a proposta de, fazendo uso do próprio exemplo, recuperar jovens desviantes, a comunidade investiu na implementação de lavanderias em seus conventos como parte das medidas de recuperação das jovens. As lavanderias da Madalenas atingiram repercussão internacional recente por conta de uma vala comum descoberta, em 1993, no quintal de um de seus estabelecimentos na Irlanda. Na vala, foram encontrados 155 corpos enterrados gerando uma comoção social e midiática intensa. Com a pressão

¹⁵⁹ PÉCARD, 1995(a), pp. 33-34.

¹⁶⁰ Ibidem, pp. 37.

¹⁶¹ Ibidem, pp. 36.

sobre o governo irlandês, comissões de investigação foram formadas, ex-internas dos conventos foram localizadas e entrevistadas, grupos de pesquisa sobre a história da atuação das Madalenas na Irlanda foram organizadas. Em poucos anos foram divulgados os relatórios. Seu conteúdo provocou uma comoção ainda maior: explorações, maus-tratos, pedofilia, abusos sexuais e torturas. Somente na Irlanda, cerca de 30.000 mulheres, entre o século XIX e XX, passaram pelos estabelecimentos das Madalenas. O grupo jurídico *Justice for Magdalenes* denunciou a congregação por violação dos direitos humanos (tortura, trabalho escravo, violação sexual) ao *Comitê Contra a Tortura das Nações Unidas*. Em 2013, o Primeiro Ministro da República da Irlanda emitiu um pedido de desculpas formal em nome do Estado. Descreveu o ocorrido como uma “vergonha nacional” e apresentou um pacote de apoio (jurídico, médico, psicológico) às vítimas dos maus tratos das lavanderias. Em 1998, foi lançado na Irlanda o filme documentário *Sex in a Cold Climate* dirigido por Steve Humphries e narrado por Dervla Kirwan, o filme detalha os maus-tratos sofridos pelas mulheres internadas nas lavanderias das Madalenas. Mais recentemente um filme baseado nos testemunhos de quatro ex-internas das lavanderias foi lançado no Brasil. Sob o título *Em nome de Deus* (na versão Brasileira – *The Magdalene Sisters*, na versão original de 2002), o filme dirigido por Peter Mullan foi lançado no país em 2004. Sobre o Brasil, ao longo dessa pesquisa não foram encontradas fontes que indiquem algo semelhante ao ocorrido na Irlanda¹⁶².

Além daquelas sessões que funcionavam no estabelecimento da comunidade do Bom Pastor em Angers, as Irmãs da Congregação passavam a administrar seu programa de atividades em estabelecimentos extramuros. Com a aquisição da fazenda *Marie-Joseph* (posteriormente rebatizada como *Nazareth*), em 1846, e a Abadia de *Saint-Nicolas*, em 1854, as Irmãs do Bom Pastor além de acomodar nas sessões de seu convento as salas de aula, as penitentes, pensionistas e Madalenas,

¹⁶² Para mais informações sobre as lavanderias das Irmãs Madalenas ver: <https://www.magdalenelaundries.com> ; Relatório sobre abuso infantil na Igreja Católica: <http://www.childabusecommission.ie/rpt/pdfs/> ; Relatório sobre as lavanderias Madalenas submetido à ONU https://www.magdalenelaundries.com/jfm_comm_on_torture_210411.pdf

passava também a gerir estabelecimentos fora de sua área conventual e, com isso, a receber um contingente igualmente novo: as meninas e mulheres encarceradas pelo Estado francês. A partir de um acordo firmado, em 1852, entre a administração regional do departamento de *Maine-et-Loire* e a Madre Superiora Maria Eufrásia, a Congregação do Bom Pastor ficava responsável pela custódia de meninas e mulheres condenadas pela justiça naquele departamento. Com a posterior aprovação do Ministério do Interior, o acordo fora estendido aos demais departamentos.

A Congregação estava autorizada a receber as jovens detidas somente em dois de seus estabelecimentos: *Nazareth* e *Saint-Nicolas*. As Irmãs deveriam organizar o funcionamento geral do estabelecimento e alocar as jovens de acordo com sua idade. As jovens que chegavam ao Bom Pastor já vinham cumprindo suas penas nas cadeias públicas e prisões centrais. Nem sempre essas jovens infratoras eram enviadas ao Bom Pastor pelos diretores das cadeias e das prisões, a iniciativa de visitar e vasculhar prisões atrás das detidas era das Irmãs da Congregação¹⁶³. Uma vez ingressa no Bom Pastor, as internas receberiam uniformes, seriam encaminhadas às seções de trabalho e educação primária. O tempo de permanência no estabelecimento era fixado pela condenação imposta pelo julgamento. Porém, os registros do Acervo Histórico do Bom Pastor apontam que a permanência das jovens naqueles estabelecimentos poderiam se estender para muitos anos além da condenação prevista. Essa extensão ocorria de acordo com três critérios mais frequentes: a idade da jovem condenada, seu comportamento ou voluntariamente, diante de um pedido de prolongação de sua permanência na casa¹⁶⁴.

Entre as jovens detidas nas casas do Bom Pastor em meados do século XIX, os delitos mais comuns identificados pela Congregação foram: roubo e furto, vadiagem, depravação (atentado ao pudor), incêndio e fraude¹⁶⁵. Naquele momento, a instrução escolar era mínima para as meninas. Havia uma proibição

¹⁶³ PÉCARD, 1995(a), pp. 53.

¹⁶⁴ Idem, pp. 56.

¹⁶⁵ PÉCARD, 1995(a), pp. 55.

formal decretada pelo Monsenhor Angebault de que as congregações educassem as meninas além no ensino primário, ele acreditava que a interdição funcionava como “um quarto voto, para conservar o espírito de humildade e de simplicidade entre as irmãs”¹⁶⁶. O trabalho prisional era essencialmente doméstico (lavar e passar a roupas), por vezes agrícola e de jardinagem, e também de pequenas oficinas de costura, alfaiataria e tecelagem.

Envoltas nesse sistema, as jovens eram submetidas às classes de educação moral e religiosa que resultavam, frequentemente, em batismos e na realização da Primeira Comunhão. No acordo firmado entre a Congregação e a administração departamental de *Maine-et-Loire*, em seu artigo 3º ficou definido que

As jovens detidas serão formadas nos princípios religiosos sem, no entanto, serem submetidas à regra da Comunidade, caso ela seja muito severa para a idade delas. Nós lhes ensinaremos a ler, escrever e contar, independentemente do trabalho que o senhor Ministro do Interior terá decidido que lhes deva ser ensinado¹⁶⁷.

Com isso, a educação proposta pelo Bom Pastor comportava todo um sistema de recompensas e punições que deveria incutir nas jovens uma certa noção de bem e de mal, valorizando ou sancionando os comportamentos. Que, por sinal, era registrado e controlado pela administração

Punições benignas e, sobretudo, humilhantes (o gorro da noite, vestido de penitência, pão seco...) para as faltas comuns e recompensas mínimas também (pecúlio ou roupa, rosário ou imagem, “cordão honorífico”).¹⁶⁸

¹⁶⁶ BRANCHEREAU, Pierre. *Les Congrégations religieuses en Anjou sous l'épiscopat de Mgr Angebault: 1842-1869*. Angers, 1976.

¹⁶⁷ "Les jeunes détenues seront élevées dans les principes religieux sans cependant être soumises à la règle de la Communauté si elle était trop sévère pour leur âge. On leur apprendra à lire, à écrire et à compter, indépendamment du métier que Mr. le Ministre de l'Intérieur aura décidé devoir leur être enseigné." *Traité passé entre L'Administration et M. M. Euphrasie Pelletier*, Angers-France, 1852. Acervo Histórico da *Maison-Mère du Bon Pasteur*, Angers.

¹⁶⁸ "Punitions bénignes et surtout humiliantes (bonnet de nuit, robe de pénitence, pain sec...)

Entretanto, nem sempre as faltas eram consideradas comuns e os castigos se tornavam mais severos e as freiras recorriam à reclusão em cela para casos de insubordinação reincidente por parte das internas. Para os casos de agressão física às demais reclusas, as Irmãs faziam uso do calabouço. Em casos extremos (não descritos na fonte), era possível enviá-las para o cumprimento de medida disciplinar nas prisões de Angers¹⁶⁹. O acordo entre a Congregação e o Estado francês previa uma remuneração pelo recolhimento das jovens infratoras. O pagamento variava de acordo com a quantidade de reclusas e o tempo de permanência no estabelecimento. A Madre Superiora era a encarregada de receber os valores e repassá-los aos estabelecimentos de recolhimento das jovens infratoras. O montante era entregue trimestralmente e correspondia 60 centavos por dia de reclusão, de cada uma das internas¹⁷⁰.

A Congregação iniciada com o acolhimento das penitentes e posteriormente com a formação da Congregação das Madalenas¹⁷¹, em poucos anos estendeu sua atuação a demais desvalidos com programas e atividades específicos para cada grupo. Ao narrar sua própria trajetória, a Congregação do Bom Pastor descreve sua expansão como uma “evolução da obra apostólica” listando seus programas e frentes de ação: penitentes, Madalenas, órfãs, *libérées*, escolas externas, jovens *négresses*, pensionistas, jovens detidas, creches e casas de maternidade, internatos educativos, prisões femininas, escolas de alfabetização, acolhimento para mulheres prostituídas, casas de semi-liberdade e, mais recentemente, promoção feminina¹⁷².

pour les défaillances courantes... et récompenses minimales aussi (pécule ou linge, chapelet ou image, 'cordon honorifique')." Registro Verde (1853-1864), Acervo Histórico da *Maison Mère du Bon Pasteur*, Angers.

¹⁶⁹ Registro das "*Libérées*", Acervo Histórico da *Maison-Mère du Bon Pasteur*, Angers.

¹⁷⁰ Artigo 5º, *Traité passé entre L'Administration et M. M. Euphrasie Pelletier*, Angers-France, 1852. Acervo Histórico da *Maison-Mère du Bon Pasteur*, Angers.

¹⁷¹ Atualmente, a Congregação das Madalenas não mantém atividades de vida ativa. A comunidade, hoje estritamente *contemplativa*, segue subordinada ao Bom Pastor.

¹⁷² PECARD, 1984 (b).

Figura 11 – Mapa da dispersão do Bom Pastor pelo mundo¹⁷³

Nos trinta e três anos como Madre Superiora da Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor de Angers, a fundadora Maria Eufrásia transformou o convento de Angers no epicentro de um movimento de intensa e ampla irradiação. Quando de sua morte, no ano de 1868, a comunidade do Bom

¹⁷³ Acervo Histórico do Bom Pastor, *Maison-Mère*, Angers.

Pastor já havia formado, ao longo de sua existência, 2.067 freiras consagradas, 962 Madalenas, e contava, naquele momento, com 110 estabelecimentos espalhados nos cinco continentes. Os quais refugiava 6.372 penitentes¹⁷⁴, oferecia instrução a 8.483 crianças. Em 1916, o número de conventos mais do que dobrou: eles chegaram ao número de 260 pelo mundo e a comunidade reunia 10.028 religiosas¹⁷⁵. Nos dias atuais, a Congregação está presente – com casas fundadas – em, pelo menos, 73 países espalhados pelos cinco continentes¹⁷⁶.

Buscando definir detalhadamente a organização da vida nos conventos e formar suas religiosas de modo padronizado, a madre superiora Mari Eufrásia elaborou, por meio de circulares, conferências e instruções¹⁷⁷, os princípios e métodos que deveriam “inspirar” as religiosas do Bom Pastor na realização do seu trabalho com meninas e mulheres nos estabelecimentos em Angers e, igualmente, nos conventos dispersos¹⁷⁸.

As circulares eram recomendações e instruções enviadas pela Casa Mãe de Angers às casas do Bom Pastor espalhadas pelo mundo. Durante as comemorações ao cinquentenário da Congregação, a então Madre Superiora Maria de São Peter de Couenhove, organizou e compilou diversas dessas circulares redigidas pela madre Eufrásia. No formato de livro, as instruções foram publicadas em 1885, sob o título *Conferences and Instructions of the Venerable Mother Mary of St. Euphrasia Pelletier – Foundress of the Generalate of the Congregation of Our Lady of Charity of the Good*

¹⁷⁴ As definições para o termo *penitentes* são, geralmente, bastante genéricas e de cunho religioso. Para fins de coerência e coteio, adotaremos ao longo do texto a definição apresentada pelo padre Tenailleau, segundo a qual: “The term 'penitents' designates the girls or women entrusted to the Institute of the Good Shepherd for the human and spiritual rehabilitation and to learn a trade. Many of these girls came from a background of delinquency or had been involved in prostitution. The expression 'penitent' has disappeared from our present day vocabulary”. TENAILLEAU, Père B. *St. Mary Euphrasia and The foundation of Magdalenes: the crowning work of the Good Shepherd*. Angers: [s.n], 1991. p. 22.

¹⁷⁵ Ibidem.

¹⁷⁶ CONGREGAÇÃO DE NOSSA SENHORA DA CARIDADE DO BOM PASTOR. *Units and Continental Groupings*. Disponível em: <http://www.buonpastoreint.org/where-are-we_109/units-and-continental-groupings_1343>. Acesso em: 15 jan. 2014.

¹⁷⁷ Além das, já citadas, regras de Santo Agostinho.

¹⁷⁸ Idem.

Shepherd of Angers. A obra teve uma segunda edição, publicada em 1907¹⁷⁹ e nos aponta algumas das diretrizes da atuação desse instituto. Além disso, a compilação e divulgação dos escritos de Maria Eufrásia contribuía para a manutenção da unidade congreganista. Promovia-se uma reapropriação das origens de modo a proporcionar a seus membros a identificação a uma figura única, forte e de carreira extraordinária. Com isso, a congregação se apropriava e construía uma narrativa própria de sua memória institucional,

... em comum, os textos que as narram seguem o modelo hagiográfico geral: eleição, santificação pelas obras, glorificação *post mortem*, o que fornece uma estrutura aos textos e provoca no leitor a impressão de que, à maneira de um espelho, lê as mesmas coisas.¹⁸⁰

Assim, a Congregação do Bom Pastor construiu tanto suas práticas internas, de formação de seus quandros, quanto na manifestação de sua identidade em relação às demais congregações e na lida cotidiana com as meninas e mulheres atendidas por seus estabelecimentos assentados na figura de sua fundadora. As referências a ela, desde os registros mais antigos do século XIX até as produções mais recentes do início do XXI fazem larga referência às suas instruções e vão buscar nelas amparo para legitimar decisões e projetos de atuação recente do Bom Pastor. A própria definição da finalidade e objetivos da congregação foi definida por esses escritos, apontando uma dupla vocação do Bom Pastor que, nas palavras de Maria Eufrásia: “*Nossa santa Congregação tem duas finalidades, minhas queridas filhas, reformar morais e fortalecer a fé nas almas*”¹⁸¹. Para o alcance de tais finalidades, o projeto de atuação proposto pela Madre estava assentado, primordialmente, sobre dois grandes pilares fundamentais: *instrução e trabalho*.

¹⁷⁹ A versão utilizada como referência neste trabalho é a inglesa, de outubro de 1907.

¹⁸⁰ LEONARDI, Paula. *Além dos espelhos*. Memórias, imagens e trabalhos de duas congregações católicas. São Paulo, Paulinas/FAPESP, 2010, pp. 56. (grifos no original)

¹⁸¹ "Our holy Congregation has two ends, my dear daughters, to reform moral and to strengthen faith in souls." In: PELLETIER, Mother Mary of St. Euphrasia. *Conferences and Instructions*. London, [s.n] 1907. Traduzido e compilado do Francês para o Inglês em 1895. pp. 08.

3.1 - Instrução

Para as classes de instrução e formação religiosa, a fundadora da comunidade do Bom Pastor fazia às Irmãs uma série de advertências e recomendações. De acordo com o conjunto de normas e princípios extraídos de seus escritos, a instrução das meninas e mulheres penitentes acolhidas no abrigo era considerada, junto ao trabalho, o caminho mais eficiente para uma eficiente reforma moral e para, com isso, “recuperar almas para Deus”. A fundadora, Maria Eufrásia, abordava em suas instruções tanto a utilização do tempo diário, como tudo aquilo que pudesse afetar qualquer aspecto da vida das irmãs e noviças no exercício de sua religiosidade e no trato com as penitentes e reclusas de modo geral.

Assim, a congregação foi organizada sob uma disciplina rígida de estudos e trabalho com vistas a causar, sistematicamente, uma “reviravolta” espiritual entre as penitentes. Acreditava-se que para a efetivação da conversão seria necessária a criação de um ambiente propício através da rigorosa organização das atividades das penitentes, para que a transformação ocorresse “inconscientemente”¹⁸².

Qualquer penitente que adentrasse o Bom Pastor estaria mergulhando em um universo hermético, onde os menores detalhes da vida cotidiana já estavam predefinidos, onde a reforma moral deveria ser o prêmio mais almejado pelas Irmãs no ministério de suas instruções: “(...) vocês deveriam se habituar a olhar sobre isso [as aulas] como o fim supremo e o objeto de todo o bem que vocês fazem”¹⁸³, dizia Maria Eufrásia.

Quanto ao método para alcançar esses objetivos, a fundadora recomendava veementemente que não deveriam ser, em hipótese alguma, baseados em punições

¹⁸² STRIMELLE, 2003, p. 73.

¹⁸³ “[...] you must habituate yourselves to look on it [the classes] as the supreme end and object of all the good you do”. In: PELLETIER, Mother Mary of St. Euphrasia. *Conferences and Instructions*. London, [s.n.] 1907. Traduzido e compilado do Francês para o Inglês em 1895. p. 366.

físicas, castigos ou encerramentos. Insistia ela que

Se vocês querem ganhar seus corações, suavizar seu caráter e corrigir suas faltas, vocês devem primeiro conciliar e tomar conta delas, mostrando-lhes muito cuidado e consideração.¹⁸⁴

Com isso, Maria Eufrásia queria que as Irmãs se colocassem como exemplos a serem seguidos e que as aulas deveriam ser sempre baseadas em ensinamentos com gestos de bondade, doçura, cuidado e atenção; como exemplos, as Irmãs do Bom Pastor, agir e ensinar a partir de suas próprias ações:

Antes que você fale, aprenda a manter silêncio; aprenda a lei antes de explicá-la. Essas palavras podem ser endereçadas especialmente àquelas destinadas a guiar as outras.¹⁸⁵

O modelo da Irmã generosa e paciente deveria se estender para fora das classes de instrução, deveria estar embrenhado ao cotidiano e às atitudes na lida diária com as reclusas. Em suas conferências, Eufrásia recomendava que as irmãs deveriam sempre mostrar grande bondade e se comportar como – aquilo que ela considerava serem atributos de – verdadeiras mães:

Deve-se, ao mesmo tempo servir, às vossas crianças, de guia e de mãe. Elas devem encontrar em você um alívio para suas sentenças e uma cura para seus males.¹⁸⁶

A Madre alertava com frequência que era obrigação das irmãs manterem-se alerta e vigilante, que precisavam conhecer bem cada uma das penitentes e para

¹⁸⁴ “If you wish to gain their hearts, soften their characters and correct their faults, you must first conciliate and take care of them, showing them much care and consideration”. In: PELLETIER, 1907, p. 368.

¹⁸⁵ “‘Before you speak learn to keep silence; learn the law before you explain it’. These words may be specially addressed to those destined to guide others”. In: Ibidem, p. 368.

¹⁸⁶ Tradução livre de: “Il faut que tout à la fois vous serviez à vos enfants des classes de guides et de mères. Elles doivent trouver en vous un soulagement dans leurs peines et un remède à leurs maux”. In: ANÔNIMO. *Règles pratiques à l'usage des religieuses de Notre-Damede-Charité du Bon-Pasteur pour la direction des classes*. Angers: Lecoq, 1916. p. 114.

isso deveriam

Estudar o caráter de suas penitentes bem de perto. Vocês não aprenderão a conhecê-las nas salas de aula, mas observando-as na recreação e em suas conversas com elas¹⁸⁷.

A Madre chegou, também, a alertar sobre as dificuldades e resistências a enfrentar no cumprimento da missão encampada pela congregação e fazia discursos motivacionais para que as freiras levassem o trabalho adiante:

Algumas vezes, vocês acharão difícil permanecer nas aulas em meio a pessoas que, frequentemente, são difíceis de administrar. Porém, minhas filhas mais queridas, tenham em mente que o trabalho de salvar almas é parte da labuta e do sacrifício. Almas não são ganhas sem um custo e, ordinariamente, o fruto do nosso trabalho só é visto após muito trabalho e longa espera.¹⁸⁸

Ainda que a expectativa de alcance dos resultados fosse de longo prazo, Maria Eufrásia insistia na importância de vigiar as penitentes – bem como, as próprias irmãs e noviças, umas às outras – constantemente:

Redobre sua vigilância; na igreja, no trabalho e, especialmente, durante suas horas de recreação e no dormitório, seja observadora com nossas queridas filhas.¹⁸⁹

Nesse sentido, no décimo sexto capítulo do seu Regulamento, inteiramente dedicado ao silêncio, Maria Eufrásia colocou grande ênfase na observação cuidadosa do silêncio durante todas as atividades diárias. Apresentava-o como um

¹⁸⁷ “Study the character of your penitents closely. You will not learn to know them in the classroom, but by watching them at recreation and in your conversations with them”. In: PELLETIER, 1907, p. 371.

¹⁸⁸ “You will sometimes find it hard to remain in the class in the midst of persons who are frequently difficult to manage. But, my dearest children, bear in mind that the work of saving souls is one of labour and sacrifice. Souls are not gained without cost, and ordinarily the fruit of our work is seen only after much trouble and long waiting”. In: Ibidem, p. 369.

¹⁸⁹ “Redouble your vigilance; in the church, at their work, and especially during their recreation hours and in the dormitory, be watchful over our dear children.” In: PELLETIER, 1907, p. 373.

meio privilegiado de moralização, pois imprimia o arrependimento e *facilitava o monitoramento*¹⁹⁰.

Para a fundadora do Bom Pastor, a interiorização da reforma moral pelas mulheres só poderia ser bem-sucedida se apoiada no isolamento da vida social pública. Portanto, dever-se-ia controlar e, eventualmente, eliminar qualquer fonte de contato com o exterior dos conventos e estabelecimentos da congregação¹⁹¹. O isolamento deveria, o quanto possível, ser operado entre as próprias internas. Assim, todas as penitentes durante o trabalho, o repouso ou durante o lazer deveriam permanecer monitoradas e, idealmente, isoladas umas das outras. A Madre argumentava que

Grande cuidado e completa observação são exigidos para trazer as almas de volta a Deus. Essa tem sido a experiência de todas as nossas Casas.¹⁹²

O discurso de Maria Eufrásia estava focado, principalmente, no controle constante com vistas à prevenção. Esta preocupação se manteve presente, particularmente, nos textos relacionados à aplicação da disciplina por meio de um sistema de recompensas:

A punição não é um remédio curativo, é, muitas vezes, impotente. A grande vantagem não é punir, mas vigiar para prever as falhas, e evitá-las por meio da vigilância.¹⁹³

Por princípio, dever-se-iam preferir as recompensas para estimulá-las e as punições deveriam ser usadas somente como um último recurso. Entre as recompensas há uma espécie de entrada nas “congregações”, uma espécie de

¹⁹⁰ ANÔNIMO, 1916, p. 172.

¹⁹¹ STRIMELLE, op. cit., p. 74.

¹⁹² “Great care and watchfulness are required to bring back souls to God. This has been the experience of all our Houses”. In: PELLETIER, 1907, p. 373.

¹⁹³ “La punition n'est qu'un remède curatif et souvent impuissant. La grande affaire n'est donc pas de punir, mais de surveiller pour prévoir les fautes, et de les prévenir par la surveillance”. In: ANÔNIMO, 1916, p. 134.

pequenos grupos de “elite de penitentes” dentro do próprio estabelecimento, formados pelas “melhores” componentes da casa, selecionadas pelas Irmãs. Assim, as penitentes também se envolviam na gestão da própria punição e de suas pares como assistentes das Irmãs, como mestres ou supervisoras o que lhes conferia certo *status* entre as penitentes e frente às freiras¹⁹⁴.

A maior pretensão da fundadora era conseguir, dentro das casas do Bom Pastor, que o estabelecimento reproduzisse o ambiente doméstico em seu sentido mais amplo. As relações entre as internas e as freiras do Bom Pastor deveriam ser, acima de tudo, afetivas e representar para as penitentes muito mais do que a fraternidade uma irmã, mas o acolhimento, autoridade e o exemplo de uma mãe:

Minhas queridas filhas, vocês estão preparadas para ser Mães para suas penitentes, vocês devem a elas o cuidado que uma mãe deve a seu filho e cada uma aqui é uma mãe....¹⁹⁵

O programa de instrução moral e religiosa do Bom Pastor foi, portanto, orientado a partir de técnicas que manejavam simultaneamente um modelo a ser seguido, disciplina, silêncio, isolamento, vigilância e um sistema de recompensas. Essas técnicas se baseavam todas em relações de afeto como forma de promover uma certa reforma moral dessas mulheres, cujas almas eram consideradas perdidas diante de Deus. Tal programa de reforma promovia a padronização da mulher ideal cujo modelo inicial eram as próprias Irmãs do Bom Pastor. Com isso, a imposição de um estilo de vida regular e obediente, tal qual a sujeição a uma rigorosa disciplina diária eram impostas para fortalecer e tornar mais eficaz a gestão das almas a serem “recuperadas para Deus”. Gestão, cuja eficiência não se limitava à doutrinação religiosa, mas, sobretudo, garantia o sucesso do programa de reforma moral desenvolvido no Bom Pastor. Cujas implicações eram também

¹⁹⁴ ANÔNIMO. *Life of Mother Mary of St. Euphrasia Pelletier*. Foundress and First Superioress-General of The Congregation of Our Lady of Charity of Good Shepherd of Angers. London: Burns & Oates, 1893. v. 1.

¹⁹⁵ “My dear daughters, you are bound to be Mothers to your penitents, you owe them the care a mother owes her child, and every one here is a mother [...]”. In: PELLETIER, 1907, p. 377.

políticas e sociais, e até mesmo econômicas como veremos mais adiante.

3.2 - Trabalho

Além de instruir moral e religiosamente as meninas e penitentes do Bom Pastor, as freiras da comunidade deveriam imprimir nelas apreço pelo trabalho braçal. Mais do que isso, deveriam elas mesmas serem exemplo desse apreço e dedicação. Para motivar as Irmãs no exercício do trabalho e no convencimento das reclusas, a fundadora abordou amplamente o assunto em suas conferências e instruções:

Trabalho, estritamente falando, não é uma oração; mas pode tomar o lugar de oração quando é feito unicamente com a intenção de promover a glória de Deus. Assim, o trabalho ocupa um lugar de liderança no espírito do nosso Instituto; este trabalho, de acordo com as circunstâncias, deve ser preferido a um longo retiro.¹⁹⁶

Maria Eufrásia defendia que a ociosidade deveria ser evitada a todo custo, de modo que

Amar o trabalho, minhas queridas filhas, é um meio de se expulsar das grandes tentações. Ao invés de não fazer nada, enrole o fio.¹⁹⁷

Em meio à quantidade de congregações já existentes e à profusão das novas criações, as questões de formação identitária do Bom Pastor frente às demais comunidades religiosas católicas de modelo conventual congreganista eram fundamentais para a coesão e propagação daquele instituto. E a Madre Superiora sabia disso. Dessa forma, recorria, também, à diferença entre as ordens para convencer suas subalternas da importância da dedicação ao trabalho na realização

¹⁹⁶ "Work, strictly speaking, is not a prayer; but it can take the place of prayer when it is done solely with the intention of promoting the glory of God. Thus, work holds a chief place in the spirit of our Institute; this work, according to circumstances, should be preferred to a long retreat". In: *Ibidem*, p. 309.

¹⁹⁷ "Love work, my dear daughters, it is a means of delivering you from great temptations. Rather than do nothing, wind yarn." In: PELLETIER, 1907, p. 301.

da obra da Congregação. Destacava a fundadora que uma vez que o Bom Pastor de Angers estava ligado à Ordem de Nossa Senhora da Caridade possuía deveres próprios, distintos das demais ordens:

Já que nossa Regra não nos obriga a muitas mortificações corporais, ao invés nós devemos trabalhar muito, devemos nos dedicar a sustentar a Casa de Deus.¹⁹⁸

Portanto, argumentava a fundadora,

... vocês devem trabalhar incessantemente, de acordo com sua capacidade e com a vontade de seus Superiores, sem nunca desanimar, mesmo considerando sua fraqueza e a mediocridade de seus talentos, pois vocês precisam se lembrar que toda a sua força vem de Deus.¹⁹⁹

Maria Eufrásia, defendia a exploração e aproveitamento máximos das habilidades de suas subordinadas. Ela partia do pressuposto de que cada uma das Irmãs do Bom Pastor possuía habilidades específicas, que deveriam ser aproveitadas de modo útil, constante e colaborando para um cumprimento mais eficiente do programa de reforma tocado pela congregação. Havia uma economia da divisão do trabalho, as tarefas cotidianas deveriam ser atribuídas de acordo com a capacidade de cada Irmã, não havia desculpas para não trabalhar:

Não há uma dentre vós que não é capaz de estar a nosso serviço, de uma forma ou de outra, para trabalhar no campo do Senhor. Cada uma é útil, quer em limpar a terra, em cultivá-la, ou na colheita dos frutos. Aquelas que estão nas aulas trabalham duro, da mesma forma, quando se dedicam à realização perfeita das suas funções.²⁰⁰

¹⁹⁸ “Since our Rule does not oblige us to many bodily mortifications, we must labour much instead, we must devote ourselves to sustain the House of God” In: Ibidem, p. 308.

¹⁹⁹ “You should labour unceasingly, according to your ability and to the wish of your Superiors, without ever being discouraged even in considering your weakness and the mediocrity of your talents, because you must remember that all your strength comes from God”. In: PELLETIER, 1907, p. 304-305.

²⁰⁰ “There is not one amongst you who is not capable of being of service to us, in one way or another, by working in the field of the Lord. Each one is useful, either in clearing the land, in cultivating it, or in gathering the fruit. Those who are in the classes work hard as well, when they devote themselves to the perfect accomplishment of their duties”. In: Ibidem, p. 305.

Além da reforma moral das penitentes, uma preocupação frequente de Maria Eufrásia era com a formação de seus quadros. Com isso, buscava imprimir muito cedo nas congregadas, já desde a fase novicial, a compatibilidade do trabalho braçal com a vida religiosa. Assim, fez estender às noviças suas instruções e conferências reforçando que tanto o modelo de vida conventual ativo quanto o contemplativo marchavam no mesmo sentido rumo à ascensão religiosa

devemos sempre trabalhar de uma forma ou de outra. Isto é o que as nossas irmãs noviças deveriam ter feito para compreender bem; convencendo-as de que a vida ativa pode estar em perfeito acordo com a contemplativa, e que uma alma pode subir ao mais alto grau de contemplação, mesmo quando extremamente ocupada²⁰¹.

Assim, orar e trabalhar não se opunham na vida religiosa. Muito pelo contrário, e mais do que isso, a dedicação integral das Irmãs ao trabalho e somado à observação rigorosa do modelo de organização conventual único poderia promover o fortalecimento do instituto não só por meio do espelhamento entre as freiras²⁰², mas também entre os próprios estabelecimentos, pois

além disso, vocês vão cooperar na manutenção de um maior número de penitentes. Em seguida, vocês irão adquirir experiência na gestão de uma casa e vão aprender regras de uma economia inteligente. Eu gostaria que todos os nossos conventos adotassem esse sistema.²⁰³

Um dos argumentos motivacionais usados por Maria Eufrásia para incentivar as freiras ao trabalho braçal era tratá-lo como o único recurso de sustento dos conventos, ou seja, se as freiras não trabalhassem não haveria

²⁰¹ “We must always work in one way or another. This is what our sister novices should be made to well understand; convincing them that the active life may be in perfect accord with the contemplative, and that a soul may rise to the highest degree of contemplation even when busily occupied”. In: PELLETIER, 1907, 302.

²⁰² LEONARDI: 2010.

²⁰³ “Moreover, you will co-operate in the maintenance of a larger number of penitents. Then you will acquire experience in managing a House and will learn rules of a wise economy. I would like all our monasteries to adopt this system”. In: Ibidem, p. 307-308.

rendimentos para a própria subsistência. Como vimos anteriormente, essa alegação não era de todo verdadeira. O Bom Pastor (como as comunidades religiosas de modo geral) contavam entre seus rendimentos com as pensões, os auxílios governamentais, doações de benfeitores e apoiadores de suas obras, doações das famílias das freiras e das famílias das penitentes, pagamento dos governos pelos serviços prestados, doações e auxílios do clero local e, também, dos rendimentos do trabalho realizado pelas freiras e reclusas de modo geral. De todo modo, Maria Eufrásia defendia que o trabalho era uma das melhores maneiras pelas quais a comunidade garantiria a maior parte de seus meios de subsistência e permitiria a sobrevivência de vários trabalhos realizados no Bom Pastor, por isso

Nossas irmãs – cozinheiras, padeiras, jardineiras, costureiras, cuidadoras, todas – trabalham duro demais; devem aplicar-se a fazer bem o que elas fazem, porque vivem como as outras na Casa do Senhor e porque nós devemos, todas juntas, em comum acordo, contribuir para o bem geral da comunidade. Da mesma forma, aquelas ocupadas em preparar o bordado devem amar seu emprego; elas não devem perder seu tempo, lembrando-se de que não é o seu próprio, e que quando quer que desperdice-o elas estão transgredindo o seu estado de Pobreza.²⁰⁴

Entretanto, a alegação também não era de todo falsa. A renda do trabalho das freiras e daquelas por quem eram responsáveis correspondeu à maior parte dos rendimentos da comunidade do Bom Pastor durante seus períodos iniciais em alguns países. Em certos conventos do Bom Pastor, as congregadas e penitentes trabalhavam costurando e passando para fora, por exemplo.

Quanto ao tempo gasto nas oficinas, ele dependia – tanto para as Irmãs quanto para as penitentes – da faixa etária de cada uma delas. As mais jovens

²⁰⁴ “Our sisters – cooks, bakers, gardeners, *robieres*, *lingeres*, all work hard too; they should apply themselves to do well what they do, for they dwell like the others in the House of the Lord, and because we must all together, in common accord, contribute to the general good of the community. In the same way, those occupied in preparing needlework should love their employment; they must not lose their time, remembering that it is not their own, and that whenever they waste it they transgress their state of Poverty”. In: PELLETIER, 1907, p. 305.

passavam a maior parte do tempo em trabalhos escolares e, conforme a idade avançava, poderiam passar mais tempo nas oficinas de trabalho manual²⁰⁵. Nesses casos de estabelecimentos recém-fundados, menores, distantes e com pouco apoio financeiro, a expansão dependia dos vencimentos conquistados pelos trabalhos das Irmãs e, principalmente, das meninas e penitentes, destacava a Madre:

Eu sei que há muitas que têm caras missões no coração, acima de tudo, as missões entre infiéis, mas lembrem-se que se não fizermos o trabalho duro aqui, se não praticarmos grande economia, muito longe de alcançar as novas obras, não seremos capazes de manter as que existem.²⁰⁶

Maria Eufrásia, fazia um alerta relevante, apontando às suas subordinadas a diferença entre o trabalho do Bom Pastor e as obras de caridade feitas por católicas não pertencentes à Congregação e não, portanto, não consagradas:

Tome nota, sobre quanta diferença há entre o trabalho que nós fazemos e aquele que é feito continuamente para as pessoas pobres do mundo, por um enorme número de trabalhadoras. Grandes Senhoras que são verdadeiramente cristãs também trabalham duro, seja para vestir os pobres ou decorar as igrejas. Quando você se dedica ao bem geral da Congregação, você estende seu cuidado aos países mais distantes; quando você contribui para o sustento da casa na qual você vive, você compartilha no mérito de todo o bem com o qual aquela Casa atinge seu entorno [...] Zelo e energia protegem e apoiam as Casas.²⁰⁷

Com isso, é nítida a grande importância que Maria Eufrásia atribuía ao

²⁰⁵ STRIMELLE, 2003, p. 75.

²⁰⁶ "I know there are many who have the missions much at heart, above all, the missions amongst infidels, but remember, that if we do not labour hard here, if we do not practise great economy, very far from undertaking new works, we shall not be able to maintain those that exist". In: PELLETIER, 1907, p. 306.

²⁰⁷ "Take notice, what a difference there is between the work we do, and that which is continually done in the world by the greater number of workmen, by poor people. Great ladies who are truly Christian also work hard, whether it is to clothe the poor or to adorn the churches. When you devote yourselves to the general good of the Congregation, you extend your zeal to the most distant countries; when you contribute to the support of the house in which you live, you share in the merit of all the good which that House effects all around... Zeal and energy save and support Houses". In: PELLETIER, 1907, p. 308.

trabalho braçal associado à instrução moral e religiosa. Eles eram, portanto, a seu ver, poderosas ferramentas para a conversão e treinamento. A partir daqui já fica evidente que a reforma moral e o resgate de almas de mulheres e meninas para Deus se tornaram subterfúgios legitimadores de um projeto bem maior: a consolidação e ampliação do próprio Instituto do Bom Pastor. O incentivo à dedicação ao trabalho, os argumentos sobre a importância de expansão da “obra” do Bom Pastor, o destaque sobre o papel decisivo que teriam a dedicação e o trabalho, especialmente o, das freiras no crescimento do Instituto são elementos muito frequentes e fortemente reiterados nas Conferências de Maria Eufrásia

Trabalhem, então, generosa e incessantemente, de acordo com o espírito de sua vocação. Ajudem-se umas às outras, reciprocamente; essa caridade vai carregar as bênçãos do Céu em seus trabalhos e, eu lhes asseguro, vocês terão a doce consolação de ver a obra de Deus aumentando diante de seus olhos – aquele trabalho com o qual, de comum acordo, todas vocês cooperaram.²⁰⁸

4 - Disseminação do Bom Pastor

Como vimos, o grande aumento no número de congregações e sua intensa disseminação mundial estavam intimamente ligados ao quadro de mudanças políticas ocorridas na Europa, que foram expressas por meio de práticas inicialmente favoráveis ao estabelecimento das comunidades femininas e mais tarde altamente restritivas aos religiosos.²⁰⁹

A instalação da comunidade do Bom Pastor se realizava, geralmente, de maneira semelhante em diferentes países: um pequeno grupo de duas a quatro irmãs era enviado ao lugar designado pela *Maison-Mère*, que o examinava com

²⁰⁸ “Labour then generously and unceasingly, according to the spirit of your vocation. Help one another reciprocally; this charity will draw down the blessings of Heaven on your labours, and I assure you, you will have the sweet consolation of seeing the work of God increase before your eyes, that work to which with common accord you all co-operate”. In: PELLETIER, 1907, p. 309.

²⁰⁹ Ibidem, p. 127.

antecedência e negociava, junto ao clero local, as possíveis modalidades de atuação para iniciar a empreitada.²¹⁰

Frequentemente, as freiras eram acolhidas muito solenemente: o bispo e seu clero, as autoridades civis e, às vezes, militares, comunidades religiosas da cidade, seus fundadores e benfeitores, crianças das escolas cristãs, numerosos curiosos, todos as acompanhavam em cortejo. Quando não tinham um local próprio para se instalarem, eram recebidas durante várias semanas no convento de alguma comunidade religiosa da cidade. O mais rapidamente possível, começavam a trabalhar, recebendo e abrigando mulheres e meninas.²¹¹

Com a articulação desse grupo inicial, passava-se às edificações. Começavam construindo uma casa grande o suficiente para dar conta do projeto ou então as Irmãs iniciavam as atividades no edifício que conseguissem, instalando-se temporariamente e transferindo-se com frequência de endereço até conseguirem um prédio maior. Edificavam seções separadas para cada uma das categorias acolhidas, seguindo o modelo definido pela *Maison-Mère* de Angers – primeiramente, o espaço reservado às freiras, posteriormente as instalações e oficinas para a acomodação e trabalho das penitentes –, porém adaptando-se minimamente às condições de cada país.

A preocupação imediata costumava ser com a presença eucarística: organizavam pelo menos um pequeno oratório para a primeira missa, com toda solenidade e numerosa assistência, marcando assim o princípio oficial da fundação. De imediato, dava-se início à construção da capela.

A seguir veremos, de forma panorâmica, as fundações do Bom Pastor no continente americano, apontando os principais estabelecimentos e suas fundações.

4.1 - EUA e Canadá

²¹⁰ POSADA; MONTROYA, 2011, p. 69.

²¹¹ Idem.

Os estabelecimentos mais antigos do Bom Pastor foram instalados no norte do continente americano. As irmãs do Bom Pastor, ao se instalarem nos Estados Unidos, fizeram-no primeiramente em Louisville, estado do Kentucky, em 1842. Desde então, estenderam seu campo de atuação, levando suas atividades de ponta a ponta dos EUA, de Boston a Los Angeles.²¹²

Já no Canadá, o Bom Pastor está presente desde 1844. O bispo Bourget convidou as irmãs do Bom Pastor a conhecerem Montreal e lá estabelecerem um instituto. A madre Maria Eufrásia teria enviado quatro irmãs. Após cerca de quatro meses de viagens de navio, elas chegaram a Montreal, em onze de junho de 1844. No Canadá, as irmãs tiveram ampla receptividade e apoio, conseguindo fundar e estabelecer várias casas por todo o país. Assim, fundaram comunidades do Bom Pastor em: 1875, em Toronto (Ontário); 1890, em Halifax (Nova Escócia); 1893, em Saint John (New Brunswick); e, em 1911, em Winnipeg (Manitoba).²¹³

Logo em sua chegada, as religiosas do Bom Pastor recolheram meninas órfãs e abrigaram mulheres condenadas enviadas ao instituto pelos tribunais ou que estavam em busca de asilo. A partir de 1847, as religiosas se ocuparam, também, em receber crianças com menos de doze anos de idade que não tivessem cometido crimes, mas sido abandonadas, órfãs ou sofrido abuso. Esse grupo ficava junto aos jovens infratores destinados à prisão, embora fossem enviadas ao Bom Pastor para evitar que entrassem em contato com a “perversão” dos adultos. Em pouco tempo, aquele estabelecimento abrigava também uma comunidade de Madalenas de vida conventual contemplativa.²¹⁴

Em 1847, o Bom Pastor, no Québec, também recebeu 36 jovens – a serem colocadas em uma ala do convento, distante das penitentes – cujos pais pagavam

²¹² GOOD Shepherd Sisters. Disponível em: <<http://www.goodshepherdsistersna.com/en/About/GoodShepherdSisters.aspx>>. Acesso em: 6 jan. 2014.

²¹³ Idem.

²¹⁴ STRIMELLE, Véronique. La gestion de la déviance des filles à Montréal au XIXe siècle. Les institutions du Bon-Pasteur d'Angers (1869-1912). In: *Revue d'histoire de l'enfance "irrégulière". Revista digital*, [s.l], n. 5, 2003. Disponível em: <<http://rhei.revues.org/905>>. Acesso em: 18 out. 2012..

pensão para que tivessem uma educação católica. A existência desse grupo de moradoras, que pagavam por sua permanência nas casas do Bom Pastor, garantia algum rendimento e contribuía para incentivar as vocações religiosas entre as jovens burguesas.²¹⁵

Por conta do vasto território canadense, em 1944, o Bom Pastor decidiu dividir sua administração em duas regionais. Uma foi instalada na província do Quebec, cuja administração era compartilhada entre as cidades de Montreal, Ottawa e Moncton. A outra sede foi instalada na cidade de Toronto e seria responsável por atender as províncias de Ontário, Manitoba, New Brunswick, Nova Escócia e British Columbia.²¹⁶

Muitas das freiras canadenses foram enviadas em missões pelo mundo, especialmente para a América Latina. Depois de uma viagem a Angers, em 1886, a irmã Maria de Santo Alfonso de Ligório, superiora provincial do Canadá, concentrou suas energias na consolidação das missões à América do Sul. Com efeito, já a partir de 1871, o monastério de Montreal foi responsável por uma missão em Lima, Peru e, desde 1872, em Quito, Equador, onde as religiosas teriam conseguido fundar com recursos próprios um grande colégio católico do Bom Pastor. Em 1887, novas fundações em Guaranda e Napo, no Equador e, em 1896, em La Paz, Bolívia. Em 1894, o Bom Pastor de Montreal já havia enviado 37 irmãs nativas do Quebec para a América do Sul e, em 1935, três irmãs fundaram uma casa no Japão, contribuindo, assim, para o crescimento internacional da Congregação. Posteriormente, as missionárias canadenses partiram também para Colômbia, Egito, Argélia, Líbano, para a própria França, para as Ilhas do Oceano Índico, Senegal e Itália.²¹⁷

²¹⁵ Ibidem, p. 98.

²¹⁶ Disponível em: <<http://www.ndcbonpasteur.org/en/rosev/index.htm>>. Acesso em: 05 jan. 2014.

²¹⁷ Idem.

4.2 - América Latina

A incursão do Bom Pastor na América do Sul começou em 1855, por meio da fundação de uma casa em San Felipe, no Chile²¹⁸, logo seguida de outras. A partir do Chile, a madre Maria de San Agustín de Jesus Fernández Concha liderou e promoveu, ao longo de poucas décadas, a extensão do Bom Pastor aos cinco países vizinhos do Cone Sul.

Igualmente e, quase, simultaneamente, outras irmãs das mais diversas latitudes, sobretudo, provenientes do norte da América (Estados Unidos e Canadá) foram se articulando para fundarem suas casas no restante dos países da América Latina e algumas ilhas do Caribe.²¹⁹

Em agosto de 1879, cinco missionárias provenientes da comunidade de New Orleans, Estados Unidos, fundaram o Bom Pastor em Cuba²²⁰, por solicitação do vigário-geral de Havana, o padre Carriere. No México, o Bom Pastor chegou em 1900, bem antes que as demais nações das regiões centrais do continente americano possuíssem instalações da Congregação. As fundações na América Central foram bastante complexas por seus sucessivos avanços e retrocessos, provocados por uma conjuntura histórica multiforme. Mesmo assim, o Bom Pastor conseguiu introduzir, a longo prazo, uma série de estabelecimentos.²²¹

Em 1868, o Bom Pastor já estava plenamente implantado no Chile, por

²¹⁸ Fundadoras: María de San Francisco Javier Fitz-Patrick, superiora (irlandesa); María de Santa Eufasia Gínglaris, (francesa, de Nice); María de Santa Teresa Heins, assistente (alemã); María de la Anunciación Toussenel (francesa); María Amada de María Ponnet (francesa); María de San Elías Gérard, (francesa, de Roanne); María de Santa Zita Boismoreau, (francesa, de Roanne). In: POSADA; MONTTOYA, 2011, p. 66.

²¹⁹ Disponível em: <<http://www.ndcbonpasteur.org/en/rosev/index.htm>>. Acesso em: 5 jan. 2014.

²²⁰ Fundadoras: madre María de San Francisco de Sales Mitchel e as irmãs María de San Agustín Connolly (Assistente), María de Sta Martina Smith, María de Santa Juliana Kelly e María de Sta Escolastica Reimer. Este estabelecimento de Cuba durou até 1961, quando as irmãs do Bom Pastor junto com outras congregações foram expulsas da Ilha. In: POSADA; MONTTOYA, op. cit., p. 67.

²²¹ POSADA; MONTTOYA, op. cit., p. 67.

missionárias de diversos países europeus e vindas da Casa Matriz de Angers, França. Elas inauguraram, de 1855 a 1864, seis estabelecimentos e, ao longo dos dezessete anos seguintes (de 1864 a 1881), formaram e consagraram as religiosas chilenas do noviciado que fora instituído oficialmente em 1859.²²²

Em 1871, foram as irmãs canadenses que ajudaram a promover as inaugurações no Peru e no Equador em 1872. O bispo de Lima, com frequência, se queixava das dificuldades de trabalhar com irmãs que não conheciam o espanhol e solicitou ao Bom Pastor no Chile que lhes proveesse irmãs hispanofalantes. A madre geral Maria de São Pedro de Coudenhove lhe respondeu que: “O Chile podia prover irmãs, mas o bispo de Santiago diz que não pode cedê-las”²²³. Essa contenda é um bom exemplo dos tipos de conflitos políticos que envolviam o estabelecimento de comunidades religiosas fora de seus países de origem.

A madre Josefa Fernández Concha (Maria de San Agustín de Jesús), durante o Capítulo Geral, renovou sua cortesia à madre Maria de San Pedro que nomeou as freiras da província do Chile para a missão de fundação em Montevideu, no Uruguai, em 22 de dezembro de 1873.

Durante o período que se estendeu entre 1881 e 1885, a expansão da congregação, que mais tarde se estenderia pelo cone sul do continente, foi realizada inicialmente no interior do Chile: ao todo foram estabelecidos oito novos institutos. A partir de 1885, o impulso missionário se dirigiu à Argentina, onde se refugiaram as freiras que foram expulsas do Uruguai. Com isso, as fundações que se seguiram foram:

- 1886: cinco irmãs partiram para se estabelecer em Mendoza;
- 1888: três irmãs foram reforçar a comunidade de Buenos Aires;
- 1889: oito irmãs foram (por barco ou atravessando a Cordilheira dos Andes) se estabelecer em San Luis, San Juan, Tucumán e Jujuy.

Em 1886, Buenos Aires abriu um noviciado, já em 1890 contava com

²²² Idem.

²²³ “Chile hubiera podido proveer hermanas, pero el obispo de Santiago declara que no puede cederlas”. In: POSADA; MONTTOYA, op. cit., p. 67.

dezesesseis noviças. Pouco tempo depois, as freiras da própria Argentina já levavam o Bom Pastor para além de suas fronteiras, fundando uma casa no Paraguai, em 1918. Nessa mesma época, as missionárias da América do Norte realizavam fundações em outros países da América do Sul: em 1890, Trinidad e Colômbia viram chegar um grupo de irmãs enviadas do Bom Pastor de Nova York – elas eram norte-americanas e irlandesas. Em Bogotá, abriram um noviciado que permitiria a expansão, anos mais tarde, dentro do território colombiano, de numerosas outras instalações da Congregação.²²⁴

Em 1896, a Bolívia recebeu um grupo de religiosas norte-americanas do Bom Pastor, que já estavam em missão no Peru. Mesmo assim, o envio de missionárias partindo da matriz do Bom Pastor, na França, seguia incessante. Por exemplo, o Boletim do Bom Pastor aponta como partidas e viagens: em agosto de 1897, partiram seis jovens freiras para a Argentina e cinco irmãs francesas e alemãs para a Colômbia; em junho de 1897, saíram mais seis jovens freiras para uma missão na Argentina, além de duas irmãs sendo enviadas para a Índia e cinco irlandesas para o Ceilão, no mesmo ano.

Em 1921, se constituiu a província da Costa Rica, junto às casas de Cuba, México, Nicarágua e San José, que em pouco tempo se expandiu aos demais países da América Central e Porto Rico. Essa foi a primeira província da madre María del Corazón de María Herrán, da Colômbia. Em 1925, a Venezuela recebeu as missionárias do Bom Pastor. Eram cinco freiras norte-americanas que trabalhavam na Província da Costa Rica e, em pouco tempo, se uniram às irmãs provenientes da Colômbia.²²⁵

Em dezembro de 1998, foi estabelecida uma comunidade constituída pelas freiras da América Central, as províncias de Cincinnati e Nova York, Estados Unidos, para fundar a Diocese de San Thomas, nas Ilhas Virgens.

A partir de 1960, foram estabelecidas numerosas províncias no continente e, mais recentemente, a partir de uma reestruturação da Congregação, requerida pela

²²⁴ POSADA & MONTTOYA, 1983, p. 68.

²²⁵ Ibidem, p. 68-69.

Igreja, diversas províncias da América Latina, como os demais estabelecimentos pelo mundo, foram se unindo umas às outras, constituindo novas províncias. Por exemplo, Argentina e Uruguai, Bolívia e Chile, e a Província do Sudeste da América Latina (Belo Horizonte, Recife e Paraguai). Mais recentemente, após alguns anos, as províncias de Bogotá, Medellín e Venezuela concluíram seu processo de unificação que resultou na criação da Província Colombo-Venezuelana, em maio de 2011.²²⁶

Assim, as primeiras fundações da Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor de Angers, em cada país, datam de: Chile, 1855; Peru, 1871; Equador, 1872; Uruguai, 1876; Cuba, 1879; Argentina, 1885; Ilha de Trinidad, 1890; Colômbia, 1890; Brasil, 1891; Bolívia, 1896; México, 1900; Nicarágua, 1911; Paraguai, 1918; Costa Rica, 1921; El Salvador, 1924; Venezuela, 1925; Panamá, 1948; Honduras, 1961; Guatemala, 1962; Ilhas Virgens, 1998.

4.2.1 - Chile

Em 1862, a Casa Correccional chilena estava a cargo de funcionários laicos e soldados, ficava localizada na rua Agustinas, ocupando um edifício velho e deteriorado. Em 1863, partiram da França quatro religiosas francesas. Foram recebidas em Valparaíso, no mês de julho, pelas superiores de San Felipe, madre Fitzpatrick, e de La Serena, madre San Ambrosio, e também por algumas senhoras de sociedades beneficentes. Depois de alguns meses, as recém-chegadas aceitaram um alojamento na Casa Correccional, exigindo algumas reparações que dessem conta da aplicação de disciplina.²²⁷

A instalação oficial ocorreu em 24 de abril de 1864, presidida pelo arcebispo de Santiago, monsenhor Valdivieso, na presença do ministro da Justiça Sr. Güemes Predicó e do padre Don Mariano Casanova. Em seu sermão, o arcebispo defendia que:

²²⁶ POSADA & MONTOYA, op. cit., p. 69.

²²⁷ CARVAJAL, Francisca Contreras. Disponível em: <http://www.monumentos.cl/OpenSupport_Monumento/asp/PopUpFicha/ficha_publica.asp?monumento=751>. Acesso em: 18 mar. 2014.

Uma prisão, sob quaisquer aspectos que se a considere, é para o cristão um lugar solitário no qual sofrem seus irmãos, no qual trabalham para regenerar-se, para voltarem novamente à sociedade e prestarem seus serviços. Ao confiar esta Casa às religiosas do Bom Pastor, não nos propomos somente a fomentar a piedade cristã; à piedade, força é a que acompanha a laboriosidade.²²⁸

A chegada da Congregação do Bom Pastor ao Chile coincidiu com a chegada de outras três congregações provenientes da França. Fundado por Eufrásia de Pelletier, o Bom Pastor se encarregou de receber, já de chegada, mulheres condenadas pela justiça – como prostitutas – mulheres em conflito com a justiça ou que, simplesmente, queriam “retirar-se” do mundo. Seu compromisso com tais mulheres era dar-lhes asilo e prepará-las para o mundo do trabalho, através de oficinas de confecções artesanais que permitissem sustentar as penitentes.

Uma vez no Chile, as irmãs chegaram a fundar 25 Centros de Orientação Feminina, espalhados entre Iquique e Temuco. Embora tenha sido em San Felipe o local de fundação da primeira Casa da Congregação²²⁹. A obra teve várias etapas para conformar-se aos fins propostos. Com o passar dos anos, a congregação foi ampliando os serviços que prestava à comunidade, passando da modesta casa e capela originais para a igreja, o convento, a escola católica, o centro de reclusão feminina.²³⁰

²²⁸ “Una prisión, bajo cualesquier aspecto que se la considere, es para el cristiano un lugar solitario en el que sufren sus hermanos, en que trabajan por regenerarse para volver de nuevo a la sociedad a prestar sus servicios. Al confiar esta Casa a las religiosas del Buen Pastor, no nos proponemos solamente fomentar la piedad cristiana; a la piedad fuerza es que la acompañe la laboriosidad.” In: CONGRAGAÇÃO DO BOM PASTOR. *Província de Bolívia/Chile. Novidades de la Provincia*. Disponível em: <<http://www.buenpastor.cl/index.php/notas-antiores/62-resena-de-la-presencia-y-paso-de-las-hermanas-del-buen-pastor-en-el-centro-penitenciario-femenino>>. Acesso em: 17 mar 2014.

²²⁹ GOMEZ, María José Correa. Demandas Penitenciarias. *Discusión y Reforma de las Cárceles de Mujeres en Chile (1930-1950)*. *Historia* (Santiago), n. 38, v. 1, p. 9-30, jan./jun. 2005.

²³⁰ CARVAJAL, Francisca Contreras. Disponível em: <http://www.monumentos.cl/OpenSupport_Monumento/asp/PopUpFicha/ficha_publica.asp?monumento=751>. Acesso em: 18 mar. 2014.

4.2.2 - Uruguai e Argentina

No dia 13 de agosto de 1885, nove irmãs (seis chilenas e três uruguaias), acolhidas pela casa Argentina, chegaram ao porto de Buenos Aires. Elas provinham de Montevideú, Uruguai, expulsas por terem se negado a acatar a “Ley de Conventos” emitida em 14 de julho do mesmo ano. O arcebispo da cidade, monsenhor León Federico Aneiros, as recebeu em Buenos Aires, onde foram hospedadas no Monastério da Visitación de Santa María.

Madre San Agustín, enviou alguns recursos para as religiosas e escreveu ao Arcebispo de Buenos Aires, solicitando-lhe apoio para a fundação de um estabelecimento do Bom Pastor naquela província. Em 8 de outubro do mesmo ano, as freiras foram transferidas para outra casa, em 8 de fevereiro começaram a receber as primeiras *penitentes*.

Com a reabertura da Casa de Montevideú, regressaram àquela cidade a maior parte das irmãs que haviam saído do Uruguai, o que levou à diminuição da comunidade de Buenos Aires. Razão pela qual a madre San Agustín fez uma nova solicitação ao arcebispo. Propunha, agora, o estabelecimento de um noviciado na capital argentina, pois, segundo argumentava ela, havia uma grande distância entre Santiago e as novas fundações. Com o apoio do arcebispo, foi fundado, em 8 de novembro de 1888, o noviciado de Buenos Aires. Posteriormente, ele teve sua sede instalada definitivamente nos arredores de Caballito.

As comunidades da Argentina formavam, até então, uma parte da Província chilena. A madre provincial, reivindicou junto ao Governo Geral da Congregação a instalação de uma Província na Argentina, proposta aceita pela superiora geral madre Maria de Santa Marina Verger. Assim, no dia 11 de junho de 1892, a madre superiora da casa de Montevideú, María de la Inmaculada Concepción Sánchez Fontecilla, foi nomeada provincial da Argentina e Uruguai, com residência na Casa de Buenos Aires.

Tão logo ocorreu a nomeação, a madre Maria de San Agustín chegou a Buenos Aires, no ano de 1893. No Caballito, continuava a construção da Casa Provincial. Em 14 de fevereiro desse ano, instalou-se o noviciado na nova casa. Em 22 de abril de 1884, receberam o hábito as primeiras sete postulantes Madalenas e se abriu a Comunidade Contemplativa em outro departamento, preparado pela madre para esse fim.²³¹

5 - Cenário católico brasileiro

Nos Reinos Ibéricos, desde o século XV, a Igreja era parte integrante do Estado, de modo que a liderança da instituição nesses reinos correspondia às lideranças políticas dos respectivos reinos. Não havia autonomia, uma ação religiosa, nesses casos, era também – e por princípio – uma ação do Estado. O Brasil, na condição de colônia do Reino Português e posteriormente independente na condição de Império, herdou e manteve esse acordo. Somente em 1889, com a proclamação da República, esse laço foi desfeito, o padroado²³² foi extinto, o Estado se tornou laico e a Igreja deveria, a partir de então, procurar se adaptar ao seu novo estatuto social e político.

A prática religiosa católica, com seus ritos e cerimoniais, não obedeciam, àquela época, as condutas tradicionais ou padronizadas, tendo se desenvolvido em território nacional um conjunto de rituais próprios, assumindo formas ditas populares de catolicismo. Por volta da segunda metade do século XIX, ganhou força no Brasil um movimento religioso católico, já bastante atuante no continente europeu, desde o século XVIII, conhecido como *ultramontanismo*²³³. O movimento

²³¹ JEAMIERE, Abel. *Fundaciones del Buen Pastor em Argentina*. Siglo XIX. Córdoba: Seminario Latinoamericano, 2004.

²³² Acordo segundo o qual o chefe de Estado era, simultaneamente, chefe da Igreja, ficando o poder executivo responsável pela arrecadação de dízimos, construção e manutenção de igrejas, nomeação de párocos e indicação de bispos.

²³³ LOMBARDI, José Claudinei (Org.). *Navegando na história da educação brasileira*. Campinas: HISTEDBR, 2006. CD-ROM. Disponível em:

ultramontano destacou-se pela defesa à hierarquia institucional católica – atribuindo ao Papa plenos poderes sobre toda a irmandade cristã adepta ao catolicismo –, pelo combate aos ideais liberais e modernos, combate ao laicismo na administração das paróquias e combate a toda forma de expressão religiosa não católica. Essa reestruturação, comumente chamada “romanização”, resultou na implementação institucional de um catolicismo que seguisse as diretrizes estabelecidas por Roma. Além da reorganização burocrática e pastoral efetivada, respectivamente, houve também uma expansão no número de dioceses e paróquias. Com isso, as práticas religiosas católicas foram marcadas por um momento de controle absoluto por parte do clero, que levaram a mudanças significativas na organização e na forma de atuação da Igreja Católica no Brasil.

Tais transformações não ocorreram sem conflito de interesses. Duas correntes disputavam a liderança dos rumos que a Igreja deveria tomar no Brasil: de um lado, a frente popular que defendia a manutenção das práticas de culto locais associadas às lideranças laicas amplamente atuantes e estabelecidas nos institutos religiosos; de outro lado, a corrente mais voltada para a Santa Sé, que defendia a observância estrita do modelo religioso determinado por Roma.²³⁴

6 - Disseminação das congregações no Brasil

O novo movimento de entrada massiva das congregações católicas no Brasil – ocorrido entre meados do século XIX e meados do XX –, contrasta, e muito, com fluxos dos séculos anteriores, especialmente no que respeita à composição dos quadros. Durante o período colonial, as ordens, quase todas, vieram de Portugal,

<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_ultramontanismo.htm>. Acesso em: 16 jul. 2014.

²³⁴ CAES, André Luiz. *As portas do inferno não prevalecerão: a espiritualidade católica como estratégia política (1872-1916)*. 2002. 218 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2002.

com exceção dos capuchinhos (que viriam a se instalar na ilha de São Luiz do Maranhão)²³⁵. Enquanto, nos séculos XIX e XX, da avalanche de ordens e congregações que se instalaram no Brasil, nenhuma veio de Portugal.

Dentre os institutos religiosos masculinos, preponderam os originários da Itália, doze congregações do país se instalaram no Brasil naquele período. Numerosos também eram os institutos franceses, na mesma época dez congregações se estabeleceram em território nacional.²³⁶

Já entre os institutos femininos, a predominância era das congregações de origem francesa, que chegaram a instalar, no mesmo período no Brasil, 28 institutos fundaram suas casas no Brasil. A quantidade de instituições de origens italiana e brasileira estabelecidas também era significativa, foram instalados 24 e 22 institutos, respectivamente.²³⁷

A vida religiosa no país passava, desse modo, por um momento de transição e seus reflexos eram visíveis. As religiosas, por exemplo, correspondiam a aproximadamente 280 em todo o país. Os velhos recolhimentos, os conventos do Carmo, os conventos das Clarissas eram, por um lado, muito pouco estáveis. Por outro lado, começavam a se fazer presentes novas congregações vindas da Europa e América do Norte, com novo folego, como era o caso das Vicentinas, Irmãs de São José, Doroteias, entre outras. Elas, geralmente, estavam voltadas para a abertura de colégios, orfanatos e hospitais, e assim inauguravam uma vida religiosa feminina até então pouco conhecida no país: o modelo congreganista.

Aparentemente, as mudanças mais significativas ocorrem entre as religiosas. Um quadro de aproximadamente 186 religiosas passa para 2.944 em aproximadamente meio século, levando a um aumento de mais de mil por cento. Dessa forma, este seria o acontecimento mais relevante na atividade religiosa católica de fins do século XIX e início do XX no Brasil: o surgimento maciço das

²³⁵ BEOZZO, 1983, p. 121.

²³⁶ Ibidem.

²³⁷ Seguidas pelas italianas, com 24; do Brasil, com 22; da Alemanha e Espanha, com 9 cada uma; e da Bélgica, com 5. Portugal entra com apenas 3 congregações. In: BEOZZO, op. cit., p. 127.

congregações religiosas femininas no panorama religioso e sóciopolítico do período.²³⁸

7 - O Bom Pastor no Brasil

No Brasil, a segunda metade do século XIX enlaça duas conjunturas distintas em relação à vida religiosa. De um lado, as antigas formações religiosas que haviam assegurado a evangelização e o trabalho pastoral no país, durante o período colonial, estavam se extinguindo rapidamente. De outro, novos grupos recém-chegados da Europa se enraizavam, estabeleciam suas redes e firmavam novos vínculos. Franciscanos, beneditinos, carmelitas, mercedários, reduzidos a uns poucos frades, foram abandonando, pouco a pouco, seus conventos e mosteiros, com poucas esperanças de reabertura futura.²³⁹

A chegada e a instalação da Congregação do Bom Pastor no Brasil ocorreram por meio das negociações realizadas com as freiras do Convento do Bom Pastor do Chile. Em 1989, as religiosas chilenas foram informadas da mobilização que se organizara no Rio de Janeiro em prol da fundação de um estabelecimento do Bom Pastor naquela cidade. Animada por Gabriela Ferreira França – filha de um embaixador do Brasil na França, que tomou contato com a obra do Bom Pastor quando realizava seus estudos no Colégio do Sagrado Coração, em Paris – a organização conseguiu para o Instituto: uma licença do bispo diocesano; o apoio da Imperatriz e sua filha; a formação de uma “comissão fundadora”, composta por religiosos e leigos, responsável por fornecer suporte e conquistar “benfeitores” para o Instituto, chamada “Pró-Asilo Bom Pastor”; e, conseguiu, ainda, arrecadar fundos para financiar uma primeira viagem de duas irmãs chilenas ao Rio de Janeiro.

²³⁸ BEOZZO, 1983, p. 108.

²³⁹ BEOZZO, 1983, p. 85.

À madre Maria de Santo Agostinho – superiora da Província, que àquela altura já contava com três conventos na Argentina e dois no Chile – fora enviada uma carta do padre Luis Lasagna – que residia no Uruguai e era uma espécie de inspetor dos Salesianos no Brasil:

Acabo de chegar do Brasil e fiz tudo que pude em benefício do vosso instituto. Consegui formar uma comissão, encarregada de promover a desejada fundação. A ideia se espalhou e foi abençoada pelo bispo e apoiada pela imperatriz e sua filha, a princesa [...] Trouxe a quantia necessária para a viagem de duas religiosas, noventa libras esterlinas, que ponho a vossa disposição. Convém ir agora, antes de novembro, para evitar o grande calor do Rio, no verão. Serão hóspedes das irmãs de Caridade, como ficou combinado. O superior dos jesuítas as ajudará...²⁴⁰

Madre Maria de Santo Agostinho e Madre Maria Rosa de Jesus Correia Pinto desembarcaram no Rio de Janeiro no dia três de novembro de 1889 e, sem demora, se lançaram numa jornada de audiências e negociações com as elites políticas, econômicas e religiosas daquela cidade. Com poucos dias de sua estada, ocorreu uma intensificação das agitações políticas que culminariam na Proclamação da República, o que levou as freiras, temerosas, a retornarem ao Chile. Contudo, tais agitações não abalaram as articulações para o estabelecimento do Bom Pastor na capital brasileira. Gabriela Ferreira lhes havia conseguido uma casa para se instalarem, somada aos valores de uma herança que Gabriela recebera e doara ao Bom Pastor.

Com isso, em 22 de julho de 1891, embarcaram para o Brasil cinco irmãs chilenas – a madre Maria Rosa, madre superiora Maria de São Francisco Xavier Novôa, irmãs Maria de Santa Clotilde Gonzalez, Maria de São Vicente Ferrer Jorquera e Maria de Santa Margarida Cáceres²⁴¹. A autorização de inauguração do

²⁴⁰ HISTÓRIA da Paróquia. Disponível em: <<http://www.obompastor.org.br/a-paroquia/historia-da-paroquia/historia-da-paroquia-parte-1/>>. Acesso em: 4 mai. 2014.

²⁴¹ RESENDE, Irmã Maria Geralda. *Memórias da Fundação do Bom Pastor no Brasil (1867-2004)*. Valparaíso: [s.n.] nov. 2014.

convento, por meio de provisão episcopal, data de 20 de novembro de 1891 e a primeira penitente deu entrada no convento do Bom Pastor em 25 de novembro do mesmo ano. Cabe destacar que o convento passou por diversas transferências de edifícios, buscando casas maiores que abrigassem a moradia das freiras, o recolhimento das penitentes, as atividades educativas e as oficinas de trabalho manual.

Poucos meses após a instalação do convento, foi inaugurada, em 4 de julho de 1892, também no Rio de Janeiro, o Noviciado do Bom Pastor e, em 14 de maio de 1893, as duas primeiras postulantes brasileiras recebiam o hábito: Ana d'Utra Vaz, que passou a se chamar Irmã Maria do Divino Coração e Maria Campos Pinto que recebeu o nome de Irmã Maria de São José.²⁴²

O trabalho para a disseminação do Bom Pastor no Brasil, àquela época, foi intenso. Já em setembro de 1892, seis irmãs francesas vindas da *Maison-Mère* de Angers assumiram os trabalhos para a fundação do asilo em Salvador. Com apoio da Província Chilena, uma casa do Bom Pastor foi inaugurada em São Paulo, no dia 2 de maio de 1897 e em 15 de agosto de 1902 foi a inauguração do convento de Juiz de Fora, com o apoio da Província Argentina. Em São Paulo, o Asilo do Bom Pastor, com apenas dez anos de funcionamento, já contava com uma seção de reeducação – o Reformatório de Meninas –, com a criação de bicho-da-seda, amplas oficinas com teares, máquinas de costura, bordados e aulas de música²⁴³.

Na investida do Bom Pastor pelo país, seguiram-se as fundações que recolhiam penitentes, órfãs, pensionistas, alunas não reclusas para os estudos católicos e instrução primária:

- **04.07.1892** = Abertura do Noviciado no Rio de Janeiro;
- **02.05.1897** = São Paulo;
- **15.08.1902** = Juiz de Fora, MG;
- **26.06.1917** = Caitité, BA;
- **13.03.1921** = Barra, BA;

²⁴² RESENDE, 2014.

²⁴³ RESENDE, 2014.

- **30.01.1922** = 2ª casa no Rio de Janeiro – Patronato de Menores;
- **14.09.1923** = Belo Horizonte;
- **08.05.1924** = Recife;
- **22.07.1925** = Fortaleza;
- **14.01.1929** = Pelotas – RS;
- **20.10.1935** = Belo Horizonte – Irmãs Madalenas (Contemplativas) ;
- **---.1936** = Petrópolis – RJ;
- **---.1936** = Assumem o Reformatório de Mulheres – RS;
- **09.01.1942** = Barbacena – MG;
- **02.06.1942** = Assumem o “Presídio de Mulheres” – SP;
- **07.11.1942** = Assumem a Penitenciária Feminina – RJ;
- **---.1942** = Escola de Formação de Auxiliares;
- **19.03.1952** = Divinópolis;
- **09.01.1960** = Caxias do Sul – RS;
- **17.09.1962** = Assumem a Penitenciária Feminina de Tremembé;
- **29.12.1963** = Noviciado é transferido do Rio de Janeiro para São Paulo;
- **---.1969** = Assumem o Instituto Stella Maris – RJ;
- **---.1976** = Campinas – SP;
- **16.04.1977** = Santos.

Em 1955, as irmãs do Bom Pastor deixaram a administração da Penitenciária Feminina do Rio de Janeiro. Em setembro de 1977, a gestão das religiosas pediu dispensa da Penitenciária Feminina da Capital (antigo “Presídio de Mulheres” de São Paulo), assumindo-a, em seu lugar, uma gestão laica mais voltada para as Ciências Criminológicas. Postura seguida pela Penitenciária Feminina de Tremembé, em 1980. Em janeiro de 1981, a gestão da Penitenciária Feminina (antigo, Reformatório de Mulheres) do Rio Grande do Sul, também saiu das mãos do Bom Pastor.

Figura 12 – Pintura na parede da *Maison-Mère* do Bom Pastor, Angers²⁴⁴

²⁴⁴ Retrato de nossa autoria, registrado em 9 de julho de 2015, Angers-França. Em cada folha da árvore há o nome de um país onde o Bom Pastor fundou seus estabelecimentos

CAPÍTULO IV

1 – As Religiosas nas Prisões

As visitas a prisioneiros, enfermos e mendigos são práticas antigas e frequentes de religiosos cristãos (tanto católicos quanto protestantes). Ainda que, inicialmente, não contassem com organização institucional, esse tipo de assistencialismo era praticado individualmente ou em pequenos grupos. Em território francês, por exemplo, a assistência social mais ou menos organizado vem do século XVII com as comunidades ligadas à Ordem de Nossa Senhora da Caridade do Refúgio. Entretanto, a prática só ganhou força e adeptos, adquirindo expressão institucional, no final do século XVIII e início do XIX. Com a, já referida, conjuntura política francesa pós revolucionária e com a ascensão das congregações, uma atividade, de início, voluntária não tardou a compor as atividades regulares das prisões e transformarem-se em serviços. Vejamos como se deu o ingresso do trabalho das religiosas nas prisões.

1.1 - O ingresso das primeiras freiras nas prisões

Em 1831, Charles Lucas²⁴⁵, ao tornar-se Inspector Geral das Prisões francesas, opunha-se indelevelmente que o recrutamento dos guardas de presídios fosse feito entre os quadros de antigos militares. Dos funcionários das prisões, ele queria que atuassem como cooperadores dos diretores, que fossem inteligentes, "educados e desinteressados" por considerar que essa era uma missão cristã, a

²⁴⁵ Inspetor Geral das Prisões francesas entre 1830 e 1865.

mais profunda de todas elas. Além disso, a considerava como a mais alta missão civilizacional

Meça forças com o criminoso, apoderesse dele para livrar a sociedade, não pela morte ou pela escravidão, mas pela correção.²⁴⁶

Sem conseguir adesão imediata do governo, Lucas militava em prol da entrega completa da guarda dos presos aos religiosos e religiosas. Tanto é que poucos anos depois de sua nomeação à inspetoria geral ele tornou-se um dos principais arquitetos da entrada massiva das congregações, por volta de 1840, como guardas nas prisões. A presença das religiosas nos cárceres franceses, já era proposta por Jacques Necker²⁴⁷ para atuarem em algumas prisões centrais entre o fim do Império e o início da Restauração. Após a dissolução oficial, em 1792, das congregações, as freiras, sob o ministério de Chaptal²⁴⁸, foram realocadas nos hospitais a partir de 1800-1801. Em 1802, sob a iniciativa de Portalis²⁴⁹, elas puderam novamente usar seus hábitos. Os subsídios imperiais garantiam subvenções à maioria das congregações, especialmente as hospitalares.

Na prisão central de Clairvaux, em 1816, era possível contar entre seus quadros com cinco irmãs mais uma Madre Superiora tomando conta da farmácia e atuando como vigias da enfermaria. Em Fontvarault, as Irmãs de Caridade dominicanas da diocese de Tours, nomeadas em dezembro de 1825, assumiram a direção da enfermaria a partir de janeiro de 1826, em junho do mesmo ano elas já eram cinco. A comunidade dessas irmãs recebia, pelo contrato, o valor de 600 francos anuais para cada uma delas. Essas primeiras religiosas a trabalhar nos

²⁴⁶ "Se mesurer avec le criminel et le terrasser pour en débarrasser la société, non plus par la mort ou l'esclavage, mais par l'amendement." LUCAS, Charles. *De la réforme des prisons, ou de la théorie de l'emprisonnement, de ses principes, de ses moyens et de ses conditions pratiques*. Paris: E. Legrand et J. Bergounioux, 3 vols., 1836-1838. Citado em: PETIT, Jacques-Guy. *Ces peines obscures*. La prison pénale en France (1780-1875). Fayard, 1990.

²⁴⁷ Ministro das Finanças de Luiz XVI.

²⁴⁸ Jean-Antoine Chaptal foi Ministro do Interior entre 1800 e 1804.

²⁴⁹ Joseph-Marie Portalis foi Ministro de assuntos religiosos de 1807 à 1808.

presídios eram consideradas *religieuses hospitalières*. Elas não exerciam a função de guardas das mulheres presas, porém, suas funções foram paulatinamente se ampliando com a fiscalização da costura e posteriormente das classes. Em 1836, uma das religiosas já vigiava a sessão feminina dessa prisão central. Movimento que fez com que, por volta de 1863, sua presença nas prisões fosse amplamente comum. Após a Monarquia de Julho, especialmente com a disseminação da Congregação do Bom Pastor de Angers, as religiosas não interferem mais somente nos presídios centrais, elas também eram, cada vez mais, chamadas a atuarem nas prisões departamentais. As irmãs de *Saint-Joseph* de Lyon foram alocadas em 1824 nas prisões de Villefranche e de Montbrison e, posteriormente, na nova prisão de Perrache em Lyon. Em 1823, as irmãs de *Saint-Aubin* trabalhavam nos estabelecimentos de Rouen e, em 1835, as *Filles-de-la-Sagesse* entraram no presídio central para mulheres em Cadillac. Em 1841, todas as prisões centrais para mulheres já eram vigiadas pelas religiosas²⁵⁰.

Interessante notar a trajetória de uma dessas congregações. O governo francês, descontente com a variedade de congregações presentes nas prisões – isso, por conta das dificuldades em gerenciar as diferentes demandas de cada uma das diversas comunidades –, passou a pressionar o clero para equacionar o problema e fornecer mão de obra mais homogênea. Com isso, em 1841, o arcebispo de Lyon deu permissão às irmãs da Congregação de *Saint-Joseph de Lyon* que já trabalhavam nas prisões a constituírem uma nova e específica comunidade religiosa cujos trabalhos seculares seriam voltados exclusivamente para atuação nos estabelecimentos penais. Adotando o nome de Irmãs de *Marie-Joseph*, a nova congregação que se instalou em Dorat ficou conhecida à época como *sœurs de prison*. Essa comunidade, inteiramente especializada nas atividades penitenciárias conheceu uma ascensão bastante rápida. Em 1841 contava com 135 religiosas e em 1852 já eram 450 entre irmãs e noviças distribuídas por 24 das prisões francesas. Nesse mesmo ano de 1841, o Ministério do Interior aprovou medidas que definiam

²⁵⁰ PETIT, Guy. *Ces peines obscures*. La prison pénale en France (1780-1875). Paris: Fayard, 1990. p. 635.

e favoreciam a inserção e assimilação das religiosas aos guardas nas prisões centrais. A vigilância exercida pelo pessoal laico, nesse período, não chegou a ser suprimido dos presídios para mulheres, como por exemplo em *Saint-Lazare* ou nas sessões femininas das prisões departamentais. No caso das guardas laicas, tratava-se frequentemente de uma vigilância exercida pela esposa do zelador do estabelecimento²⁵¹.

As vantagens consentidas às irmãs no interior das prisões, especialmente nas prisões centrais, eram bastante consideráveis. Seu contrato (de 600 francos anuais para as irmãs assistentes) foi definido acima do salário dos carcereiros. Além disso, a Irmã Superiora tinha muito mais poderes que o chefe dos guardas; a Congregação, diferentemente do corpo de guardas laicos, atuava quase independentemente do Inspetor Geral; as irmãs tinham o controle das oficinas, dos refeitórios, dos dormitórios, dos calabouços; nas enfermarias, elas fiscalizavam a recepção e a distribuição de víveres e medicamentos. Entre as novas atribuições das religiosas, a partir de 1841 (das quais as guardas estavam excluídas), contava-se a instrução moral e religiosa e a escola elementar. A distribuição dos serviços entre as irmãs era decidida pela Superiora sem necessidade de prévia autorização dos diretores dos estabelecimentos. Todos os relatórios a respeito das atividades das religiosas eram elaborados pela própria Superiora. As religiosas tinham também o direito de encerrar imediatamente uma presa nos calabouços, sem ordem da direção. Por fim, os diretores não podiam punir as religiosas, no máximo, poderiam provocar sua transferência.

Essas religiosas constituíam um verdadeiro enclave independente dentro das prisões francesas. Tudo poderia se transformar num jogo de forças entre a direção dos estabelecimentos e a autoridade religiosa. Se eles se entendessem bem, o sistema funcionaria sem entraves. Caso contrário, uma queda braço se iniciava. As irmãs estavam presentes o tempo todo e sua disciplina era imposta constantemente: era delas a iniciativa das punições, da educação e do catequismo,

²⁵¹ ANCELET-HUSTACHE, J. *Les sœurs des prisons*. Paris: Grasset, 1935.

os cuidados com os doentes e, às vezes, a patronagem das condenadas liberadas. A vida cotidiana das prisioneiras passava, portanto, sob o controle da Superiora. Algumas guardas laicas que subsistiam não exerciam mais nada além da vigilância exterior e não podiam entrar nos estabelecimentos para mulheres a não ser em casos de urgência, por razões de segurança, ou à requisição das religiosas. Porém, se o diretor e a Superiora não se entendiam todos os potenciais conflitos surgiam: com o inspetor, com o médico ou o farmacêutico e, mesmo, com o capelão²⁵².

Por volta de 1870, a Administração penitenciária deu início a pequenas tentativas de limitar alguns privilégios das *sœurs des prisons* impulsionadas por um desgaste com os funcionários laicos ocorridos no ano anterior. Um empresário decidiu oferecer uma gratificação às irmãs, 58 delas foram bonificadas em 28 estabelecimentos. Embora, o regimento das prisões francesas proibissem a prática a Inspetoria fez vistas grossas ao ocorrido, mas os funcionários laicos não. Estes que não usufruíam de tais regalias começaram a exercer maior pressão contra as regalias das religiosas.

As medidas restritivas começaram a ganhar corpo, sobretudo, a partir de uma pesquisa parlamentar feita em 1872. Seus resultados apontavam numerosas críticas que convergiam para denúncias contra os estabelecimentos para as jovens detidas, especialmente aqueles dirigidos pelas congregações, principalmente pelo Bom Pastor. Haussonville²⁵³ fez eco às observações da comissão de investigação e apresentou um conjunto de denúncias contra esses conventos. Acusava-os, entre outras coisas, de não prepararem as jovens para a vida, mas para o convento e a clausura. A instrução era bastante rudimentar, alegava, e o cuidado com o corpo era desprezado. Quanto à organização do trabalho prisional, acusava as comunidades religiosas de tirarem proveito das jovens presas, explorando-as com um trabalho penoso, muito precarizado e para uma remuneração quase nula²⁵⁴.

²⁵² PETIT: 1990, pp. 451.

²⁵³ Paul-Gabriel de Haussonville, foi deputado de centro-direita na Assembléia Nacional francesa entre 1871 e 1875.

²⁵⁴ LANGLOIS, Claude. L'introduction des congrégations féminines dans le système pénitentiaire français (1839-1880). In: PETIT, J. G. *La prison, la bagne et l'histoire*. Genebra: Librairie des

A laicização das prisões francesas que se efetuou entre 1880 e 1907 ocorreu em paralelo ao mesmo movimento nos estabelecimentos de ensino. Aparentemente, as práticas repressivas das religiosas teriam contribuído para o descrédito sobre o conjunto das congregações.

2 – A Gestão do Bom Pastor

2.1 - O ingresso do Bom Pastor no Presídio de Mulheres

O pessoal responsável por tratar diretamente com mulheres infratoras no interior dos cárceres sempre foi um ponto inquietante nas discussões e projetos penais no Brasil e em todo o ocidente. Com a decisão de aplicar a segregação de homens e mulheres nos estabelecimentos penais vinham as agitações a respeito de quem seria o pessoal apto ao trato com as presas. Discussões acaloradas marcavam as seções de elaboração e aprovação de projetos²⁵⁵.

A solução brasileira não foi diferente da dos demais países. O consenso sobre a atribuição da tarefa a funcionárias do sexo feminino é facilmente identificável na trajetória de especialização institucional dos presídios para mulheres na maioria dos países ocidentais. O que causava controvérsia nessas discussões era o tipo de aptidão que tais funcionárias deveriam ter para lidar com o público feminino.

Seguindo o exemplo francês, no Brasil, as autoridades também recorreram ao serviço religioso exercido por freiras de uma congregação católica. Não por coincidência, a congregação escolhida para assumir as atividades no presídio foi a mais amplamente difundida pelo mundo, especialista na lida com mulheres com problemas na Justiça, a Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor. Fundada em Angers, oeste francês, a Congregação teve, como já vimos, ampla

Méridiens, 1984.

²⁵⁵ ARTUR, 2016, p. 119.

difusão mundial apoiada pelas comunidades católicas locais.

Gestoras de asilos, recolhimentos e reformatórios para meninas e mulheres ex-prostitutas ou com sentenças judiciais a cumprir, as irmãs do Bom Pastor possuíam um extenso currículo de atuação nos cinco continentes e sempre contando, entre seus apoiadores, com influentes nomes das elites – de imperatriz a filha de presidente da República²⁵⁶. Com isso, não tardou a reputação do Bom Pastor chegar aos ouvidos de numerosos agentes do Poder Judiciário e seu braço executivo, bem como dos agentes legislativos e executivos:

Em levantamento publicado em 1919, o jurista comissionado do Ministério da Justiça, Cândido Mendes de Almeida Filho, relatou como tomou conhecimento da atuação do Bom Pastor na América do Sul. Identificou no modo como aquele trabalho religioso se orientava uma consonância com seu projeto de institucionalização da punição sobre mulheres infratoras. A partir disso, Mendes encaminhou ao Legislativo e ao Judiciário diversas propostas de criação de instituições penais especificamente para mulheres. Todas as propostas indicavam as irmãs do Bom Pastor como gestoras desses estabelecimentos. As negociações e tramitações dessas propostas circularam por mais de vinte anos no Distrito Federal.²⁵⁷

O ingresso do Bom Pastor nos presídios femininos brasileiros foi resultado de negociações e arranjos políticos que se prolongaram por cerca de vinte anos. Nesse ínterim, o nome do Bom Pastor circulava e ganhava a simpatia de juristas, advogados e políticos. Nas discussões sobre o encarceramento feminino, o nome da Congregação aparecia frequentemente como a solução para o quadro de funcionárias para um estabelecimento específico para mulheres

²⁵⁶ Madre Maria de São Luis Gonzaga Afonso Pena, que assumiu o cargo de Superiora da Província em 1940, era filha de Afonso Pena, Presidente da República entre os anos de 1906 e 1909.

²⁵⁷ ARTUR, 2016.

A entrega da direção e administração desses estabelecimentos a Irmãs do Bom Pastor é apenas acompanhando o que se tem feito outros países, um ato de clarividência e um gesto de justiça é mais uma confirmação do julgamento que tem [...] a ação dessas bem feitoras, salvadoras de tantas almas e reformadoras de tantos caracteres, e cujo elogio está nas benções que as acompanham pelo mundo e que noutro lugar, por certo, as glorificam.²⁵⁸

Diferentes militâncias em prol dessa congregação, em diferentes momentos, reiteravam as características e funções que lhes interessavam nesse organização religiosa

Nos instantes em que delineávamos esta Prisão, dizia S. Excia. que a mesma seria dirigida, para seu maior júbilo, pelas Irmãs do Bom Pastor, mulheres distanciadas doutras e do artificialismo mundano, as quais vivem com Deus e para Deus, tendo nas mãos o crucifixo que salva e abençoa, movidas pelo Bem, serenas e justas, como lhes impõe a santidade de sua vida.²⁵⁹

2.2 - As primeiras contratações

No caso paulista, nos anos iniciais das instituições, as freiras eram contratadas individualmente. As primeiras irmãs foram admitidas em 19 de junho de 1942, perfazendo naquele ano um total de oito contratações. A madre superiora e primeira diretora do Presídio de Mulheres, irmã Maria Mathilde do Santíssimo Sacramento Batista de Oliveira foi admitida “para, a título precário, exercer as

²⁵⁸ MELLO, J. M. “*Penitenciária para Mulheres*”. In: **Pandectas Brasileiras**. Rio de Janeiro, vol.6, parte 5, 1929, pp. 457-460.

²⁵⁹ MEYER, Henrique de Souza Queiroz. Discurso proferido na inauguração do Presídio de Mulheres. *Revista Penal e Penitenciária*. São Paulo, Ano III – vol. III – 1º e 2º semestres de 1942 – Fasc. 1 e 2, pp. 335-38.

funções de chefe junto à Seção destinada ao Presídio de Mulheres, da Penitenciária do Estado [...] mediante os vencimentos mensais de Rs, 250\$0”²⁶⁰.

Foram contratadas, na mesma data em que foi a irmã Mathilde, as irmãs Maria Ursula de Jesus Simões Braga, Maria de São Francisco de Reges dos Santos, Maria de São José Buarque de Gusmão, Maria de São Luiz Gonzaga Abib, Maria de São Boaventura Ferreira de Carvalho, Maria de Nossa Senhora do Pilar de Almeida, Maria da Divina Luz Andrade Morato, todas elas “para, a título precário, prestar serviços junto à Seção destinada ao Presídio de Mulheres, de Penitenciária do Estado, nos termos do Decreto-lei nº 12.116, de 11 de agosto de 1941, mediante os vencimentos mensais de Rs...200\$0”²⁶¹.

O decreto de criação do Presídio de Mulheres previa que, além das funcionárias responsáveis pelos serviços internos, deveria ser contratada, de acordo com o parágrafo primeiro²⁶², uma professora de educação moral e cívica. Pois bem, a professora foi contratada, contudo não era leiga, sendo também recrutada entre os quadros da mesma Congregação

a irmã Maria Antonieta de Jesus Rosa para, a título precário, exercer, interinamente, o cargo de professora de educação moral e cívica da Seção destinada ao “Presídio de Mulheres” da Penitenciária do Estado, nos termos do Decreto-lei nº 12.116, de 11 de agosto de 1941, mediante os vencimentos mensais de Rs. 400\$0...”²⁶³

Embora de origem francesa, a sucursal brasileira que assumiu os presídios paulistas contava apenas com religiosas brasileiras. Diferentemente do ocorrido nas penitenciárias francesas, o Bom Pastor ao adentrar as prisões de São Paulo não foi paulatinamente conquistando pequenos postos. Ao contrário, a Congregação foi

²⁶⁰ Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 21 de junho de 1942.

²⁶¹ Idem.

²⁶² Artigo terceiro, parágrafo primeiro: “Será igualmente contratada uma professora de educação moral e cívica”. Decreto-Lei nº 12.116, de 11 de agosto de 1941.

²⁶³ Publicado no DOESP de 08 de julho de 1942.

contratada para assumir diretamente todos os postos das instituições penais brasileiras, inclusive a direção dos estabelecimentos.

2.3 - Do controle

As atividades do Presídio foram iniciadas em 17 de julho de 1942, recebendo sete sentenciadas, vindas por transferência da Casa de Detenção. Embora a inauguração do estabelecimento date de 1942, o primeiro acordo formal entre a Secretaria da Justiça e a Congregação só foi firmado em 1946. Por meio de contrato, em 12 de junho daquele ano, a Congregação deveria manter no Presídio de Mulheres o mínimo de nove irmãs para desempenho de tarefas administrativas, de vigilância das reclusas e de execução do regime penal, bem como de outras atribuições relacionadas à ordem, à disciplina e às finalidades do estabelecimento.²⁶⁴

²⁶⁴ Termo de contrato que assinaram a Secretaria da Justiça e Negócios do Interior, pelo Departamento de Presídios do Estado, e a Congregação de Nossa Senhora de Caridade do Bom Pastor de Angers com o fim de estabelecer as condições segundo as quais esta Congregação de Religiosas tomava a seu cargo o Presídio de Mulheres, em 10 de julho de 1946.

Figura 13 – Entrada do Presídio de Mulheres²⁶⁵

Diante da ausência de regulações precisas ou regimentos de execução rígida, o regime penal ficava a critério das religiosas. Mesmo o contrato, que definia algumas tarefas e obrigações das irmãs, não estabelecia o regime penal a ser imposto às sentenciadas. Segundo o contrato, a Diretoria Geral do Departamento de Presídios poderia “examinar o tratamento penal a que ficam sujeitas as reclusas no Presídio de Mulheres”, mas, em nenhum momento, define qual deveria ser o tratamento.

Com a ausência de funcionárias leigas nas atividades internas, administrativas e no trato direto com as sentenciadas, fica patente o exclusivo e amplo controle das religiosas sobre todas as práticas do presídio e sobre suas internas.

Nessa primeira fase da gestão religiosa, que se estende até 1963, com a

²⁶⁵ Acervo fotográfico do Museu Penitenciário Paulista/SAP, década de 1950.

estruturação do DIPE e com a chegada das primeiras guardas leigas, a administração geral do presídio ocorria com pouquíssima ou nenhuma intervenção relevante do DPE. Em acordo com o próprio contrato, a Direção Geral do DPE, agia mais na prestação de assistência ao Presídio de Mulheres do que como órgão dirigente. Ele definia que entre as obrigações do DPE frente à Congregação estariam: o fornecimento de luz, água, gás, serviços médicos, odontológicos e farmacêuticos; o custeio de alimentação para as religiosas e para as reclusas; o fornecimento de prédio para residência das freiras nas proximidades do Presídio; e garantia da manutenção da vigilância externa do presídio (esta de responsabilidade da Penitenciária do Estado).

As acordadas contrapartidas das religiosas eram as mais genéricas possíveis. No rol das obrigações contratuais da Congregação figuravam tarefas como receber as sentenciadas enviadas pelas autoridades competentes, trabalhar pelo progresso moral e instrução doméstica das sentenciadas entregues aos seus cuidados, cuidar das sentenciadas enfermas, encarregar-se da administração interna, solicitar o fornecimento de gêneros, apresentar relatórios e estatísticas.

Essa distância da Direção Geral dos Presídios da execução do regime penitenciário no Presídio de Mulheres evidencia a coerência entre o projeto e o desempenho nas funções da Congregação. Já, desde os debates sobre a criação do Presídio, propunha-se um estabelecimento com regime atenuado e adaptado às mulheres. O próprio decreto de criação do Presídio definia que “atenuações e modificações” seriam recomendáveis.

Figura 14 – Irmãs do Bom Pastor nas escadarias do Presídio de Mulheres.²⁶⁶

2.4 - Influência e prestígio

Vinte anos após a inauguração do Presídio de Mulheres, a influência e o prestígio das irmãs do Bom Pastor garantiam sua indelével gestão prisional no estado de São Paulo. Contratadas para ocupar um cargo de confiança (direção de presídio e penitenciária já era cargo de confiança no início da gestão das freiras) durante a ditadura do Estado Novo, permaneceram no cargo durante a experiência democrática. Mudaram os governos e mudaram os regimes políticos. Entretanto, a confiança na execução do cargo, por elas, seguia inabalável.

Além de proceder à direção geral do Presídio de Mulheres e à aplicação de um regime prisional bastante específico, as irmãs do Bom Pastor tinham uma agenda social bastante movimentada. Eram frequentes as visitas recebidas, no

²⁶⁶ Acervo fotográfico do Museu Penitenciário Paulista/SAP, 1963.

Presídio, de autoridades prisionais, suas esposas e senhoras de associações católicas da cidade. Entre os temas tratados constavam os auxílios às casas do Bom Pastor e as doações de gêneros e vestuários às internas, especialmente às mães e suas crianças.

Figura 15 – Fundos do Presídio de Mulheres²⁶⁷

²⁶⁷ Acervo fotográfico do Museu Penitenciário Paulista/SAP, década de 1950.

3 - Uma nova penitenciária – O Tremembé

Ainda durante a experiência do regime de governo democrático, a irmãs do Bom Pastor promoveram a expansão de seu gerenciamento prisional com as negociações para a criação de um novo estabelecimento penal para mulheres, agora no interior do estado. Sob o título “Irmãs de Caridade dirigirão o Presídio Feminino de Tremembé”, o Diário Oficial descrevia a cerimônia realizada no gabinete do Secretário da Justiça:

[...] o titular interino Sr. Virgílio Lopes da Silva, autorizado pelo Governador em exercício, Desembargador Sytos Cintra, presidiu ao ato de assinatura do contrato entre o Departamento dos Institutos Penais do Estado e a Congregação de Nossa Senhora do Bom Pastor de Angers, para que essa instituição religiosa passe a assumir a direção e orientação do Presídio Feminino de Tremembé, no Vale do Paraíba [...] Assinaram o documento, pelo DIPE, o Sr. Walter Faria Pereira de Queiroz e pela Congregação N. S. do Bom Pastor de Angers a Irmã Maria Matilde do Santíssimo Sacramento Madre Superiora da congregação.

A matéria defendia ainda que a entrega do Presídio às irmãs de caridade “é medida das mais acertadas”, haja vista a ação das freiras seguir produzindo bons resultados. Como “bom resultado” a matéria apresenta números referentes ao Presídio de Mulheres da Capital, segundo os quais o estabelecimento dirigido pelas freiras tem um índice de reincidência na criminalidade na ordem de 1 %, enquanto nos outros estabelecimentos é da ordem de 59 %.

Figura 16 – Visita da Diretora do Presídio de Tremembé ao DIPE, em São Paulo.²⁶⁸

Dias depois, o mesmo jornal voltava a destacar entre suas matérias o novo presídio para mulheres. Dessa vez, reportava sua inauguração. Anunciava o jornal que o Presídio Feminino de Tremembé era inaugurado com capacidade para o abrigo de oitenta sentenciadas e que estaria dotado dos “mais modernos requisitos da técnica penal”, sendo, a partir de então, dirigido pelas irmãs da Congregação Nossa Senhora do Bom Pastor de Angers e superintendido pela irmã Maria Benigna Consolata Amaral Goulart, que já houvera assumido as funções quando da cerimônia de inauguração.

A cerimônia teve início às 10 horas do dia 29 de janeiro de 1963, iniciando a solenidade D. Francisco Borja do Amaral, bispo de Taubaté, que celebrou uma missa no pátio interno do estabelecimento, assistida pelas autoridades, funcionárias e internas. Após a missa, realizou-se no salão nobre a sessão de

²⁶⁸ Acervo fotográfico da Penitenciária Feminina "Santa Maria Eufrásia Pelletier" de Tremembé, dezembro de 1962.

discursos oficiais, ocasião em que fizeram uso da palavra o Sr. Walter Faria Pereira de Queiroz, diretor geral do Departamento dos Institutos Penais do Estado, a madre Maria Benigna Consolata do Amaral Goulart e, por último, o titular da Justiça, desembargador Justino Maria Pinheiro que, em nome do governador Carvalho Pinto, saudou os presentes e agradeceu a todos que cooperaram para que aquela obra se transformasse em realidade.

Em seu discurso, a madre Benigna fez agradecimentos e defendia a necessidade da existência de presídios com a seguinte tese:

Assim é que almas jogadas na vida, à mercê do capricho de adultos sem consciência, muitas vezes órfãs de pais vivos, habitando em coletividades onde, na maioria das vezes, falta o mínimo necessário, desconhecendo o perfume suave das *virtudes que adornam* com tanto encanto as almas femininas; faltas de luz na inteligência e *débeis na vontade*, cometem o delito, que a sociedade se vê constrangida a sancionar. Desmoronada assim essa existência (e quantas vezes, nos primeiros alvares de uma juventude) para onde encaminhar essas criaturas humanas que a sociedade não pode conter em seu seio?²⁶⁹

A Madre seguia apresentando a concepção que a Congregação tinha dos infratores e de seu adequado tratamento penal:

A criatura humana vem para o presídio não só para cumprir a pena. Estamos longe da época em que o homem considerava exclusivamente o delito, relegando a plano secundário a personalidade do delinquente. A personalidade do delinquente, sua identidade própria, deve ser o alvo de nossas mais carinhosas atenções. O trabalho de recuperação em um Presídio deve ser elaborado, tendo-se em vista atingir a reeducanda em sua plenitude. Ao mesmo tempo que sua parte física é objeto de nossas atenções, não podemos descurar os *valores morais que dão sentido a sua vida* e mais além, a religião, pois só Deus poderá reconstruir um ser em suas profundezas. Só o amor constrói. Portanto, nos Presídios deve se realizar uma obra de amor.²⁷⁰

²⁶⁹ CAMPOS, Ir. Margarida M. *A Congregação do Bom Pastor na Província Sul do Brasil*. Pinceladas Históricas. São Paulo: [s.n.], 1981. (grifos nossos).

²⁷⁰ CAMPOS, 1981, p. 208-09.

Figura 17 – Discurso oficial da primeira diretora, por ocasião da inauguração da Penitenciária Feminina de Tremembé.²⁷¹

²⁷¹ Acervo fotográfico da Penitenciária Feminina "Santa Maria Eufrásia Pelletier" de Tremembé, 29 de janeiro de 1963.

Entre as numerosas autoridades presentes no evento, constam os senhores Valentim Alves da Silva, Juiz das Execuções Criminais; Desembargador Pedro Barbosa Pereira, juiz do Tribunal de Alçada; Otaciano Xavier de Castro, prefeito de Tremembé; Tarciso Leonece Pinheiro Cintra, diretor da Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté; Felix Nobre Campos, diretor do Instituto de Reeducação de Tremembé, e presidentes e vereadores de Legislativos do Vale do Paraíba.²⁷²

4 - As reformas Penitenciárias

Com as reformulações do DIPE, a partir de 1963, adentram os presídios femininos paulistas uma nova figura, figuras não religiosas, as guardas. As guardas vinham para atender a nova organização regimental dos estabelecimentos penais do estado. Anos depois, sob a gestão de Manuel Pedro Pimentel na Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo, foram efetivamente implementadas na Penitenciária Feminina da Capital e no Presídio Feminino de Tremembé, a Junta de Orientação Técnica. A Junta funcionava como um tipo de Conselho Gestor e era composta pelas chefes das novas seções penitenciárias mais o Diretor Geral da instituição. Ficou definido que as chefes de cada seção deveriam possuir formação profissional específica para o exercício dos respectivos cargos. Assim, para assumir a Direção Geral do estabelecimento era exigida a formação profissional de nível superior e comprovada especialização na área da Ciência Penitenciária; para chefia da seção de saúde era necessário ser médica diplomada e possuir habilitação legal para o exercício da profissão; para a seção de educação, a chefe deveria possuir, no mínimo, o segundo grau completo com formação específica no magistério.

No momento de formação dessa Junta, os conflitos entre as irmãs do Bom Pastor e o DIPE eram constantes. Na verdade, os primeiros contatos das freiras com as guardas leigas já geraram conflito, já antes da inauguração do Presídio

²⁷² Idem, p. 207.

Feminino de Tremembé.

Entre os maiores problemas que preocupavam a Me. Maria Benigna, destacava-se o das Funcionárias inaptas para as funções que deviam exercer junto às Presas. Por diversas vezes ela foi a São Paulo tratar do assunto com o Diretor Geral. A 6 de abril foi publicada no Diário Geral Oficial, nº 66, a dispensa das Funcionárias apresentadas como incompetentes para o trabalho no Presídio.²⁷³

Era patente a resistência das freiras a qualquer intervenção alheia à Congregação nos presídios. A nova dinâmica imposta pelos atuais regimentos e pela presença de uma nova figura de autoridade (ainda que às freiras subordinadas) dentro da prisão afetavam os interesses das irmãs, que não dirigiam os estabelecimentos apenas para cumprirem ordens. Ao contrário, lá permaneceram enquanto não precisavam seguir ordens rígidas. Lá permaneceram enquanto viam seus interesses sendo atendidos. O que significa dizer que a Congregação do Bom Pastor nos presídios femininos não exercia um papel de mero instrumento do Estado, elas exerciam, também e igualmente, o papel de instrumento de interesses da própria Congregação:

O Presídio Feminino da Capital não está mais correspondendo aos anseios apostólicos das irmãs. Ir. M. Benigna estuda o caso. Faz uma avaliação sobre a presença das irmãs na Penitenciária [...].²⁷⁴

²⁷³ CAMPOS, 1981, p. 210.

²⁷⁴ Idem, p. 243.

4.1 - A devolução das chaves

O Bom Pastor nasce sob a missão religiosa de lidar com mulheres infratoras, a Congregação se expande pelo mundo com essa missão. Sua reputação se constitui sobre o princípio de que seriam as religiosas a autoridade máxima e o exemplo maior de retidão das virtudes femininas. Com a consolidação dessa reputação, cresce seu poder político de pressão e intervenção social para o estabelecimento, do qual são o exemplo maior. A existência de uma autoridade leiga, ainda que menor e subordinada à sua própria, começa a minar sua tradição, referência maior, começa a ir de encontro com seus interesses políticos de intervenção social e definição do papel feminino. Tanto é que a ruptura entre a Congregação e o DIPE se dá unilateralmente. É a Congregação quem rompe o contrato sob o qual dirigiam a Penitenciária Feminina da Capital, em 1977, e, posteriormente, em Tremembé, em 1981. Para isso, as questões alegadas pelo Bom Pastor foram:

1. As Irmãs se consomem nos trabalhos administrativos, disciplinares e de vigilância, obedecendo a disposições de decretos e leis penitenciárias e de administração pública;
2. Apesar de exercerem a administração, as Irmãs não podem influir na seleção de funcionários. Pessoas despreparadas para uma missão tão específica criam entraves para o trabalho;
3. A fim de atenderem às crescentes exigências do trabalho, as Irmãs (quase todas) estudam. Ficam assim mais sobrecarregadas, sem o necessário tempo para a oração, encontros comunitários e o repouso noturno tão importante para se refazerem dos desgastes do dia;
4. Não há eficácia no trabalho de evangelização. Há uma inversão de valores na aplicação das forças daquele grupo de Irmãs. Em consequência das circunstâncias, elas se tornaram “escravas do trabalho”;
5. O grupo de Irmãs é por demais reduzido, enquanto que o número de presas e de funcionários aumentou. A Província está impossibilitada de encaminhar outras Irmãs para esse tipo de

trabalho.²⁷⁵

Com a autorização do Conselho Geral da Província e o consentimento do cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, a Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor de Angers rescindiu o contrato de administração da Penitenciária Feminina da Capital e, após o cumprimento dos 180 dias de “aviso prévio”, deixou o presídio paulista em setembro de 1977. Mesmo procedimento adotado para a saída da Penitenciária Feminina “Santa Maria Eufrásia Pelletier” de Tremembé, em julho de 1980.

²⁷⁵ CAMPOS, 1981, p. 243-244.

CAPÍTULO V

Em 11 de janeiro de 1942, chegava à Comarca de Orlândia a denúncia de um crime bárbaro. Marino Borela fora assassinado enquanto dormia. As machadadas foram impostas pela própria esposa, cinco no total. O ocorrido teria se dado em 26 de dezembro de 1940, às 3 horas da madrugada, na sua casa de residência, na Fazenda “Lageado”, do Distrito Sales Oliveira, comarca de Orlândia.

A jovem M.B.²⁷⁶, brasileira, branca, de 24 anos foi presa em 11 de março de 1941. Sob a acusação de homicídio qualificado, foi incursa no artigo 294 do Código Criminal dos Estados Unidos do Brasil, em vigor à época do ocorrido²⁷⁷. Submetida a julgamento em 9 de fevereiro de 1942, fora condenada a doze anos de reclusão.

Em depoimento, M.B. descreveu a violência e os constantes maus tratos aos quais era submetida pelo marido, desde o início da vida conjugal. Os espancamentos frequentes – o último deles imposto horas antes do homicídio – foram os motivos alegados por M.B. para infligir os cinco golpes de machado contra Marino durante o sono. Sucessivamente ameaçada de morte pelo marido, M.B. alegou temer pela própria vida. Medo que a teria levado à decisão de pôr fim à vida de Marino.

Ré primária, declarando-se doméstica e sendo portadora de atestado de bom comportamento na Cadeia de Orlândia, M.B. deu entrada no Presídio de Mulheres em 12 de agosto de 1942. Sob o número de registro 15, ela foi uma das primeiras sentenciadas a cumprir pena no recém inaugurado Presídio de

²⁷⁶ Por conta de acordo firmado junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da SAP, nenhuma das internas dos estabelecimentos pesquisados (sob esse acordo) terá sua identidade revelada.

²⁷⁷ Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890.

Mulheres.²⁷⁸

A infração penal de M.B. chama a atenção pela violência do ato e o quão pouco se sabe a respeito da população prisional feminina ao longo da maior parte do século XX. Desconhecida é, também, a vida e a execução do regime penal no interior de uma penitenciária feminina nesse mesmo período. Na tentativa de equacionar algumas dessas questões, esse quinto capítulo segue descrevendo a rotina e o modo como se expressava a execução penal definida pelas freiras no que diz respeito às atividades diárias das mulheres encarceradas nos presídios femininos paulistas.

1 - Entrada

Quando as atividades do Presídio de Mulheres foram iniciadas, em dezessete de julho de 1942, vieram por transferência da Casa de Detenção apenas sete sentenciadas. Entre elas, cinco deveriam cumprir pena por homicídio, uma por aborto e uma por estelionato. Quanto à profissão e o nível de instrução, todas foram classificadas como domésticas, cinco eram analfabetas e duas possuíam instrução primária. As solenidades de inauguração foram realizadas poucos dias depois da chegada dessas sete mulheres.

Esse Presídio, por sua vez, deveria receber, exclusivamente, condenadas com sentença transitada em julgado²⁷⁹, oriundas das mais variadas comarcas do estado de São Paulo, da Casa de Detenção e do Presídio do Hipódromo.

Como M.B., as demais internas do estabelecimento, ao serem sentenciadas pela Justiça, não eram encaminhadas diretamente para o Presídio de Mulheres. Muitas eram procedentes das comarcas do interior e outras tantas chegavam por transferência da Casa de Detenção da Capital. Independente do estabelecimento de origem, todas precisavam passar pelos trâmites de registro. Um prontuário com seu nome e número de matrícula era, então, iniciado. A ficha de identificação era

²⁷⁸ Excertos de prontuário, Acervo do MPP.

²⁷⁹ Condenação definitiva, quando não cabe mais recurso.

preenchida com os dados pessoais da recém-chegada. As impressões digitais também eram coletadas e anexas ao prontuário pela ficha datiloscópica. Dois pares de fotografias eram feitos. Um primeiro par no qual a sentenciada portaria seus trajes civis e um segundo par no qual a mesma portaria o uniforme do Presídio. Na sequência, à recém-chegada eram apresentadas algumas dependências do estabelecimento (oficina, pátio interno, enfermaria, refeitório, celas), as regras do presídio eram informadas, um tipo de manual de boa conduta era entregue à interna que já passava por uma entrevista para avaliação e alocação nas classes de instrução e trabalho prisional.

2 - Os uniformes

As vestes das internas eram alvo de constante cuidado e vigilância por parte das freiras que condenavam todo e qualquer tipo de negligência nesse quesito. A fiscalização aplicada pelo olhar das religiosas não focava apenas limpeza e asseio, mas toda a composição do uniforme e a apresentação pessoal de cada uma das internas. Assim, eram exigidos o uso de aventais sobre os uniformes para a realização das limpezas e dos trabalhos e que se mantivesse as vestes abotoadas. Tudo isso somado à obrigatoriedade do uso de peças brancas e à proibição do uso de panos amarrados ou colocados na cabeça²⁸⁰.

²⁸⁰ Manual das Internas. Citado em: Histórico da Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado, 2010.

Figura 18 – Interna em traje civil²⁸¹

O uniforme nos primeiros anos era composto por um vestido longo de estampa quadriculada, duas peças sobre os ombros (uma primeira, diretamente sobre o vestido, era feita do mesmo tecido e estampa do vestido e uma segunda peça de cor clara e lisa), um cinto braco, um gorro, um par de sapatos, meias e vestes menores.

²⁸¹ Acervo do MPP, sem data precisa (provável início da década de 1940).

Figura 19 – Interna em uniforme do estabelecimento²⁸²

Pelo registro fotográfico é possível perceber as alterações dos uniformes, entretanto, ainda, não é possível precisar a data de cada mudança nem os critérios para tal. É certo que o vestuário das internas, tanto no cotidiano prisional quanto em eventos e festividades era elemento de distinção e escolhido com bastante rigor. A apresentação pessoal das internas era critério de avaliação do comportamento das internas

²⁸² Acervo do MPP, sem data precisa (provável início da década de 1940).

Arranjar-se com capricho, estar sempre em estado de apresentar-se convenientemente, limpa, bem penteada, graciosa, gentil em seu porte e maneiras, eis uma arte em que toda a mulher deveria especializar-se²⁸³.

Figura 20 – Internas com uniforme da penitenciária de Tremembé, anos 1960.

3 - Trabalho

O trabalho prisional é praticamente a pedra angular dos projetos penitenciários do mundo ocidental. A partir dele foram elaboradas propostas

²⁸³ Manual das Internas.

arquitetônicas e regimes penais foram definidos. A ocupação do tempo do apenado com algum tipo de trabalho (individual ou coletivo, em regime de silêncio ou não, manual ou fabril) praticamente nasce com a própria penitenciária. A imposição do trabalho aos apenados como recurso para sua ressocialização têm sido amplamente defendido por diretores de presídios, juristas e legisladores do assunto. A imprescindibilidade do recurso ao trabalho como elemento ressocializador foi defendida sob diferentes alegações: rentabilidade financeira (o trabalho penal poderia gerar lucro e com isso custear o tempo de reclusão, evitando assim prejuízos ao Estado); evitar o ócio dos internos (mantê-los ocupados evitaria que tivessem tempo para planejar novos crimes e fugas); contribuir na imposição da disciplina; produzir mão de obra qualificada para quando de sua libertação²⁸⁴.

Inúmeros foram os questionamentos da eficiência e das formas de aplicação do trabalho dentro das penitenciárias. Quanto à sua utilidade, a argumentação de Foucault é reveladora:

A utilidade do trabalho penal? Não é um lucro; nem mesmo a formação de uma habilidade útil, mas a constituição de uma relação de poder, de uma forma econômica vazia, de um esquema da submissão individual e de se ajustamento à um aparelho de produção²⁸⁵.

Quanto às mulheres, desde o século XIX questionava-se se seria possível uma adaptação da “natureza feminina” à institucionalização prisional, ou melhor, à disciplina do trabalho²⁸⁶. Desde as primeiras propostas de criação de uma

²⁸⁴ MELOSSI, Dario & PAVARINI, Massimo. *Cárcere e a fábrica*. As origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX). Rio de Janeiro, Revan, 2006.

²⁸⁵ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. O nascimento da prisão. pp. 204.

²⁸⁶ "Their inability to adapt to institutional life was put down to their 'defective' nature." ZEDNER, Lucia. "Wayward sisters. The prison for women". In: ROTHMAN, D. & MORRIS, Norval. (orgs.) *The Oxford History of the Prison*. The practice of punishment in western society. Oxford, Oxford University Press, 1998.

penitenciária para mulheres no Brasil, reivindicava-se a diferenciação do trabalho prisional aplicado às mulheres em relação ao dos homens. Em artigo publicado no periódico jurídico *Pandectas Brasileiras*, em 1929, Moraes Mello defendia quebrado

A mulher brasileira, já se disse aqui ... e parece-me que com razão, por suas tendências raciais e pela nossa organização social, é *destinada ao lar*: se casada é a companheira afetiva do marido, a quem ajuda mas a quem não substitui²⁸⁷.

Assim, ele seguiu por todo o texto defendendo que o trabalho prisional para mulheres infratoras deveria ser correspondente à sua condição de “alma do lar”, deveria ser vinculado às atividades domésticas para que as internas mantivessem sua vocação feminina e dela não se desabituassem uma vez que era para o espaço doméstico que elas deveriam voltar depois de reabilitadas pela pena.

Mello não estava sozinho em sua defesa. A implementação do trabalho doméstico nas penitenciárias para mulheres era proposta uníssona entre legisladores, penitenciaristas e juristas durante a primeira metade do século XX²⁸⁸. E esse recurso penal não foi exclusividade da justiça penal brasileira. O trabalho prisional doméstico pode ser identificado em prisões norte-americanas e europeias durante o século XIX²⁸⁹ que

Praticamente, procuravam proporcionar às suas internas os tipos de habilidades que as mulheres podem realmente precisar na libertação, tais como limpeza doméstica, cozinhar e lavar roupa²⁹⁰.

²⁸⁷ MORAES MELLO, J. de. “*Penitenciaría para Mulheres*”. In: **Pandectas Brasileiras**. Rio de Janeiro: 1929, vol.6, parte 5, pp 457-60. (grifos nossos)

²⁸⁸ ARTUR, 2016, pp. 117.

²⁸⁹ “Whereas men could generally find rough work whatever their background, women were likely to be looking for domestic service where a good ‘character’ or reference was vital for gaining a position.” In: ZEDNER, 1998.

²⁹⁰ “Practically, it sought to provide its inmates with the sorts of skills that women might actually need on release, such as household cleaning, cooking, and laundering.” In: ZEDNER, 1998.

Tanto no Presídio de Mulheres quanto posteriormente no Presídio Feminino de Tremembé, o trabalho prisional imposto às internas seguiu a demanda do Estado e os preceitos do Bom Pastor. O trabalho doméstico e as atividades gerais de cuidados com uma casa eram o cerne do regime penal definido pelas irmãs. Seguindo a tradição do Bom Pastor, às internas eram atribuídas atividades de lavar, passar, cozinhar, limpar. Alguns pequenos trabalhos manuais eram ensinados às internas, como: bordado, tricô, crochê, pequenas costuras. Anos mais tarde foram instaladas pequenas oficinas com máquinas de costura e o Presídio de Tremembé já nos períodos iniciais contou com essas pequenas oficinas.

Figura 21 – Trabalho prisional no Presídio de Mulheres²⁹¹

²⁹¹ Acervo fotográfico do Museu Penitenciário Paulista/SAP, sem data precisa (provável 1947).

4 - Instrução

A instrução oferecida pelas irmãs do Bom Pastor dentro dos presídios femininos paulistas era bastante elementar. As classes eram organizadas basicamente em torno da alfabetização e o ciclo básico.

Figura 22 – Classe de instrução do ciclo básico, Presídio Feminino de Tremembé²⁹²

Aulas de instrução moral e religiosa também eram oferecidas. As instruções em ambos os presídios paulistas durante a gestão do Bom Pastor eram exclusivamente católicas, sendo vedadas quaisquer outras práticas religiosas e rigorosamente punidas as práticas de religiões afro-brasileiras (ou a macumba como descritas nas fontes²⁹³). As classes de instrução incluíam disciplinas de

²⁹² Acervo fotográfico da Penitenciária "SMEP" de Tremembé, 1965.

²⁹³ "Não será permitido cantos e dansas de macumba, e outras semelhantes." Manual das

economia doméstica, higiene, educação moral e cívica. Mesmo as professoras de educação primária eram contratadas entre os quadros da Congregação do Bom Pastor até meados da década de 1960²⁹⁴.

5 - Crianças e festejos

Além da rotina de acordar cedo para as orações diárias, o trabalho, a instrução, novas orações e recolhimento às celas, foi possível identificar alguma regularidade de eventos extraordinários recheados de elementos exógenos ao que se espera de um cotidiano prisional. Um desses elementos era a recorrente presença de crianças na rotina prisional dos estabelecimentos femininos paulistas administrados pelo Bom Pastor. Tanto o Presídio da capital quanto o de Tremembé possuíam berçários geridos pelas guardas, de modo que o contato entre mães e filhos fosse facilitado.

Pelo regulamento do período, as crianças poderiam ficar em companhia de suas mães dentro dos presídios até a idade de 3 anos

Artigo 6º. A mulher-mãe, recolhida à Seção, poderá ter em sua companhia o filho até a idade de 3 anos.

A administração providenciará o estabelecimento de seção especial para as crianças que podem ficar em companhia das mães e para as que no presídio nascerem, devendo o regulamento facilitar o contato das mães com os filhos tantas vezes quantas sejam necessárias, por dia ou durante a noite, a juízo da direção e do médico²⁹⁵.

Além da existência dos berçários para os menores de 3 anos de idade, a direção do Bom Pastor também organizava festejos que contavam com grande

Internas. Citado em: Histórico da Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado, 2010.

²⁹⁴ ARTUR, 2016, pp. 123.

²⁹⁵ Decreto-lei nº 12.116, de 11 de agosto de 1941.

número de crianças acima dessa idade. De modo geral, as crianças eram filhos mais velhos das internas, filhos das guardas e crianças da comunidade das vizinhanças dos presídios.

Figura 23 – Festa Junina no pátio da Seção Penal em Tremembé²⁹⁶

A festividade retratada acima, por exemplo, contou com inúmeras crianças de idades variadas e foi realizada no pátio interno da seção penal (onde ficam as celas das internas), no presídio de Tremembé em meados da década de 1960. É possível observar as internas no entorno da dança, com chapéus de palha e toda a

²⁹⁶ Acervo fotográfico da "SMEP", sem data precisa (provável, 1965)

decoração do pátio com bandeirolas de papel e ramos de árvores. No centro da imagem é possível identificar a presença de uma jovem figura masculina. A partir disso, é possível perceber a ampla mobilização para a preparação do evento que faz com que ele se estenda para além do próprio evento, tomando e alterando parte da rotina prisional. Interessante notar como um evento de caráter extraordinário pode ser tão revelador a respeito da flexibilidade da rotina da execução penal e, mais ainda, da autonomia decisória das freiras dentro dos presídios.

Figura 24 – Desfile de comemoração cívica²⁹⁷

²⁹⁷ Acervo fotográfico da Penitenciária Feminina “SMEP”, sem data precisa (provável início da

Além das festas que traziam crianças para dentro da penitenciária, outros tipos de eventos eram organizados ao longo de cada ano. Os festejos cívicos dos presídios femininos paulistas costumavam atrair grande público de vizinhos dos estabelecimentos, familiares das internas e das guardas e curiosos de modo geral. Esses festejos mobilizavam as internas que se preparavam para os desfiles e encenações, que participavam dos preparativos e posterior limpeza, além da execução geral das tarefas que eram definidas pelas freiras.

Entre os tipos de eventos e festejos realizados dentro dos presídios e que contava com a presença de público externo podemos elencar: as festas cívicas e os feriados nacionais; encenações e procissões de dias santos; campeonatos e jogos esportivos; as missas dominicais²⁹⁸. Eles ocorriam com certa regularidade e faziam parte de uma agenda de incentivos e moeda de troca por bom comportamento.

6 - Internas

Ao longo de toda a gestão do Bom Pastor nos presídios femininos paulistas, a quantidade de mulheres reclusas nesses estabelecimentos era ínfimo se comparado às reclusões masculinas. Lembremos que no momento da inauguração do Presídio de Mulheres, em 1942, foram recolhidas na penitenciária apenas 7 sentenciadas. Os motivos para tão diminuto número de reclusas podem estar ligados à natureza desse tipo estabelecimento. Voltado exclusivamente para a detenção de infratoras já sentenciadas, o presídio não podia abrigar as provisoriamente detidas. Estas eram mantidas aguardando julgamento ou em cumprimento de pequenas penas (inferiores a 6 meses de detenção) nas casas de detenção e cadeias públicas do interior. Nesse sentido, a quantidade de mulheres detidas nas penitenciárias administradas pelo Bom Pastor não guardam relação direta com a criminalidade registrada pelas detenções policiais, nem com o volume

década de 1960).

²⁹⁸ Havia também os eventos e comemorações que não contavam com convidados exógenos aos presídios. Entre esses contam-se as formaturas das internas, batizados e aniversários.

que chegava aos tribunais. A quantidade de mulheres condenadas em cumprimento de pena nos presídios do estado de São Paulo são o resultado de uma equação bastante complexa entre as apreensões policiais e o veredicto dos tribunais, cujos números podem ser amplamente discrepantes.

No universo de prontuários e registros fotográficos consultados foi possível identificar algumas características das internas desses presídios. Por exemplo, na figura 21 da página 168 deste trabalho, nota-se que não há uma preponderância étnica entre as internas. Naquela imagem de, aproximadamente, 1947, a quantidade de mulheres brancas e negras é praticamente a mesma nos anos iniciais de estabelecimento do Presídio de Mulheres. Entretanto, os registros fotográficos da década de 1960 apresentam uma mudança nesse quadro. É possível notar nas figuras 20 e 22, das páginas 165 e 169 respectivamente, uma leve predominância da presença de mulheres negras entre as internas do Presídio de Tremembé.

A variedade de crimes atribuídos às internas também é grande. Por contas das questões de armazenamento e descarte dos prontuários (descritos no primeiro capítulo) é difícil precisar os números dos crimes atribuídos e tentar traçar identificar algum padrão entre eles. Mesmo assim, é sensível o volume de sentenças por crimes contra a pessoa até meados da década de 1960. Nesse momento, é possível perceber com mais frequência entre os prontuários as condenações por fraudes e crimes contra o patrimônio.

As origens sociais das internas até meados dos anos de 1960 era invariável nos prontuários consultados. As analfabetas, que sabiam ler e escrever ou apenas com instrução primária compunham a ampla maioria das internas nos presídios do estado. Interessante notar o registro da classificação profissional. Mesmo analfabetas nenhuma das internas fora identificada como sem profissão. Em universo de 254 prontuários, 210 classificavam a interna como *Doméstica*. Entre as demais profissões identificadas contam: lavadora, costureira, bailarina, meretriz, operária, funcionárias públicas de níveis estadual e federal, auxiliar de

enfermagem, professora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estabelecimentos que mantinham comunidades de mulheres em reclusão existem há longa data, os conventos e comunidades que reuniam religiosas e leigas são anteriores à Era Moderna e no Brasil existem, ainda que com restrições, desde o período colonial. Leila Mezan argumentou que a prática do enclausuramento de mulheres leigas foi ampliada com as transformações sociais e de mentalidades que convulsionaram a Europa no início da Época Moderna. A autora descreveu o surgimento de alguns conventos femininos em território nacional e tratou também dos recolhimentos para mulheres leigas, mostrando como essas comunidades se organizavam e encontravam alternativas de resistência às restrições da Coroa. Essas instituições, num primeiro momento, podem parecer distantes dos presídios do século XX, entretanto, num olhar mais aproximado sobre a trajetória dessas comunidades é possível perceber que os vínculos são bastante estreitos e que seus percursos estiveram entrelaçadas.

Foi a partir de comunidades desse mesmo tipo que surgiram na Europa as congregações católicas femininas propulsionadoras de amplo movimento de intervenção social e de difusão dos próprios institutos pelo mundo, partindo, principalmente, da França ao longo do século XIX. No Brasil, os efeitos dessa disseminação foram sentidos até meados do XX com o fortalecimento da padronização das práticas religiosas defendidas pelo Ultramontanismo, com a criação de congregações brasileiras, com a ampliação do número de conventos e de religiosos em território nacional, por exemplo.

A trajetória de uma dessas congregações tanto na França quanto alhures está intimamente ligada à trajetória da instituição penitenciária. Como vimos, nesse tocante, as freiras não apareceram somente como prestadoras de serviço, elas interferiram diretamente e por longo período no próprio regime de execução das penas.

A resposta à questão, por que o Estado brasileiro teria escolhido uma congregação religiosa católica para a gestão das penitenciárias femininas (quais os interesses do Estado na contratação das freiras), se coaduna à resposta de uma outra questão: por que as freiras eram uma opção? Ou, qual o interesse da congregação na gestão prisional.

O Bom Pastor ao chegar ao Brasil já dispunha de experiência e reputação na lida com mulheres infratoras, órfãs, ex-prostitutas e penitentes em geral. Tratava-se de uma instituição já amplamente disseminada pelo mundo e de reconhecido poder político, capaz de angariar apoio das comunidades católicas locais e divulgar seu nome e sua obra entre o mais alto escalão das elites políticas dos países onde se instalavam.

Com seu projeto de “recuperar as almas decaídas”, as irmãs do Bom Pastor reproduziram nas penitenciárias femininas paulistas a mesma domesticação das mulheres exercida em seus próprios estabelecimentos. Promoveram a execução de uma verdadeira domesticação do regime de execução penal. Regime esse que, pelo código penal, deveria envolver trabalho e instrução. Nesse tocante, há uma consonante harmonia de interesses uma vez que o Estado, por meio do decreto de criação do Presídio de Mulheres, determinava que o trabalho prisional deveria ser voltado às tarefas domésticas e o projeto do Bom Pastor proclamava o mesmo.

Os argumentos em defesa da aplicação e treinamento das mulheres encarceradas na realização dos serviços domésticos giravam em torno sua libertação futura e o ambiente que frequentariam após deixarem a prisão. Criaturas do lar, para o lar voltariam agora na condição de trabalhadoras. Entretanto, os efeitos do trabalho imposto nas prisões têm sua eficiência muito mais assentada no controle e disciplinarização para um certo direcionamento social do indivíduo do que na garantia de empregabilidade futura. Quanto a isso, cabe destacar o alerta feito pelo sociólogo francês, Michel Foucault

Em sua concepção primitiva o trabalho penal não é o aprendizado deste ou daquele ofício, mas o aprendizado da própria virtude do

trabalho. Trabalhar sem objetivo, trabalhar por trabalhar, deveria dar aos indivíduos a forma ideal do trabalhador²⁹⁹.

No caso das mulheres infratoras encarceradas nas penitenciárias femininas paulistas administradas pelas irmãs do Bom Pastor, a forma ideal da trabalhadora era a doméstica. Forma pré-determinada e definitiva já em sua chegada ao presídio. Ainda que não fosse doméstica, ainda que nunca houvesse intentado ser, seu lugar social já estava definido quando de seu ingresso no presídio e isso o prontuário já denunciava, profissão: doméstica. Com que finalidade? Podemos questionar. Disso temos pistas ainda no alerta de Foucault

Posteriormente, a partir dos anos de 1835-1840, tornou-se claro que não se procurava reeducar os delinquentes, torná-los virtuosos, mas sim agrupá-los num meio bem definido, rotulado, que pudesse ser uma arma com fins econômicos ou políticos. O problema então não era ensinar-lhes alguma coisa, mas ao contrário, não lhes ensinar nada para se estar bem seguro de que nada poderão fazer saindo da prisão. O caráter de inutilidade do trabalho penal que está no começo ligado a um projeto preciso, serve agora a uma outra estratégia³⁰⁰.

Nesse jogo de interesses entre as instituições (religiosa e estatal) as freiras jogavam com o poder da sede, da Igreja e da sociedade. A Congregação também tinha interesse monetário no trabalho para o Estado. Afinal, eram rendimentos mensais e anuais fixos, que permitiam o planejamento dos investimentos internos e a remuneração de seus quadros. Além disso, a lida com mulheres infratoras estava na essência de sua missão religiosa, que lhes garantira reputação e prestígio social³⁰¹. No contrato estabelecido com a Secretaria da Justiça, o Bom Pastor

²⁹⁹ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

³⁰⁰ Idem, p. 76.

³⁰¹ Sobre as condições urbanas para o desenvolvimento da filantropia, ver: ADORNO, Sérgio. "A gestão filantrópica da pobreza urbana." **São Paulo em Perspectiva**, 4 (2): 8-17, abri/jun, 1990. Sobre os interesses políticos e econômicos da disseminação da Caridade Católica, ver: BROWN, Dorothy M. & McKEOWN, Elizabeth. *The Poor Belong to Us*. Catholic Charities and

procurava limitar a interferência externa na comunidade e nos trabalhos que desenvolviam, como era comum entre as congregações femininas e bem nos alertou Leonardi

Por um lado, as congregações, como instituição e com um lugar de poder definido, podiam calcular as relações de força e estabelecer estratégias, capitalizando seus ganhos e desenvolvendo a instituição³⁰².

O olhar, a partir de qualquer dos lados (Estado ou Igreja), isoladamente, não poderia mesmo garantir uma resposta satisfatória para a questão da presença religiosa na administração prisional e nas definições da aplicação da execução penal sobre as mulheres encarceradas em São Paulo. Nem mesmo a somatória simples de fatores responderia à pergunta “por que as freiras?” Somente uma análise da relação entre os pontos de interesse comuns poderiam nos fornecer pistas mais seguras. O modo como os interesses se relacionaram à escolha e à manutenção da Congregação do Bom Pastor nos presídios torna possível uma compreensão que nos levará, necessariamente, ao papel desempenhado pelas religiosas na execução penal. Portanto, uma pesquisa que envolva as instituições prisionais não pode prescindir de considerar que

As prisões são muitas coisas ao mesmo tempo: instituições que representam o poder e a autoridade do Estado; arenas de conflito, negociação e resistência; espaços para a criação de formas subalternas de socialização e cultura; poderosos símbolos de modernidade (ou a ausência dela); artefatos culturais que representam as contradições e tensões que afetam as sociedades; empresas econômicas que buscam manufaturar tanto bens de consumo como eficientes trabalhadores; centros para a produção de

American Welfare.

³⁰² LEONARDI, Paula. *Além dos espelhos*. Histórias, imagens e trabalhos das congregações católicas. São Paulo, Paulinas, 2010.

distintos tipos de conhecimentos sobre as classes populares; e, finalmente, espaços onde amplos segmentos da população vivem parte de suas vidas, formam suas visões de mundo, entrando em negociação e interação com outros indivíduos e com autoridades do Estado³⁰³.

Há que se considerar, portanto, a complexidade de se investigar um tipo de instituição tão obscurecida e multifacetada como são as prisões. O objeto exige um olhar um pouco menos focado em pontos isolados e muito mais nas articulações de fatores diversos e, por vezes, contraditórios. A cada novo estudo, percebe-se que o quanto tais instituições impactam a realidade social e são igualmente impactadas por transformações sociais muito diversas e a isso não cabe à historiografia manter sua omissão. O hiato historiográfico a respeito da presença e atuação feminina nas diversas dimensões da justiça penal é latente e difícil dimensionar dada a complexidade e alcance das diversas relações presentes nos mais variados âmbitos da justiça penal e dado o volume de possibilidades de pesquisa ainda inexploradas. E para concluir, no mapeamento de fontes inéditas, na identificação de sujeitos históricos, no descortinamento de trajetórias institucionais e conformações políticas assentou-se o intento e a confiança de ter-se deixado uma pequena contribuição para ruptura desse quadro de silenciamento e obscurantismo que envolvem as instituições prisionais e seus sujeitos.

³⁰³ AGUIRRE, Carlos. "Cárcere e sociedade na América Latina". In: MAIA, Clarissa N. *História das Prisões no Brasil*. Vol. 1. Rio de Janeiro, Rocco, 2009.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. "A gestão filantrópica da pobreza urbana." **São Paulo em Perspectiva**, 4 (2): 8-17, abri/jun, 1990.

ADORNO, Sérgio. Sistema penitenciário no Brasil: problemas e desafios. *Revista USP*, São Paulo, n. 9, 1991.

ALVAREZ, Marcos. Controle social: notas em torno de uma noção polêmica. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 168-176, 2004.

ANCELET-HUSTACHE, J. *Les sœurs des prisons*. Paris: Grasset, 1935.

ANÔNIMO. *Au soir d'un siècle*. Le Bon-Pasteur d'Angers à Montréal, 1844-1914. Montréal: Monastère du Bon-Pasteur, ano.

_____. *Life of Mother Mary of St. Euphrasia Pelletier*. Foundress and First Superioress-General of The Congregation of Our Lady of Charity of Good Shepherd of Angers. London: Burns & Oates, 1893. v. 1.

_____. *Règles pratiques à l'usage des religieuses de Notre-Damede-Charité du Bon-Pasteur pour la direction des classes*. Angers: Lecoq, 1916.

ARTUR, Angela Teixeira. *Institucionalizando a Punição: as origens do Presídio de Mulheres do estado de São Paulo*. São Paulo: Humanitas: CAPES, 2016. p. 57.

BARSTED, Leila Linhares. Metade vítimas, metade cúmplices? A violência contra as mulheres nas relações conjugais. In: DORA, Denise Dourado (Org.). *Feminino Masculino: igualdade e diferença na justiça*. Porto Alegre: Sulina, 1997.

BAUER, Carlos. *Breve história da mulher no mundo ocidental*. São Paulo: Edições Pulsar, 2001.

BEOZZO, José Oscar. Decadência e Morte, Restauração e Multiplicação das Ordens e Congregações Religiosas no Brasil 1870-1930. In: AZZI, Riolando (Org.). *A Vida Religiosa no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Paulinas, 1983.

BESSE, Susan K. *Restructuring patriarchy: the modernization of gender inequality in Brazil: 1914-1940*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1996.

BIERRENBACH, Maria I. A mulher presa. Textos reunidos. *Revista do ILANUD*, São

Paulo, n. 12, p. 71-83, 1998.

BOCK, Gisela. Challenging Dichotomies: Perspectives on Women's History. In: OFFEN, Karen; PIERSON, Ruth Roach; RENDALL, Jane (Edits.). *Writing Women's History: International Perspectives*. Bloomington: Indiana University Press, 1994. p. -.

BOSWORTH, Mary. Confining femininity: A history of gender, power and imprisonment. *Theoretical Criminology*, London, n. 4, p. 265-284, 2000.

BRASIL. Lei nº 3.274, de 2 de outubro de 1957. Dispõe sobre Normas Gerais do Regime Penitenciário, em conformidade do que estatui o art. 5º, nº XV, letra "b", da Constituição Federal, e amplia as atribuições da Inspetoria Geral Penitenciária. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Rio de Janeiro, DF, 3 out. 1957. Seção 1, p. 23149.

BRESCIANI, Maria Stella M. (Org.). A mulher no espaço público. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, ago./set. 1989.

BRETAS, Marcos Luís. O crime na historiografia brasileira: uma revisão da pesquisa recente. *Boletim informativo bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 35, p. 49-64, 2. sem. 1991.

BROWN, Alyson. *English Society and the Prison: Time, Culture and Politics in the Development of the Modern Prison, 1850-1920*. Woodbridge: Boydell and Brewer, 2003.

BYNUM, Victoria E. *Unruly women: the politics of social and sexual control in the old South*. Chapel Hill: Univ. of North Carolina, 1992.

CAES, André Luiz. *As portas do inferno não prevalecerão: a espiritualidade católica como estratégia política (1872-1916)*. 2002. 218 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2002.

CAIMARI, Lila M. Whose Criminals Are These? Church, State, and Patronatos and the Rehabilitation of Female Convicts (Buenos Aires, 1890-1940). *The Americas*, vol. 54, n. 2, Oct. 1997.

CAMPOS, Ir. Margarida M. *A Congregação do Bom Pastor na Província Sul do Brasil*. Pinceladas Históricas. São Paulo: [s.n.], 1981.

CANCELLI, Elizabeth. *Carandiru: a prisão, o psiquiatra e o preso*. Brasília: UnB,

2005.

_____. *Cultura do crime e da lei*. 1889-1930. Brasília: Humanidades, 2001.

_____. *O mundo da violência*. A polícia da Era Vargas. 2. ed. Brasília: UnB, 1992.

_____. Repressão e controle prisional no Brasil: Prisões Comparadas. *História: Questões e Debates*, Curitiba, n. 42, p. 141-156, 2005.

CARLEN, Pat. *Women's imprisonment: a study in social control*. London: Routledge & Kegan Paul, 1983.

CARLEN, Pat; WORRALL, A. *Analysing Women's Imprisonment*. Cullompton, UK: Willan Publishing, 2004.

CARLIER, Christian. *La prison aux champs*. Les colonies d'enfants délinquents du Nord de la France au XIXème siècle. Paris: 1994. 240 p.

CARVAJAL, Francisca Contreras. Título. Disponível em: <http://www.monumentos.cl/OpenSupport_Monumento/asp/PopUpFicha/ficha_publica.asp?monumento=751>. Acesso em: 18 mar. 2014.

CASTAN, Nicole. Criminosa. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Orgs.). *História das Mulheres no Ocidente*. Do Renascimento à Idade Moderna. v. 3. Porto: Afrontamentos, 1991. p. 96-137.

CEDAW/ONU. *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres*, 1979. Universidade de São Paulo. Comissão de Direitos Humanos. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. www.usp.br 2002.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CESAR, Maria Auxiliadora. *Exílio da vida: o cotidiano de mulheres presidiárias*. Brasília: Thesaurus, 1996.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *Repressão Sexual, essa nossa (des)conhecida*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHRISTIE, Nils. *Crime Control as Industry*. New York: Routledge, 1994.

COHEN, Sherrill. *The evolution of women's asylums since 1500: from refuges for ex-*

prostitutes to shelters for battered women. New York: Oxford University Press, 1992.

CONGREGAÇÃO DE NOSSA SENHORA DA CARIDADE DO BOM PASTOR. *Units and Continental Groupings*. Disponível em: <[http:// www.buonpastoreint.org/where-are-we_109/units-and-continental-groupings_1343](http://www.buonpastoreint.org/where-are-we_109/units-and-continental-groupings_1343)>. Acesso em: 15 jan. 2014.

_____. Província de Bolívia/Chile. *Novidades de la Provincia*. Disponível em: <<http://www.buenpastor.cl/index.php/notas-antiores/62-resena-de-la-presencia-y-paso-de-las-hermanas-del-buen-pastor-en-el-centro-penitenciario-femenino>>. Acesso em: 17 mar 2014.

CORRÊA, Mariza. *Morte em Família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

COTRIM NETO, A. B. Normas gerais do regime penitenciário. Um anteprojeto, sua explicação e um comentário. *R. Inf. Legisl. Brasília*, ano 20, n. 80, p. 235, out./dez. 1983.

CRENSHAW, Kimberle. A construção jurídica da igualdade e da diferença. In: DORA, Denise Dourado. (Org.). *Feminino Masculino: igualdade e diferença na justiça*. Porto Alegre: Sulina, 1997.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. Loucura, Gênero Feminino: As Mulheres no Juquary na São Paulo do início do Século XX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 121-144, ago./set. 1989.

DA MATTA, Roberto. As raízes da violência no Brasil. Reflexões de um antropólogo social. In: BENEVIDES, Maria Victória et al. *A violência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DALY, Kathleen. *Gender, crime, and punishment*. New Haven: Yale Univ., 1994.

DARMON, Pierre. *Médicos e assassinos na Belle Époque: a medicalização do crime*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

DAVIS, Angela; DENT, Gina. A prisão como fronteira: uma conversa sobre gênero, globalizando a punição. *Revista Estudos Feministas* [on-line], Florianópolis, v. 11, n. 2, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2003000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: .

DIAS, Francisco. *A República fechada: as prisões no Brasil*. São Paulo: Ícone, 1990.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 2, p. 373-382, 2. sem. 1994.

_____. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Maria Cristina A. (Orgs.). *Uma questão de Gênero*. Porto Alegre: Rosa dos Ventos, 1992.

DOBASH, Rebecca P. et al. *The imprisonment of women*. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

DORA, Denise Dourado (Org.). *Feminino Masculino: igualdade e diferença na justiça*. Porto Alegre: Sulina, 1997.

DUARTE, Adriano Luiz. *Cidadania e exclusão: Brasil 1937-1945*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1999.

ELIAS, Norbert. *A condição humana*. Lisboa: Difel, s.d.

_____. *O Processo Civilizador*. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. 2 v.

_____. Violence and civilization: the state monopoly of physical violence and its infringement. In: KANE, John (Org.). *Civil society and the state*. [S.l.]: Verbo, 1988.

EUDES, St. Jean. *OEuvres complètes*. [S.l.]: Biblioteca Virtual Eudista. t. 10: Pour les soeurs religieuses de Notre-Dame de Charité. Disponível em: <<http://www.eudistes.org/Ecrits.htm>>. Acesso em: 18 nov. 2013.

FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano*. A criminalidade em São Paulo (1880-1924). 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

FERNÁNDEZ, Josefina. Foucault: ¿Marido o Amante? Algunas tensiones entre Foucault y el feminismo. *Estudos feministas*, Florianópolis, ano 8, p. 126-147, 2. sem. 2000.

FONSECA, Guido. Aspectos da criminalidade na cidade de São Paulo em fins do século XIX. *Arquivos da Polícia Civil*, São Paulo, v. 44, p. 21-33, data.

_____. *Crimes, criminosos e criminalidade em São Paulo (1870-1950)*. São Paulo: Resenha Universitária, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 1996.

_____. *Vigiar e punir*. Nascimento da prisão. 3. ed. Tradução Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1984.

GARLAND, David. *Punishment and Modern Society*. A study in social theory. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

GIORDANI, Annecy Tojeiro. Normas, punições, castigos e a vulnerabilidade as DST-Aids no cotidiano de mulheres detentas. *DST – Jornal Brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 16-21, 2002.

GIORGI, Alessandro de. *A miséria governada através do sistema penal*. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2006.

GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira*. Nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

GOFFMAN, Erving. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GOMEZ, María José Correa. Demandas Penitenciarias. Discusión y Reforma de las Cárceles de Mujeres en Chile (1930-1950). *Historia*, Santiago, v. 1, n. 38, p. 9-30, enero/jun. 2005.

GOUIN, Édouard. *Le Bon-Pasteur et ses oeuvres à Montreal*. Montreal: Institution des sourd-muets, 1916.

GREEN, P.; Ward, T. Violence and the State. *Sistema Penal e Violência*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 1-14, jul./dez. 2010.

GROVES, Nicola L. If Women Want Equality of Opportunity They Can Also Have Equality of Punishment. *Criminal Justice Review*, Atlanta, v. 30, n. 2, p. 207-214, Sept. 2005.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *As classes perigosas*: banditismo urbano e rural. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

HAHNER, June E. *Emancipating the Female Sex*. The Struggle for Women's Rights in Brazil, 1850-1940. Durham: Duke University Press, 1990.

_____. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas*. 1850-1937. São Paulo:

Brasiliense, 1981.

_____. *A mulher no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

HARLOW, Barbara. From the Women's Prison: Third World Women's Narratives of Prison. *Feminist Studies*, College Park, MD, v. 12, n. 3, autumn 1986.

HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto M. (Orgs.) *A Invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOBBSAWM, Eric. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.

JEAMIERE, Abel. *Fundaciones del Buen Pastor em Argentina*. Siglo XIX. Córdoba: Seminario Latinoamericano, 2004.

JONES, Richard S. Coping with Separation: Adaptive Responses of Women Prisoners. *Women and Criminal Justice*, [S.l.], v. 5, n. 1, p. 71-97, 1993.

KILTY, Jennifer M. Criminalizing Women – Past and Present. *Journal of Prisoners on Prisons*, Ottawa, v. 20, n. 1, 2011.

LANGLOIS, Claude. *Catholicisme au féminin*. Les congrégations françaises à supérieure générale au XIX siècle. Paris: Les editions du Cerf, 1994.

LEFORT, Claude. *A invenção democrática: os limites do totalitarismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LEITE, Pe. José. *Santos de cada dia*. Braga: Editorial Apostolado da Oração, 1987.

LEMGRUBER, Julita. *Cemitério dos Vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

LEONARDI, Paula. *Além dos Espelhos*. Memórias, imagens e trabalhos de duas congregações católicas. São Paulo: Paulinas: Fapesp, 2010.

_____. Congregações Católicas Docentes no Estado de São Paulo e a Educação Feminina – Segunda Metade do Século XIX. In: Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 6., 2006, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2006. p. 1255-1265.

_____. Vestígios de um lugar próprio: religiosas francesas no Brasil. In: REVER

LIMA, Elça M. *Origens da Prisão Feminina no Rio de Janeiro*. O Período das Freiras (1942-1955). Rio de Janeiro: OAB/RJ, 1983.

LIRA, Roberto. *Comentários ao Código Penal*. Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Rio de Janeiro: Edição Revista Forense, 1942. p. 99.

LLOYD, Ann. *Doubly Deviant, Doubly Damned*. Society's Treatment of Violent Women. London: Penguin Books, 1995.

LOMBARDI, José Claudinei (Org.). *Navegando na história da educação brasileira*. Campinas: HISTEDBR, 2006. CD-ROM. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_ultramontanismo.htm>. Acesso em: 16 jul. 2014.

LYRA, Roberto. *Comentários*. Novo Código Penal. Rio de Janeiro: 1943.

MACHADO, Roberto et al. *Da (n)ação da norma*. Medicina social e constituição da Psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MAFFESOLI, Michel. *A lógica da dominação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MAIA, Clarissa Nunes; SÁ NETO, Flávio de; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (Orgs.). *História das Prisões no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. 2 v.

MANN, Coramae R. *When Women Kill*. New York: State University of New York, 1996.

MARTINS, Dora. A mulher no sistema carcerário. *Jornal Juízes para a Democracia*, São Paulo, ano 5, n. 25, jul./set. 2001.

MATTEWS, Roger; Francis, Peter (Eds.). *Prisons 2000: An International Perspective on the Current State and Future of Imprisonment*. London: Macmillan Press, 1996.

MATTOS, Selma Rinaldi. *Ordenar, civilizar e instituir*. Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/historia/hist07a.htm>>. Acesso em: data.

McCONVILLE, Seán. *A History of English Prison Administration: Volume 1 – 1750-1877*. London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

MEIRELLES, José Ricardo. A mulher infratora na visão do ministério público, do judiciário e no sistema penitenciário. *Saúde, Ética & Justiça*, São Paulo, n. 10, p. 58-59, 2005.

MELLO, Marcelo Pereira. A Casa de Detenção da Corte e o Perfil das Mulheres Presas no Brasil Durante o Século XIX. *Revista Gênero*, Niterói, v. 2, n. 1, p. 31-48, 2. sem. 2001.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. *Cárcere e fábrica*. As origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX). Rio de Janeiro: Revan, 2006.

MELOY, Michelle. *Criminal Women*. Disponível em: <<http://www.asc41.com/www.2003.papc.htm>>. Acesso em: data.

MENDONÇA, Mary Eunice. *Violência Social na cidade de São Paulo*. 1917-1930. 1981. 210 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

MENEZES, Lená Medeiros. *Indesejáveis*: Desclassificados da Modernidade. Protesto, crime e expulsão na capital federal (1890-1930). 1994. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

MONTANO, Elza Eliana Lisbôa. *Mulheres delinquentes*: uma longa caminhada até a Casa Rosa – Contexto de ressocialização e carreira desviante. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

MOORE JR., Barrington. *Injustiça*: As bases sociais da obediência e da revolta. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MORRIS, Allison. *Women, crime and criminal justice*. Oxford: B. Blackwell, 1987.

MUAKAD, Irene Batista. *Delinqüência feminina*. São Paulo: [s.n.], 1972.

_____. *Prisão Albergue*. São Paulo: Cortez, 1990.

MUSUMECI, Bárbara. Mulher e Violência no Sistema de Justiça Criminal. *Trabalho e Sociedade*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 3-8, dez. 2001.

NAFFINE, Ngaire. *Feminism and criminology*. Philadelphia: Temple University Press, 1996.

NEDER, Gislene. *Criminalidade, justiça e constituição do mercado de trabalho no Brasil*. 1890- 1927. 1986. 394 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

NUNES, M. J. F. Rosado. Prática político-religiosa das congregações femininas no Brasil – uma abordagem histórico-social. In: AZZI, Rioldo; BEOZZO, José Oscar (Orgs.). *Os Religiosos no Brasil*. Enfoques Históricos. São Paulo: Edições Paulinas, 1986.

OLIVEIRA, Marina Marigo Cardoso. *A religião nos presídios*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978. (Série Estudos Penitenciários).

PAIXÃO, Luiz Antonio. *Recuperar ou Punir?* Como o Estado trata o criminoso. São Paulo: Cortez, 1991.

PÉCARD, M; LAUGIER, O. *La mission apostolique du Bon-Pasteur*. Recherches historiques. Angers: Centre Spirituel Maison-Mère Bon-Pasteur, 1994. 4 Vols.

PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1994.

_____. *Mulheres Públicas*. São Paulo: Unesp, 1998.

PELLETIER, Mother Mary of St. Euphrasia. *Conferences and Instructions*. London, [s.n] 1907. Traduzido e compilado do Francês para o Inglês em 1895.

PERROT, Michelle (Org.). *L'impossible prison*. Recherches sur le system pénitentiaire au XIX siècle reunites par Michelle Perrot. Débat avec Michel Foucault. Paris: Éditions du Seuil, 1980.

_____. Práticas da Memória Feminina. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 9-18, ago./set. 1989.

_____. *Os excluídos da história: Operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 4, p. 9-28, 1995.

PERRUCCI, Maud Frajoso de Albuquerque. *Mulheres encarceradas*. São Paulo: Global, 1983.

PETIT, Guy. *Ces peines obscures*. La prison pénale en France (1780-1875). Paris: Fayard, 1990.

PIMENTEL, Pedro Manoel. *Prisões Fechadas Prisões Abertas*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1977.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PINTO, Rute Bernardo. *Mulheres no Sistema Penitenciário: Criminalidade, Punição e Gênero*. Marília. 2004. 181 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2004.

POLLAK, Otto. *The Criminality of Women*. New York: A. S. Barnes, 1961.

POSADA, Blanca Inés; MONTROYA, Martha Parra (Orgs.). *Creciendo en el Espíritu del Buen Pastor*. Manizales: Asociación Colombiana de Laico del Buen Pastor, 2011. v. 1: Identidad y pertenencia. (Colección Laicos, semilla de Evangelización).

RAFTER, Nicole Hahn. Gender, Prisons, and Prison History. *Social Science History*, Durham, v. 9, n. 3, summer 1985.

RESENDE, Irmã Maria Geralda. *Memórias da Fundação do Bom Pastor no Brasil (1867-2004)*. Valparaíso: [s.n.], 2014.

ROIG, Rodrigo Duque Estrada. *Direito e prática histórica da execução penal no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

ROTHMAN, David. *The birth of the Asylum*. New York: Garland, 1971.

ROUDINESCO, Elisabeth. *A análise e o arquivo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

SAFFIOTTI, Heleith I.B. *A mulher na sociedade de classes*. São Paulo, Vozes, 1976.

_____. *O poder do Macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SALLA, Fernando. *As prisões em São Paulo: 1822-1940*. São Paulo: Annablume, 1999.

SANTOS, Rosangela H. *Mulher: corpo e alma atrás das grades*. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2002.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 180, de 16 de agosto de 1972. Dispõe sobre a criação de uma seção especial, anexa ao Presídio de Mulheres desta Capital.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 2.359, de 4 de setembro de 1973. Modifica a

denominação de estabelecimento penal.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 13.412, de 13 de março de 1979. Transforma o Departamento dos Institutos Penais do Estado em Coordenadoria dos estabelecimentos Penitenciários do Estado, dispõe sobre sua organização e dá providências correlatas. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, Poder Executivo, São Paulo, 14 mar. 1979, p. 6.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 42.446, de 9 de setembro de 1963. Aprova o Regulamento do Departamento dos Institutos Penais do Estado e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, Poder Executivo, São Paulo, 10 set. 1963, p. 2.

SÃO PAULO (Estado). Decreto-Lei nº 12.116 de 11 de agosto de 1941. Dispõe sobre a criação do "Presídio de Mulheres". *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, Poder Executivo, São Paulo, 14 ago. 1941, p. 1. Artigo 2º (grifo nosso).

SÃO PAULO (Estado). Decreto-lei nº 13.298, de 7 de abril de 1943. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, Poder Executivo, São Paulo, 8 abr. 1943, p. 1.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 5.380, de 26 de junho de 1959. Dispõe sobre a estruturação do Departamento dos Institutos Penais do Estado e da outras providências. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, Poder Executivo, São Paulo, 27 jun. 1959, p. 3.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Administração Penitenciária. Regimento Interno do Comitê de Ética da Secretaria da Administração Penitenciária. São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.sap.sp.gov.br/download_files/pdf_files/comite_de_etica_em_pesquisa_SAP/Regimento%20Interno%20CEP-SAP.pdf. Acesso em: 15 dez. 2013.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Justiça e Negócios do Interior. Termo de Contrato de 12 de junho de 1946. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, Poder Judiciário, São Paulo, 13 jun. 1946.

SCOTT, Joan W. *Gender and the politics of History*. New York: Columbia University Press, 1988.

_____. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Recife: SOS corpo, 1991.

SHAPIRO, Ann-Louise. *Breaking the codes: female criminality in fin-de-siècle Paris*. Stanford: Stanford University Press, 1996.

SILVA, Janaína C. S. da. *Mulheres Infratoras*. Formas de sobrevivência e

criminalidade: uma tentativa de vislumbrar as mulheres na cidade de São Paulo (1890-1920). 2004. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SILVA, M. Odila Dias da. Teorias de Métodos dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Maria Cristina A. (Orgs.). *Uma questão de Gênero*. Porto Alegre: Rosa dos Ventos, 1992. p. 40.

SILVA, Marina Albuquerque. *Nos Territórios da Desordem: as desordens femininas na ordem da delinquência*. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

SISTERS OF OUR LADY OF CHARITY OF THE GOOD SHEPHERD. *Rules of St. Agostin and the Constitutions for the Religious of The Congregation of Our Lady of Charity of the Good Shepherd of Angers*. [S.l.: s.n.], 1890. (Publicado originalmente em 1836).

SMART, Carol. *Women, crime, and criminology: a feminist critique*. London: Routledge, 1976.

SOARES, Bárbara M. *Prisioneiras: vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SOIHET, Rachel. *Condição Feminina e Formas de Violência*. Mulheres pobres e ordem urbana. 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

_____. *História das Mulheres*. In: CARDOSO, C.; VAINFAS, R. (Orgs.). *Domínios da História*. Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 277 p.

_____. História das mulheres e história de gênero. Um depoimento. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, p. 77-87, 1998.

_____. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORI, Mary L. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 362-400.

SOUZA, Luís Antônio. *A Polícia civil e a ordem social em São Paulo, na Primeira República*. 1993. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

SPARKS, Richard; BOTTOMS, Anthony; HAY, Will. *Prisons and the Problem of the Order*. Oxford: Clarendon Press, 1996.

STRIMELLE, Véronique. *La gestion de la déviance des filles et les institutions du Bon-Pasteur à Montréal (1869-1912)*. 1998. Thèse (Doctorat en Criminologie), Université de Montréal, Montréal, 1998.

_____. La gestion de la déviance des filles à Montréal au XIXe siècle. Les institutions du Bon-Pasteur d'Angers (1869-1912). *Revue d'histoire de l'enfance "irrégulière"*, [s.l.], n 5, p. 64, 2003. Disponível em: <<http://rhei.revues.org/905>>. Acesso em: 18 out. 2012.

TEIXEIRA, Alessandra. *Do sujeito de direito ao estado de exceção: o percurso contemporâneo do sistema penitenciário brasileiro*. 2006. 174 f. Dissertação de (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

TENAILLEAU, Père B. *St. Mary Euphrasia and The fundation of Magdalenes: the crowning work of the Good Shepherd*. Angers: [s.n], 1991.

TÉTARD, Françoise; DUMAS, Claire. *Les Filles de Justice*. Du Bon-Pasteur à l'éducation surveillée (XIXe-XXe siècle). Paris: Beauchesne: ENPJJ, 2009.

THOMPSON, Augusto. *Quem são os criminosos?* Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 3, p. 29-62, 1994.

UNITED STATES BUREAU OF PRISONS. *Handbook of Correctional Institution Design and Construction*. [S.l.: s.n.], 1949.

VERMEERSCH, A. Religious Life. In: THE ORIGINAL Catholic Encyclopedia. [S.l.]: Encyclopedia Press, 1913. Disponível em: <http://oce.catholic.com/index.php?title=Religious_Life>. Acesso em: 21 jun. 2014.

VOEGELI, Carla Maria Petersen Herrlein. *Criminalidade e violência no mundo feminino*. Curitiba: Juruá, 2003.

WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria – Do Estado providência ao Estado penitência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WHITAKER, Dulce. *Mulher & homem: o mito da desigualdade*. São Paulo: Moderna, 1988.

WILLIAMS, Brackette F. (Ed.). *Women out of place: the gender of agency and the race of nationality*. New York: Routledge, 1996.

WOLFF, Maria Palma. *Mulheres e prisão: a experiência do Observatório de Direitos Humanos da Penitenciária Feminina Madre Pelletier*. Porto Alegre: Editora Dom Quixote, 2007.

WORRALL, Anne; GELSTHORPE, Loraine. What Works With Women Offenders: The past 30 years. *Probation Journal* – The Journal of Community and Criminal Justice, v. 56, 2009.

YOUNG, Jock. *A sociedade excludente*. Exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2002.

ANEXO – A

Diário Oficial do Estado de São Paulo – 07.08.1940 – P.8

RESOLUÇÃO N. 1.717, DE 1940

Aprova, com emenda, projeto de decreto-lei da INTERVENTORIA FEDERAL, que dispõe sobre a abertura, à Secretaria da Justiça e Negócios do Interior, dum crédito especial de 1.000:000\$000.

O Departamento Administrativo do Estado de São Paulo, em sessão de 2 de agosto de 1940, adotou a seguinte RESOLUÇÃO:

- É aprovado, com emenda e nos termos abaixo, o projeto de decreto-lei de 20 de junho de 1940, da Interventoria Federal, a saber:

O Interventor Federal no Estado de São Paulo, usando de suas atribuições, de conformidade com o art. 6.º, n. IV, do decreto-lei n. 1.202, de 8 de abril de 1939, e nos termos da Resolução n. 1.716, de 1940, do Departamento Administrativo do Estado,

Decreta

Artigo 1.º – Fica aberto, no Tesouro do Estado, à Secretaria de Justiça e Negócios do Interior, o crédito especial da importância de rs. 1.000:000\$000 (mil contos de réis), destinado a ocorrer ao pagamento de despesas com diversas obras complementares da Penitenciária do Estado e Colônia Agrícola de Taubaté, a saber:

- a) – ampliação da Colônia Agrícola de Taubaté, inclusive construções e instalações.. .. 550:000\$000
- b) – ampliação do Hospital do Presídio Central com o aumento de 74 celas.. .. 300:000\$000

c) – adaptação do atual prédio de residência do Diretor Geral em Prisão para Mulheres e construção de nova residência para esse Diretor
150:000\$000

Parágrafo único – Ficam autorizadas as convenientes operações de crédito para a obtenção dos recursos necessários às despesas a que se refere este artigo.

Artigo 2.º – Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 3 de agosto de 1940.

Golfredo T. Da Silva Telles – Presidente

A. P. De Aguiar Whitaker – Relator.

Publicada na Secretaria do Departamento Administrativo do Estado, em 6 de agosto de 1940.

Alvaro Martins Ferreira – Diretor Geral

ANEXO – B

DECRETO-LEI N.12.116, DE 11 DE AGOSTO DE 1941

Dispõe sobre a criação do “Presídio de Mulheres”

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições, de conformidade com o art. 6.º n. IV, do decreto-lei federal n. 1.202, de 8 de abril de 1939, e nos termos da Resolução n. 893, de 1941, do Departamento Administrativo do Estado,

Decreta:

Artigo 1.º – É criada junto a Penitenciária do Estado e sujeita às leis e regulamentos em vigor, no que lhe for aplicável, uma Secção destinada ao "Presídio de Mulheres", subordinada à administração daquele estabelecimento.

Parágrafo único – Na Secção de que trata este artigo – instalada em imóvel situado nos terrenos da Penitenciária, especialmente adaptado – somente serão recolhidas mulheres definitivamente condenadas.

Artigo 2.º – As Subdiretorias da Penitenciária, de acordo com as instruções a serem baixadas pela respectiva Diretoria Geral, prestarão ao “Presídio de Mulheres” todos os serviços de que este necessitar.

Artigo 3.º – O pessoal necessário para o desempenho de todas as funções e serviços internos da nova Secção, será constituído por mulheres, devidamente habilitadas, - e contratadas segundo as necessidades – até o máximo de quinze (15).

§ 1.º – Será contratada igualmente uma professora de educação moral e cívica.

§ 2.º – Os vencimentos do pessoal contratado serão os da tabela anexa pela verba n. 137, consignação n. 2, - Pessoal Variável – do orçamento vigente.

Artigo 4.º – As internações, remoções e saídas de sentenciadas na secção que ora se cria são regidas pelos dispositivos legais em vigor e deverão preceder sempre de autorização do Juízo competente.

Artigo 5.º – Os métodos educativos e de trabalho empregados na Secção serão os mesmos em vigor na Penitenciária, com as atenuações e modificações que forem recomendáveis. Serão de preferência estabelecidas oficinas de costura, lavanderia e engomagem de roupas, não somente destinadas a servir o estabelecimento como a particulares e a outras repartições oficiais.

Artigo 6.º – A mulher-mãe recolhida à Secção poderá ter em sua companhia o filho até a idade de três anos.

A Administração providenciará o estabelecimento de secção especial para as crianças que podem ficar em companhia das mães e para as que no Presídio nascerem, devendo o regulamento facilitar o contacto das mães com os filhos tantas vezes quantas sejam necessários por dia ou durante a noite, a juízo da direção e do médico.

Artigo 7.º – É proibido facilitar-se a quem quer que seja por ocasião da retirada do estabelecimento, quaisquer notas ou fotografias relativas a egressas do Presídio, devendo ser evitada toda e qualquer publicidade, especialmente a que possa acarretar para elas a curiosidade e o desprezo público.

Artigo 8.º – À egressa que tiver de deixar o Presídio assegurará à administração o vestuário necessário, salvo quando ela própria dispensar o auxílio oficial.

Artigo 9.º – Sempre que a condenada estiver para ser restituída à liberdade, a administração – se ela dele necessitar – providenciará para que obtenha um emprego e a recomendará de acordo com os seus antecedentes no estabelecimento.

Artigo 10. – As despesas com a execução do presente decreto-lei neste

exercício correrão pelas verbas atribuídas á Penitenciária do Estado no orçamento vigente e pelo crédito suplementar que for oportunamente aberto.

Artigo 11. – Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 11 de agosto de 1941.

FERNANDO COSTA

Aberlardo Vergueiro Cesar

Coriolano de Góes

Publicado na Secretaria de Estado da Justiça e Negócios do Interior, aos 11 de agosto de 1941.

Fabio Egydio de O. Carvalho, Diretor Geral

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 11 de agosto de 1941.

ANEXO – C

Termo de Contrato de 12 de junho de 1946

Termo de contrato que assinam a Secretaria da Justiça e Negócios do Interior, pelo Departamento de Presídios do Estado, e a Congregação de Nossa Senhora de Caridade do Bom Pastor de Angers com o fim de estabelecer as condições segundo as quais esta Congregação de Religiosas toma a seu cargo o Presídio de Mulheres.

Aos doze (12) dias do mês de junho de mil novecentos e quarenta e seis, na Secretaria da Justiça e Negócios do Interior, perante o exmo. sr. dr. Edgard Baptista Ferreira, Secretário do Governo, designado para responder pelo expediente desta Secretaria, e os srs. dr. Fabio Egydio de Oliveira Carvalho, Diretor Geral da mesma Secretaria e dr. Antônio de Queiroz Filho, Diretor Geral do Departamento de Presídios do Estado, compareceu a irmã Maria Matilde do Santíssimo Sacramento Batista de Oliveira, representando a Congregação de Nossa Senhora de Caridade do Bom Pastor de Angers, a fim de assinarem o presente contrato pelo qual, em conformidade com as cláusulas adiante especificadas, assume a obrigação de dirigir o Presídio de Mulheres, dependência do Departamento de Presídios do Estado, situado em terrenos da Penitenciária do Estado à Avenida Carandirú, nesta Capital.

1) – Mediante a gratificação mensal de cinco mil e seiscentos e cinquenta cruzeiros (Cr\$......5.650,00), que será paga pelo item 410 do orçamento da Penitenciária do Estado, por sub-empenhos globais que serão feitos mensalmente, e sem descontos, a Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor de Angers se obriga a dirigir o Presídio de Mulheres:

2) – Para o fim constante da cláusula anterior, a Congregação manterá no Presídio de Mulheres nove (9) irmãs, no mínimo, para desempenho das

tarefas de administração, vigilância das reclusas e execução do regime presidiário, bem como das demais atribuições relacionadas com a ordem, disciplina e finalidade daquele instituto penal;

3) – A Congregação dirigente do Presídio de Mulheres competirá:

- a) – Receber as sentenciadas enviadas pelas autoridades competentes. Porém, devido à falta de instalações apropriadas e de serviços especializados, o Presídio de Mulheres não receberá sentenciadas acompanhadas de crianças ou as que se encontrem em estado de gravidez;
- b) – Manter em ordem os livros e os assentamentos relativos às sentenciadas;
- c) – Apresentar estatísticas mensalmente, a Diretoria Geral do Departamento de Presídios, relativamente as entradas e saídas de sentenciadas;
- d) – Trabalhar pelo progresso moral e instrução doméstica das sentenciadas entregues aos seus cuidados;
- e) – Permitir visitas às reclusas, uma vez por mês no início da internação, ficando a Juízo da irmã superiora amiudar a permissão de visitas, tendo em vista o bom comportamento e os índices de reeducação que cada detenta apresentar;
- f) – Assistir e cuidar das sentenciadas enfermas, cumprindo as prescrições do médico destacado para servir no Presídio, e solicitando à Diretoria Geral do Departamento de Presídios o afastamento das que forem acometidas de moléstias contagiosas;
- g) – Encarregar-se da administração interna, ordem, asseio e economia do Presídio e dar a cada uma das reclusas trabalho adequado, tendo em vista as conveniências de idade, aptidão, educação e saúde das mesmas;
- h) – Solicitar por escrito à Diretoria Geral do Departamento de Presídios do Estado o fornecimento de gêneros, remédios e demais artigos necessários;
- i) – Organizar e manter em dia os assentamentos do Presídio, comunicando

à Diretoria Geral todas as ocorrências verificadas no Reformatório;

j) – Apresentar, anualmente, à Diretoria Geral, relatório circunstanciado em todos os trabalhos realizados no Presídio;

4) – A Secretaria de Justiça e Negócios do Interior, por sua vez, através do Departamento de Presídios do Estado, se obriga a:

a) – Fornecer às religiosas da Congregação de Nossa Senhora de Caridade do Bom Pastor de Angers, prédio para residência das mesmas e adequado ao Reformatório;

b) – Custear a alimentação das religiosas e sentenciadas como também fornecer vestuário a estas últimas;

c) – Fornecer luz, água, gás, serviços médicos e odontológicos, farmácia, e todo o material para isso necessário;

d) – Confiar, permanentemente, as chaves do Presídio de Mulheres a irmã Superiora;

e) – Em caso de morte, fazer as despesas de enterro das religiosas e presidiária;

f) – Dar assistência religiosa a Congregação e as detentas, designando para isso um capelão;

g) – Processar mensalmente sub-empenhos da importância mencionada na cláusula 1 para atender a retribuição a que tem direito a Congregação pelos serviços constantes deste contrato;

h) – Manter o serviço de vigilância externa do presídio;

i) – Solucionar, ouvida a Diretoria Geral do Departamento de Presídios e a Congregação, os casos omissos, neste contrato;

j) – Manter no Presídio uma serviçal leiga para os serviços que lhe forem designados pela Congregação;

5) – Em caso de necessidade, mediante proposta da Diretoria Geral do Departamento de Presídios e reforço da verba apropriada, o número de irmãs que prestam serviços no Presídio de Mulheres, poderá ser aumentado

até o máximo de quinze, aumentando-se, em proporção a retribuição devida pelo Estado;

6) – Pode a Diretoria Geral do Departamento de Presídios examinar o tratamento penal a que ficam sujeitas as reclusas no Presídio de Mulheres e, mediante ordens escritas ou portarias, estabelecer diretrizes a respeito. Nada mais, lido e achado conforme, e o presente contrato lavrado por mim, encerrando-se este termo que vai assinado pelas partes interessadas. Eu, Caio Ribas, funcionário classe “G” da 1.a Secção da Contabilidade, o escrevi. E eu, José Timotheo Borges, Diretor Substituto, o subscrevi.

(aa) Edgard Baptista Pereira

Fábio Egydio de O. Carvalho

Antonio de Queiroz Filho

Sor Maria Matilde do S.S. Sacramento Batista de Oliveira

Testemunhas: (aa) Maria Leal de Carvalho Alegrete Danon.

Copiado fielmente do original, por mim, Etelvina M. Dutra, funcionário classe “F”, da 1.a Secção da Diretoria da Contabilidade, em 14 de junho de 1945.

ANEXO – D

DECRETO N. 40.905, DE 15 DE OUTUBRO DE 1962

Dispõe sobre criação do Presídio Feminino de Tremembé

CARLOS ALBERTO A. DE CARVALHO PINTO, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1.º Fica criado, na Secretaria da Justiça e Negócios do Interior, diretamente subordinado ao Departamento dos Institutos Penais do Estado, o Presídio Feminino de Tremembé.

Artigo 2.º O estabelecimento penitenciário referido no artigo 1.º destina-se ao recolhimento de mulheres condenadas ao cumprimento das penas de reclusão e de detenção, assim como das medidas de segurança.

Artigo 3.º A direção do estabelecimento será entregue à Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor de Angers, e o pessoal administrativo admitido para os serviços internos, inclusive guardas para a vigilância, será constituído exclusivamente por servidores do sexo feminino.

Artigo 4.º Dentro de 60 (sessenta) dias será baixado o Regimento Interno do Presídio Feminino de Tremembé, com aprovação do Secretário da Justiça, o qual regulará o seu funcionamento, devendo ser, dentro de 120 (cento e vinte) dias, enviado ao Poder Legislativo projeto de lei dando estrutura legal ao novo Instituto.

Artigo 5.º Fica facultado ao Diretor Geral do Departamento dos Institutos Penais do Estado designar funcionários daquele Departamento para prestar assistência técnica e administrativa na fase de instalação e início de funcionamento do Presídio.

Artigo 6.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 15 de Outubro de 1962.

CARLOS ALBERTO A. DE CARVALHO PINTO

Justino Maria Pinheiro

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do
Governo, aos 15 de Outubro de 1962.

Fioravante Zampol, Diretor Geral

ANEXO – E

DECRETO N. 180, DE 16 DE AGOSTO DE 1972

Dispõe sobre a criação de uma seção especial, anexa ao Presídio de Mulheres desta Capital

LAUDO NATEL, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1.º Fica criada, anexa ao Presídio de Mulheres, uma seção especial destinada à guarda das mulheres que estejam sendo processadas nesta Capital e submetidas a prisão provisória.

Artigo 2.º A seção de que trata o artigo anterior subordinar-se-á, técnica e administrativamente, à Diretoria Geral do Departamento dos Institutos Penais do Estado e funcionará, temporariamente no prédio localizado à Av. Ataliba Leonel, esquina da rua Carajás, de propriedade do Estado.

Artigo 3.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 16 de agosto de 1972.

LAUDO NATEL

Oswaldo Müller da Silva, Secretário da Justiça

Publicado na Casa Civil, aos 16 de agosto de 1972.

Maria Angélica Galiuzzi, Responsável pelo S. N. A.

ANEXO – F

DECRETO N. 2.359, DE 4 DE SETEMBRO DE 1973

Modifica a denominação de estabelecimento penal

LAUDO NATEL, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Artigo 89, da Lei n. 9.717, de 30 de Janeiro de 1967,

Decreta:

Artigo 1.º O "Presídio de Mulheres" de que trata a Lei n. 5.380, de 26 de junho de 1959, passa a denominar-se "Penitenciária Feminina da Capital".

Artigo 2.º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 4 de setembro de 1973.

LAUDO NATEL

Oswaldo Muller da Silva, Secretário da Justiça

Publicado na Casa Civil, aos 4 de setembro de 1973.

Maria Angélica Galiuzzi, Responsável pelo S.N.A.

ANEXO – G

DECRETO N. 11.100, DE 18 DE JANEIRO DE 1978

Da a denominação de «Santa Maria Eufrásia Pelletier», à Penitenciária Feminina de Tremembé

PAULO EGYDIO MARTINS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1.º Passa a denominar-se «Santa Maria Eufrásia Pelletier» a Penitenciária Feminina de Tremembé.

Artigo 2.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 18 de janeiro de 1978.

PAULO EGYDIO MARTINS

Manoel Pedro Pimentel, Secretário da Justiça

Publicado na Secretaria do Governo, aos 18 de janeiro de 1978.

Maria Angélica Galiuzzi, Diretora da Divisão de Atos Oficiais

ANEXO H

LISTA DAS MADRES SUPERIORAS DE ANGERS

- Marie de Sainte-Euphrasie Pelletier, 1835-1868
- Marie de Saint-Pierre de Coudenhove, 1868-1892
- Marie-Marine Verger, 1892-1905
- Marie-Domitille Larose, 1905-1928
- Marie de Saint-Jean-de-la-Croix Balzer, 1928-1940
- Marie de Sainte-Ursule Jung, 1940-1960
- Marie de Saint-Thomas-d'Aquin Lee, 1960-1973
- Marie-Bernadette Fox, 1973-1985
- Marie-Gemma Cadena, 1985-1991
- Marie-Liliane Tauvette, depuis 1991

ANEXO I

26 JUIN 1852

Traité passé entre l'administration et M. M. Euphrasie Pelletier

Préfecture du Département de Maine & Loire

Nous prpefet de Maine et Loire,

VU les circulaires Ministérielles des 3 Décembre 1832, 7 Décembre 1840 et 16 Juillet 1841, concernant le placement en apprentissage des enfants condamnées par application de l'article 66 du Code pénal.

VU la lettre du 5 de ce mois, par laquelle Mr. le Ministre de l'Intérieur nous invite à lui soumettre un projet de traité pour le placement des jeunes détenues du sexe féminin dans la Communauté du Bon-Pasteur d'Angers.

VU la lettre par laquelle Madame la Supérieure de cet Etablissement nous fait connaître sur quelles bases elle est disposée à traiter avec l'administration.

Avons arreté les conditions suivantes:

Article premiere – Mme la Supérieure du Bon Pastor d'Angers s'engage à recevoir dans cet établissement les jeunes filles du Département de Maine-et-Loire qui auront été condamnées par application de l'article 66 du Code pénal.

Article deux – Elles resteront dans cette maison jusqu'à l'époque fixée par le jugement; Mme la Supérieure prend l'engagement de les faire surveiller de manière à empêcher leur évasion.

Article Trois – Les jeunes détenues seront élevées dans les principes religieux sans cependant être soumises à la règle de la Communauté si elle était trop sévère pour leur âge. On leur apprendra à lire, à écrire et à compter, indépendamment du métier que Mr. le Ministre de l'Intérieur aura décidé devoir

leur être enseigné.

Article quatre – Elles seront séparées des filles et femmes qui, après avoir mené une mauvaise vie, se retirent au Bon Pasteur et dans le cas où elles seraient destinées aux travaux des champs et conduites dans les fermes que possède la Communauté aux environs d'Angers. On s'abstiendra autant que possible, de les mettre en communication avec le personnel d'un autre sexe, et, dans tous les cas, elles devront toujours être accompagnées d'une sœur appartenant à l'Etablissement.

Article cinq – Le prix de journée à payer à la Communauté du Bon Pasteur, pour chaque détenue, est de soixant centimes par jour, payable par trimestre. Moyennant cette indemnité, Madame la Supérieure du Bon Pasteur prend l'engagement de les loger, nourrir, habiller, blanchir, soigner en cas de maladie, et, en outre, après l'expiration de leur jugement de les garder dans la maison; sans rétribution aucune, aussi longtemps qu'elles le désireront ou de s'occuper de leur placement.

Article Six - Chaque jeune détenue rendue à la liberté après avoir entièrement satisfait à son Jugement de condamnation recevra de la maison du Bon Pasteur, si elle est demeurée plus de deux ans, un habillement complet et convenable à la saison; si elle est demeurée plus de trois ans, la Communauté pourvoira en outre, aux frais de la route qu'elle aura à faire, pour se rendre soit près des personnes qui auront consenti à les prendre sous leur patronage.

Article sept – Le Préfet se réserve le droit de visiter quand bon lui semblera ou de faire visiter par des personnes de son choix les jeunes détenues, pour assurer qu'elles sont bien observées. En cas de plaintes reconnues fondées ou d'inexécution des clauses stipulées ci-dessus, le présent traité pourra être déclaré nul; en outre l'administration demeurera toujours libre de retirer les jeunes détenues pour les transférer dans un autre quartier d'éducation correctionnelle, si leurs mauvais penchants ou leur conduite rendent cette mesure nécessaire, de même qu'elle pourra les faire rendre à leurs parents avant l'époque fixée pour leur libération si elle le juge à propos.

Article huit – Le présent traité sera soumis à l'approbation de Monsieur le Ministre de l'intérieur.

En Préfecture à ANGERS, le 23 Mars 1853.

signé: VALLON

Marie de Ste Euphrasie Pelletier

Supérieure

Enregistré à ANGERS le premier Décembre 1852, folio 79, N°2/

Il a été perçu un franc de droit en sus 10, vingt centimes.

signé: A. aniguent